

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

ANGELITA BAZOTTI

**ESTRATÉGIAS E RACIONALIDADES DOS SOJICULTORES FAMILIARES DO
SUDOESTE PARANAENSE**

Porto Alegre

2016

ANGELITA BAZOTTI

**ESTRATÉGIAS E RACIONALIDADES DOS SOJICULTORES FAMILIARES DO
SUDOESTE PARANAENSE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

**Porto Alegre
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Bazotti, Angelita

Estratégias e racionalidades dos sojicultores
familiares do Sudoeste paranaense / Angelita
Bazotti. -- 2016.
166 f.

Orientador: Carlos Guilherme Adalberto Mielitz
Netto.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Agricultura familiar. 2. Racionalidades. 3.
Estratégias. 4. Soja. 5. Viabilidade. I. Mielitz
Netto, Carlos Guilherme Adalberto, orient. II.
Título.

ANGELITA BAZOTTI

**ESTRATÉGIAS E RACIONALIDADES DOS SOJICULTORES FAMILIARES DO
SUDOESTE PARANAENSE**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Aprovada em: Porto Alegre, 29 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Alfio Brandenburg
UFPR

Prof. Dr. Nilson Maciel de Paula
UFPR

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
UFRGS

À minha mãe:
expressão maior de amor, garra e coragem.
Por quem esse doutorado começou e a quem é dedicado.

AGRADECIMENTOS

Meu projeto e o processo acadêmico do doutoramento foram feitos com apoio social e com inspiração das pessoas à minha volta. Este espaço de agradecimento é uma forma reduzida de ser grata às possibilidades institucionais que me foram disponibilizadas e uma breve menção aos apoios profissionais, acadêmicos e afetivos com os quais contei durante esse tempo de estudos e pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) que me ofereceu as condições necessárias para o desenvolvimento deste processo de formação.

Agradeço, em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Carlos G. A. Mielitz Netto por seu apoio e compreensão em meus altos e baixos desse processo, sempre incentivando o caminhar. Agradeço aos professores do PGDR que ampliaram minha visão sobre a área em suas disciplinas e aos professores que fizeram parte de minha qualificação e banca de defesa. A leitura atenta, a recomendação bibliográfica, a ponderação da dúvida, a cobrança de posicionamento e produção são atividades importantes que a academia me ofereceu por intermédio desses sujeitos. Às secretárias do PGDR, Macarena e Danielle, sempre atenciosas nas mais diversas demandas e necessidades deste processo.

Agradeço ao Professor Dr. Nilson de Paula por todo apoio, questionamentos e suporte para o meu crescimento intelectual. Por abrir as portas do Grupo de Estudos Agricultura e Sistema Agroalimentares (ASA) que me propicia um ambiente de discussão e de produção acadêmica, além de construir novas amizades. Por sempre me lembrar de que o caminho é mais importante que a chegada.

Ao Iparde, especialmente ao Júlio e a Valéria que foram fundamentais no processo de conseguir a licença para estudos nos dois primeiros anos de doutorado. Essa licença do trabalho me permitiu morar em Porto Alegre, cursar as disciplinas, expandir meus horizontes profissionais, fortalecer a amizade com os colegas, enfim, viver o doutorado.

Minha gratidão eterna à Família Vial – Ivo, Joilde, Carlos Eduardo, João Pedro, Teresinha, Marilza, Cleiton e Julia - que contribuiu fundamentalmente para esta pesquisa. Acolheram-me em sua casa, permitiram-me compartilhar momentos de alegria, risadas, de reflexão, onde encontrei interlocutor para a tese, parcerias para o trabalho de campo e ainda me animaram mostrando a relevância do trabalho. Eu estava emocionalmente desestruturada e somava-se a isso o medo, a insegurança e a ansiedade do trabalho de campo. Foi esta família que me deu refugio, carinho e condições para que a pesquisa fosse realizada.

Aos queridos agricultores familiares de Capanema que me receberam em suas casas ou na roça, dedicando tanto o tempo quanto o conhecimento para esta pesquisa. Momentos que me permitiram crescer como pesquisadora, mas principalmente, como ser humano permitindo abrir os meus olhos para a sua realidade, os seus valores, as suas alegrias e aos desafios diários. Obrigada pela confiança.

A turma de doutorado 2012 - a melhor que eu poderia ter – em que construímos uma relação de discussões acadêmicas, amizade e uma ligação que se estenderá para além desse curso.

Manuela e ao Irio por estarem comigo, de mãos dadas, trilhando esse caminho. Vivo com vocês uma forma de amizade pura, intensa e solidária, de muito amor e luz.

Às Maria de Lourdes: Malu e Maria Sorriso, gratidão eterna por esta energia boa que emana da Bahia. Malu esse doutorado só existiu por que você apostou naquela graduanda e a fez acreditar que sim, esse sonho era possível.

Aos amigos do Ipardes que foram fundamentais desde a concepção do projeto de pesquisa, discussões do texto até a defesa da tese. Pela vivência e suporte cotidiano. Por tornarem meus dias mais afortunados e agora terão a convivência de uma ipardiana mais leve e feliz. Prometo!

Sou muito grata a todos os meus colegas de trabalho, *roommates* e amigos diversos que puderam dispor de seu tempo, seu olhar e palavras para participar de alguma forma do meu processo de doutoramento, direta ou indiretamente. Muitos merecem uma menção específica, mas essa tarefa será realizada em outro lugar, pois neste espaço oficial não cabem todo o amor e o verdadeiro sentimento de gratidão que me invadem e fortalecem. A mais essencial gratidão, emocional e detalhada em história pessoal está contida no processo de pesquisa, porque um pesquisador não se sustenta sozinho e desligado de seus laços e uma pesquisa sempre agita nossa subjetividade. Sendo assim, tenho a despreziosa clareza de admitir que fui muito afortunada por receber assistência abundante e generosa da família, dos amigos, colegas, professores, funcionários das instituições da qual fiz parte ou acionei para cumprir este meu objetivo.

Não tenho dúvidas da minha transformação no período entre a seleção do doutorado no PGDR – lugar que almejava fazer este curso – até o final dessa tese. Esse período contém os melhores e os piores momentos da minha vida – sim, isso é possível. Muitas pessoas cruzaram meu caminho e contribuíram nessa transformação. Acho que aprendi a ser mais solidária por receber tanta solidariedade.

Aprendi muito sobre amor e amizade. Em momentos de vazio e descrença nunca me

senti tão amada e amparada. E quando “perdi tudo” percebi o quanto eu tinha. Quando perdi a pessoa mais importante, tantas outras me acolheram e me permitiram seguir este caminho.

Sou muito grata a minha família; menciono em especial meu pai e meus irmãos. Fonte de amor, alegria, otimismo e companheirismo. Que sabem melhor do que ninguém o quanto sou forte para enfrentar o que for preciso, mas também o quanto preciso de um abraço e amparo. Agradeço por estarem ao meu lado construindo essa relação que nos últimos anos se tornou ainda mais sólida e sincera. Agradeço a minha grande família extensa (vovó, nona, minhas cunhadas, meus compadres, meus primos, meus tios e ao Luiz Felipe) como fonte de coragem, amor e inspiração, sempre. Agradeço ao Marco Tulio pelo amor, companheirismo e por deixar minha vida mais leve e mais feliz.

Sim, sempre sonhei que nestes agradecimentos eu agradeceria tua cura. Mas não deu. Então, mãe, te agradeço por você ter existido (e continuar existindo) na minha vida, por tanto me ensinar, por tanto me amar, por tanto lutar. Por me incentivar a tentar a seleção e continuar o doutorado, mesmo em meio a todos os percalços. Uma apoiando a outra, incondicionalmente. Com você descobri que sou muito mais forte do que imaginava, que posso amar para além das minhas crenças. Que amor a gente demonstra mesmo quando nossa boca não fala, nossas pernas não andam, mas um olhar e um aperto de mão conseguem provar o quanto o outro importa. Nossa parceria e nosso amor não são dessa vida e nem nela acaba.

Gratidão eterna a todos que estiveram comigo nessa caminhada.

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.
Cora Coralina

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a
fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho
pelo qual se pôs a caminhar.
Paulo Freire

RESUMO

Os cálculos de custo de produção apontam para a viabilidade econômica da soja apenas em médias e grandes propriedades, entretanto os agricultores familiares persistem nesta atividade produtiva há gerações. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é compreender as racionalidades, motivações e estratégias dos agricultores familiares que culminam em sua manutenção na produção de soja em uma região representativa de ambos. Para tanto, foram utilizados dados secundários dos Censos Demográficos e do Censo Agropecuário e pesquisa de campo no município de Capanema na mesorregião do Sudoeste Paranaense. Observou-se a existência de dois conjuntos de motivações e/ou estratégias na sojicultura familiar do Sudoeste. O primeiro conjunto refere-se às motivações exógenas que impulsionam a soja entre os agricultores familiares que são as políticas públicas, tanto creditícias quanto de seguro consideradas fundamentais para o custeio da produção; o mercado que oferece os insumos, define os preços e adquire a produção; as tecnologias direcionadas como as sementes transgênicas e o maquinário agrícola, responsáveis pelo aumento da produtividade e diminuição da penosidade do trabalho em um ambiente de pouca mão de obra e de população, cada vez mais envelhecida. O segundo conjunto é formado pelos fatores endógenos verificados no trabalho de campo. Ele refere-se à cultura da população rural do Sudoeste, à detenção de um saber fazer sobre a sojicultura, à tradição, às possibilidades que a terra e o clima local oferecem e à renda adquirida pelas famílias. As diferentes combinações destes fatores explicam as razões e o modo como os sojicultores familiares constroem suas racionalidades para se viabilizarem na produção e permanecerem como agricultores, mesmo em meio às dificuldades da atividade.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Racionalidade. Soja. Estratégias. Viabilidade.

ABSTRACT

Estimation of production costs estimation suggests that soya crop would be economically viable only in medium and large lands; however, family farmers have kept this activity for many generations. Taking it into account, the main goal of this thesis is to understand the rationality, strategies and motivations which support the soya farmers' activities in a representative region of both. In order to answer these questions, secondary dataset from diverse sources were employed such as demographics and agricultural Surveys as well as field research in Capanema Municipality, in the Mesoregion of Southwest Parana. According to the field survey, we observe that there are two samples of motivations and strategies. The first sample refers to exogenous motivations, which support soya activities; public policies such as credits and insurance-both being essential for the production costs- and also, the market that offers the inputs, sets the prices and get the production, technologies which have developed transgenic seeds and farm machines - both being essential for the increase in the productivity and reduction of hardship in an environment with low workforce and elderly population. The second sample is the result of endogenous factors such as culture, knowledge transmitted by previous generations, possibilities to explore land considering local climate and their income. The different combinations of these factors explain why and how soya farmers develop diverse rationality to have economically viable production and consequently, remain as farmers, despite all the existing difficulties.

Keywords: Family farm. Rationality. Soya. Strategies. Viability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios do Sudoeste paranaense segundo estabelecimento de soja da agricultura familiar	38
Figura 2 – Municípios do Sudoeste paranaense segundo estabelecimentos muito especializados de soja da agricultura familiar	39
Figura 3 – Municípios do Sudoeste paranaense segundo estabelecimentos especializados de soja da agricultura familiar	39
Figura 4 – Municípios do Sudoeste paranaense segundo estabelecimentos diversificados de soja da agricultura familiar	40
Figura 5 - Municípios do Sudoeste paranaense segundo estabelecimentos muito diversificados de soja da agricultura familiar	40
Figura 6 – Quatro tipos ideais de racionalidade dos agricultores segundo a interação e a situação de mercado.....	57
Figura 7 – Localização da mesorregião Sudoeste no Paraná e seus municípios	76
Figura 8 – Percentual de agricultores familiares e não familiares – mesorregiões do Paraná – 2006	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos municípios do Sudoeste segundo o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com produção de soja – Paraná – 2006	36
Gráfico 2 – Grau de urbanização – Paraná e mesorregião Sudoeste Paranaense – 1970 a 2010	78
Gráfico 3 – Pirâmide etária da população – Paraná – 1970, 1991 e 2010.....	80
Gráfico 4 – Pirâmide etária da população – Sudoeste – 1970, 1991 e 2010	81
Gráfico 5 – Pirâmide etária da população – Sudoeste – 2010	82
Gráfico 6 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares por integração ao mercado – FAO – Paraná e Sudoeste – 2006	92
Gráfico 7 – Distribuição da população pesquisada, segundo faixas de idade – Sudoeste – 2015	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cálculo do resultado líquido para cada estrato de área em plantio de soja convencional e transgênica.....	30
Quadro 2 – Combinações de produção agrícola comercial das famílias – Sudoeste – 2015 .	103
Quadro 3 – Combinações da produção agropecuária comercial das famílias – Sudoeste – 2015	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos familiares produtores de soja, quantidade produzida, área colhida, valor da produção, valor recebido e custo da produção segundo mesorregiões – Paraná – 2006	31
Tabela 2 – População residente segundo situação do domicílio – Paraná e mesorregião Sudoeste Paranaense – 1970/2010.....	78
Tabela 3 – Razão de sexo da população urbana, rural e total por faixas de idade – Paraná e Sudoeste – 2010.....	83
Tabela 4 – Estabelecimentos da agricultura familiar por grupos de área total – FAO – 2006.	85
Tabela 5 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar com produção no ano por tipo de produção. Paraná e mesorregião Sudoeste – 2006	86
Tabela 6 – Percentual de estabelecimentos com produção da lavoura temporária por produtos, por grupos de área total – Paraná e Sudoeste – 2006	87
Tabela 7 – Quantidade produzida nos estabelecimentos com produção da lavoura temporária por produtos, por grupos de área total – Paraná e Sudoeste – 2006.....	88
Tabela 8 – Pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários familiares, por residência da pessoa que dirige o estabelecimento – FAO – 2006.....	89
Tabela 9 – Produtores na direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários por grupos de anos de direção e agricultura familiar – 2006.....	90
Tabela 10 – Estabelecimentos agropecuários com soja, segundo grau de integração com o mercado da agricultura familiar - FAO – 2006	93
Tabela 11 – Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, segundo grau de especialização – FAO – Paraná e Sudoeste – 2006.....	94
Tabela 12 – Distribuição da população segundo a escolaridade – Sudoeste – 2015.....	99
Tabela 13 – Número de famílias segundo a área de terra de propriedade familiar – Sudoeste – 2015	99
Tabela 14 – Número de famílias segundo a área de terra arrendada – Sudoeste – 2015	100
Tabela 15 – Famílias com rendas não agrícolas – Sudoeste – 2015.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARPA	– Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
BRAVIACO	– Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CAM	– Campos Naturais
CANGO	– Colônia Nacional General Ozório
CEFSPRG	– Companhia das Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande
CFA	– Subtropical Úmido Mesotérmico
CFB	– Subtropical Úmido Mesotérmico
CITLA	– Clevelândia Industrial Territorial Ltda
CMN	– Conselho Monetário Nacional
CNTBIO	– Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
COOPAFI	– Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas
CRESOL	– Cooperativismo de Crédito Rural Solidário
CT	– Custo Operacional
CT	– Custo Total
DAP	– Declaração de Aptidão ao Pronaf
DERAL	– Departamento de Economia Rural
DESER	– Departamento de Estudos Socioeconômicos e Sociais
DTC	– Divisão de Terras e Colonização
EGF	– Empréstimo do Governo Federal
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	– Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FES	– Floresta Estacional Semidecidual
FOM	– Floresta Ombrófila Mista
GETSOP	– Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
Há	– hectares
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC	– Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
OCEPAR	– Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

PGPM	– Política de Garantia dos Preços Mínimos
PIC	– Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PNPB	– Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PROAGRO	– Programa de Garantia de Atividade Agropecuária
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSD	– Partido Social Democrata
RL	– Resultado Líquido
SEAB	– Secretária da Agricultura e Abastecimento
SEIPN	– Secretaria de Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional
SEIPU	– Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União
SICREDI	– Sistema de Crédito Cooperativo
SUDCOOP	– Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda
VBP	– Valor Bruto da Produção
VBP-A	– Valor Bruto da Produção Agropecuária
VPPP	– Produção do Produto Principal
VTP	– Valor Total da Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA (IN)VIABILIDADE ECONÔMICA DA SOJA NA AGRICULTURA FAMILIAR	23
2.1	OS GANHOS DE ESCALA E OS LIMITES DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE SOJA	26
2.2	HIPÓTESES	32
2.3	OBJETIVOS	33
2.4	ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	34
3	AGRICULTURA FAMILIAR E RACIONALIDADE CAMPONESA	44
3.1	A RACIONALIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR	48
3.2	DUAS LÓGICAS NA MESMA DIMENSÃO	53
3.3	MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO: NOVOS ELEMENTOS	62
4	ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DO SUDOESTE PARANAENSE	65
4.1	ELEMENTOS HISTÓRICOS DO SUDOESTE	65
4.1.1	A Revolta dos Posseiros	68
4.2	A ESTABILIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS NO SUDOESTE	71
4.3	OS NÚMEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE	76
4.3.1	Aspectos demográficos do Sudoeste	77
4.3.2	Integração com os mercados	91
4.3.3	Especialização produtiva dos estabelecimentos familiares	93
5	INFLUÊNCIAS EXTERNAS PARA A EXPANSÃO E A MANUTENÇÃO DA SOJA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE	96
5.1	RETRATO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PESQUISADAS	96
5.2	MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO NO SUDOESTE	107
5.3	TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA SOJICULTURA	114
5.4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	119
6	DETERMINANTES LOCAIS PARA A EXPANSÃO DA SOJA NO SUDOESTE	130
6.1	CULTURA E TRADIÇÃO	131
6.2	MUTIRÃO: O ARCAICO REVESTIDO DE MODERNO	134

6.3	ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DIANTE DOS RECURSOS ESCASSOS: MÃO DE OBRA FAMILIAR E TERRA.....	137
6.4	RENDA.....	140
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	152
	APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	162
	APÊNDICE B - ROTEIRO DA PESQUISA SEMI-ESTRUTURADA	163

1 INTRODUÇÃO

As questões referentes à soja despertam os mais diversos interesses há algumas décadas no Brasil por ser o carro-chefe da agropecuária nacional com papel importante para a indústria e agricultura, além de estar no centro de preocupações políticas e macroeconômicas devida a sua participação nas exportações.

A alta escala e as grandes áreas são indicadores de que a soja é uma cultura típica de grandes propriedades. Entretanto, como demonstram os dados oficiais, a exemplo do Censo Agropecuário, parte significativa dos agricultores familiares em pequenas áreas tem se dedicado ao cultivo dessa lavoura. Essa realidade se contrapõe aos cálculos dos custos de produção que apontam para a exigência de grandes extensões territoriais para a viabilização econômica das propriedades produtoras de soja.

A motivação para esta pesquisa ocorreu durante o estudo sobre a produção de biodiesel na Região Sudoeste do Paraná¹, em 2009, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) e pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser). Os dados então levantados mostraram a forte presença da soja entre os agricultores familiares entrevistados. A partir dessa evidência, várias questões emergiram, cobrindo aspectos econômicos da viabilidade produtiva e aspectos socioculturais relativos à incorporação dessa atividade na dinâmica da agricultura familiar.

A soja chegou ao Paraná e ao Sudoeste no começo do século XX, trazida, principalmente, pelos colonos gaúchos que se estabeleceram no estado, motivados pelas empresas colonizadoras que ofereciam diversas vantagens para aqueles que se dispusessem a morar e a produzir em terras férteis e “quase inabitadas”.

A tranquilidade para o trabalho e a prosperidade não perduraram como prometido pelas companhias colonizadoras estatais, e, na década de 1950, as disputas por terra ocorreram no Sudoeste paranaense, trazendo insegurança, medo, mas também organização em prol da luta pela terra em que moravam e trabalhavam. No ano de 1957, ocorre a Revolta dos Colonos, evento histórico emblemático que é um marco para a agricultura familiar dessa região, creditando-se a ele parte importante das suas características sociais e políticas.

As famílias, depois da Revolta e com a escrituração das propriedades, sentiram-se mais seguras quanto à posse dos estabelecimentos, os quais se caracterizaram pela diversidade

¹ Para maiores informações acessar o relatório em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/biodiesel_sudoest_e_parana.pdf>.

produtiva, tendo, porém, na suinocultura sua principal atividade comercial. Isso ocorreu até que uma grave crise assolou tal produção, abrindo espaço para a sojicultura, principalmente após a década de 1970.

Estudar o Sudoeste é instigante e motivador, pois a região é reconhecida como distinta dentro do Paraná, caracterizando-se pela diversidade produtiva, pelo acesso às políticas públicas e pela predominância da agricultura familiar. A noção de agricultura familiar se expressa e abarca diversos tipos de famílias agricultoras que são ligadas por laços sanguíneos, pelo casamento ou por afinidade, com diferentes composições com graus distintos de parentesco, produção agrícola, diferentes combinações de ocupação e de renda.

O Sudoeste, entre as mesorregiões paranaenses, tem o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar, cerca de 90%. Entre os ocupados em atividades agropecuárias, 84% estão em estabelecimentos familiares e respondem por 65,9% do Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP-A), e 47,3% destes estabelecimentos acessam a financiamentos, o que reforça uma característica dessa região, que é a de abrigar um segmento da agricultura familiar organizado, inserido no mercado e com acesso a políticas de financiamento e comercialização para o setor. Este trabalho dedicou-se a estudar um recorte desse universo composto pelas famílias agricultoras que se dedicam à produção de soja.

O processo de construção da questão de pesquisa ocorreu em etapas, como afirma Lemieux (2015). Ao se questionar como os sociólogos constroem seus enigmas de pesquisa, o autor explica que esse processo pode ser decomposto em quatro etapas:

- a) apossar-se de uma crença compartilhada ou de uma constatação reconhecida, ambas relativas ao objeto que se pretende estudar;
- b) ressaltar nela uma série de inferências lógicas ou seus enunciados preditos;
- c) evidenciar um ou vários elementos empíricos que contradizem as inferências lógicas ou as predições feitas; e
- d) perguntar-se que, se as crenças compartilhadas ou as constatações relativas ao objeto são verdadeiras, como então estes elementos empíricos podem existir.

Primeiramente, a crença compartilhada do problema de pesquisa deste trabalho é a de que há necessidade de grandes extensões de terra para que a sojicultura se viabilize economicamente. Em seguida, procedeu-se à revisão de diferentes estudos que calculam o custo de produção da soja apontando para a exigência da produção em escala para a obtenção de lucros. O terceiro passo consistiu na evidência da manutenção de famílias agricultoras produzindo soja, em áreas diminutas, por décadas. Assim, diante da constatação da

inviabilidade econômica em pequenas áreas e da manutenção das famílias na sojicultura produzindo nessas áreas, chegou-se à questão: quais os elementos que contribuem para manter os agricultores familiares do Sudoeste paranaense produzindo soja?

Segundo Abramovay, “o besouro só voa porque ignora as leis da aerodinâmica: da mesma forma, se conhecesse teoria econômica, o agricultor abandonaria irremediavelmente sua atividade” (ABRAMOVAY, 1992, p. 214). O autor se utiliza dessa comparação para demonstrar que, economicamente, ou melhor, segundo os cálculos de custos econômicos de produção, não se explica porque os agricultores, de forma geral, continuam a trabalhar na atividade agrícola. Procura-se trazer essa afirmação para a análise do caso da soja. Se o retorno econômico não é o ponto de sustentação, qual seria? Para tal, serão investigadas as outras dimensões da vida social e cultural dos agricultores, com vistas a entender e explicar a sucessão/persistência dos sojicultores familiares e verificar as estratégias do pequeno produtor de soja para competir e as implicações sociais de seu sucesso.

Assim, buscou-se investigar quais os elementos, além dos econômicos, mas sem desconsiderá-los, sustentam e motivam a produção de soja no Sudoeste, assim como compreender qual a racionalidade dos agricultores familiares para sua manutenção na sojicultura.

Este trabalho é um estudo de caso que se estruturou em três fases fundamentais. A primeira, e que perdura por todo o trabalho, é a revisão de literatura referente à agricultura familiar. Outra fase fundamental foi o período de extração e análise de dados secundários, em que se deteve na exploração das informações dos Censos Demográficos e Agropecuário, as quais possibilitaram a caracterização da população e da produção da agricultura familiar do Sudoeste.

Os meses de julho de 2014 e janeiro de 2015 foram dedicados à pesquisa de campo no município de Capanema, no Sudoeste Paranaense. Inicialmente, realizou-se o Painel de Especialistas, objetivando a construção da lista dos entrevistados e uma discussão aprofundada da agricultura familiar e da sojicultura na região. Em seguida, entrevistaram-se 28 famílias com o auxílio de um questionário semiestruturado. Ele abrangeu questões referentes à composição da família, escolaridade, ocupação e renda, e caracterizou a propriedade, a área de terra explorada, a produção agrícola e pecuária para consumo e comercialização, o inventário do maquinário, o cooperativismo e o acesso a políticas públicas. Ainda, neste questionário, perguntou-se a respeito da percepção das famílias sobre a cultura da soja, das facilidades e dificuldades da produção, da existência de lucro e do modo como é calculado.

Compreendeu-se que há dois grupos de motivações para a sojicultura na agricultura familiar: um grupo de fatores exógenos e outro de fatores endógenos. O primeiro grupo é representado pelas políticas públicas, pelo mercado e pelas tecnologias que promovem a sojicultura na região. As políticas públicas, tanto creditícias quanto de seguro, são fundamentais para o custeio da produção de soja, sendo incorporadas à produção por meio de um financiamento, já sendo previsto um novo para a safra seguinte. O mercado organiza a produção e tem grande influência nos rumos produtivos. As tecnologias são representadas pelas sementes transgênicas e pelo maquinário agrícola presentes nas propriedades, sendo um fator de aumento da produtividade e diminuição da penosidade em um ambiente de pouca mão de obra e de população, muitas vezes, envelhecida.

O conjunto de fatores endógenos se refere à cultura da população rural do Sudoeste, ao saber fazer sobre a sojicultura que os agricultores familiares detêm, à tradição, às possibilidades que a terra e o clima local oferecem e à renda adquirida pelas famílias.

Esta tese é dividida em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo II apresenta e problematiza os estudos de custo de produção que apontam para a necessidade de grandes extensões territoriais para a viabilidade econômica da produção de soja, o que contradiz a permanência da sojicultura entre os agricultores familiares.

O capítulo seguinte destaca as principais questões referentes à noção de agricultura familiar e racionalidade. Apresentam-se alguns autores que sustentam que a agricultura familiar se caracteriza por reunir o tripé propriedade, trabalho e gestão familiar. Mesmo inserida no sistema capitalista de produção, sua racionalidade não é estritamente econômica, sendo necessário envolver outros elementos, como valores, sentimentos e tradição, para compreender os cálculos realizados por esses agricultores. Mooney (1988) destaca que, para compreender as atitudes dos agricultores, é necessário perceber a convivência da racionalidade formal e substantiva, enquanto a primeira é estritamente econômica, a segunda já incorpora valores e sentimentos. Estas duas permitem compreender a complexidade da racionalidade da agricultura familiar.

O Capítulo IV traz um panorama da mesorregião Sudoeste para compreender a trajetória que torna a sua agricultura familiar diferenciada. Na primeira seção, apresentam-se a luta pela terra, com destaque para a Revolta dos Posseiros (1957), a estabilização da estrutura fundiária e o surgimento das cooperativas. Na seção seguinte, discutem-se os dados secundários dos Censos Demográficos, apontando para as mudanças populacionais que ocorreram no Sudoeste nas últimas quatro décadas e que afetaram profundamente o rural e a

agricultura. Essas mudanças, por sua vez, são caracterizadas com o uso do Censo Agropecuário (2006).

Os Capítulos V e VI são resultados da análise dos dados coletados na pesquisa de campo deste trabalho. O capítulo V apresenta as motivações exógenas dos agricultores para a produção de soja, motivações essas que são consideradas mais gerais a muitos dos agricultores familiares. São apresentadas as políticas públicas, como o Pronaf e a Proagro, as transformações tecnológicas na agricultura, muito impulsionadas pelas sementes transgênicas e seu pacote tecnológico e pelo aumento do acesso às máquinas agrícolas.

O Capítulo VI discute os incentivos endógenos que as famílias possuem para a sojicultura. Analisam-se os motivos locais e característicos do Sudoeste, dando destaque para a cultura, o mutirão, a falta de mão de obra e a rotação de culturas, além de discutir os cálculos do agricultor sobre o lucro e os custos de produção.

2 PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA (IN)VIABILIDADE ECONÔMICA DA SOJA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A sobrevivência da agricultura familiar no meio rural tem sido objeto de ampla discussão entre os cientistas sociais, envolvendo, em suas posições mais extremas, aqueles que apregoam a inviabilidade e conseqüente extinção das unidades familiares. Não se pode deixar de considerar aqueles que a veem como manifestações estruturais do complexo sistema capitalista de produção no campo. A persistência desse segmento desperta o interesse por compreender a evolução da agricultura capitalista em sua ampla diversidade socioeconômica e territorial e os processos que permitem a elas contrariar a expectativa de uniformização das relações de produção. Dentre os diversos desafios que emergem dessa dinâmica, destaca-se o da compreensão da racionalidade dos agricultores destas unidades produtivas e de suas estratégias de manutenção, de sobrevivência e de reprodução.

Pondera-se ser este um tema que ainda demanda esforços para sua compreensão nos diferentes contextos, pela sua complexidade. Assim, retoma-se a discussão da racionalidade da agricultura familiar tendo como objeto de estudo os sojicultores familiares do Sudoeste paranaense.

A produção de soja iniciou-se, no Brasil, no final do século XIX, oriunda dos Estados Unidos, e expandiu-se mais significativamente na segunda metade do século XX nos estados da região Sul. No Paraná, os primeiros registros são de 1936, quando os agricultores gaúchos e catarinenses começaram a se fixar nas regiões Oeste e Sudoeste. No entanto, é nos anos 1960 que as produções nacional e paranaense passam a ter representatividade mundial.

Entre os anos 1961 e 2014, ocorreram mudanças mundiais profundas quanto à quantidade produzida e quem as produz. Os Estados Unidos, maior produtor mundial de soja, em 1961, respondia por 68,7% da produção mundial – 18,5 milhões de toneladas – e passou para 32,2% – 91,4 milhões de toneladas –, em 2014. A China era a segunda maior produtora, detendo 23,3% – 6,3 milhões de toneladas – e passou para 4,3%. Numa tendência inversa, o Brasil, que produzia apenas 1,01% da soja mundial, cerca de 270 mil toneladas, expandiu sua produção para 30,5% – 86,7 milhões de toneladas –, tornando-se o segundo maior produtor mundial.

Entre as diferentes razões para essa reconfiguração e para a expansão da soja no Brasil, Dall'agnol (2008) cita a semelhança entre os ecossistemas do sul do Brasil e do sul dos Estados Unidos, que favorece a transferência de tecnologias, além dos incentivos fiscais aos agricultores de trigo que utilizam as mesmas áreas no verão.

O número de máquinas agrícolas teve um forte crescimento nas décadas de 1960 e 1970, facilitando a mecanização da produção. O mercado da soja esteve em alta, principalmente em meados de 1970, em decorrência da frustração na colheita de grão na ex-União Soviética e China e da pesca de anchova no Peru, cujo farelo era completamente utilizado como componente proteico na fabricação de rações para animais domésticos, passando a ser substituído pela soja.

Outro motivo desse crescimento é o fato de a gordura animal na alimentação humana ter sido substituída por óleo vegetal (de soja), com o argumento de que seria mais saudável. E, ainda, o sistema viário e de comunicação obteve melhoras, facilitando o escoamento da produção e as exportações.

Na década de 1970, houve também a criação de agroindústrias e o estabelecimento de um parque industrial de desenvolvimento, produção de máquinas e implementos, assim como de insumos, estruturando, industrializando e comercializando a produção de soja.

Coelho (2001) demonstra que, desde o fim da década de 1960, a soja foi fortemente beneficiada com empréstimos devido à reformulação dos mecanismos operacionais da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), que permitiram a concessão de Empréstimo do Governo Federal (EGF) a processadores, e da crescente participação das grandes cooperativas no sul do país (que participavam também como processadores). Essas cooperativas, por sua vez, apareceram e cresceram formando um sistema dinâmico e eficiente que apoiou a produção. Adicionalmente, houve a instalação de vários órgãos de pesquisa públicos, em esfera estadual e federal. Um exemplo é a Embrapa Soja, que foi criada em 1975, na cidade de Londrina, no Paraná, e que é referência no estudo e desenvolvimento de tecnologias referentes à soja.

A expansão da soja também é facilitada devido à forma homogênea de produzir *commodities*, sendo possível o uso dos mesmos insumos e os mesmos tratos culturais. O plantio e a aplicação de insumos e herbicidas são mecanizados, inclusive com o uso de aeronaves que permitem a aplicação em grandes áreas. Todavia, isso eleva o custo da produção por hectare, conseqüentemente, tornando esse tipo de cultura mais indicado para grandes áreas, pois, conforme ocorre a diminuição dos custos, aumentam as possibilidades de lucro. Entretanto, as *commodities* se diferenciam quanto à comercialização, sendo a soja, atualmente, aquela de maior liquidez.

Nesse cenário, a soja recebe destaque, havendo vários estudos e discussões acerca dos seus custos de produção e a necessidade de ser produzida em grandes extensões. Dessa forma, a falta de escala na produção em pequenas propriedades dificulta a viabilidade econômica em

virtude de os custos dos insumos adquiridos no varejo serem mais altos do que quando comprados em grandes quantidades. Além disso, os agricultores familiares não possuem poder de barganha na venda, inclusive muitos dependem da venda do produto para quitar os financiamentos agrícolas, fazendo com que tenham uma data limite para comercializar a produção. Ademais, a produção de soja é toda mecanizada², entretanto, a agricultura familiar, geralmente, não tem acesso aos mesmos maquinários de alta tecnologia que são mais eficazes e eficientes.

Diante dessas dificuldades, a princípio, caberia à agricultura familiar o papel de produtora de alimentos da cesta básica ou, então, de culturas em que a escala não é determinante. Contrariando isso, a produção de *commodities* pela agricultura familiar é representativa, mantendo-se assim por décadas.

Todas as *commodities* dependem de viabilidade econômica para serem produzidas. Porém, o recorte analítico deste trabalho está centrado nos agricultores familiares que, dentro de um rol de produtos – feijão, milho, arroz –, produzem soja, ainda que haja diferentes estudos que apontem a não viabilidade econômica desse tipo de cultura em pequenas áreas.

A soja tem outros diferenciais que foram considerados para ser o foco privilegiado deste trabalho: a) não tem como destino o consumo interno na propriedade, pois, atualmente não é usada para consumo animal ou humano, sendo submetida exclusivamente à comercialização sem nenhum processo de transformação que agregue valor ao produto; b) é uma *commodity* com forte demanda e preço definidos pelo mercado internacional, inclusive em bolsas de valores e vendas futuras; e c) depende do mercado de insumos produtivos ao qual o agricultor familiar se subjeta, não produzindo nenhum dos insumos utilizados; dessa forma, esses sojicultores são expostos ao mercado, desenvolvendo diferentes tipos de relações e dependência no seu processo de reprodução.

A escolha da mesorregião Sudoeste como recorte empírico desta tese justifica-se pela predominância de agricultores familiares com áreas de até 50 hectares, havendo um expressivo número de produtores que se dedicam ao cultivo da soja, apesar de ser uma área com topografia acidentada. Nesse arcabouço, agregam-se os aspectos políticos e históricos peculiares, como lutas pela terra, grupos organizados política e socialmente. Além disso, a formação histórica de cooperativas e associações reflete em uma maior organização dos agricultores e em elevado acesso a programas e políticas públicas. Esses são alguns elementos

² No Paraná, 98% da produção de soja é mecanizada, 1% é manual e 1% é manual e mecanizada (IBGE, 2006).

que a diferenciam das demais regiões paranaenses, tornando-a um rico cenário empírico de pesquisa para os objetivos deste trabalho, e que serão mais aprofundados no capítulo 4.

Dessa forma, esta seção apresenta os dados mais gerais dos custos de produção no Paraná, para apresentar o cenário em que a região se insere. Posteriormente, são revisados estudos nacionais sobre a viabilidade da soja, que são o ponto de partida desta tese e de onde emerge a pergunta de pesquisa sobre a necessidade de grandes áreas de terra que são incompatíveis com o segmento da agricultura familiar estudado. Em seguida, expõem-se a justificativa, o problema de pesquisa, as hipóteses, os objetivos e a metodologia deste trabalho.

2.1 OS GANHOS DE ESCALA E OS LIMITES DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA PRODUÇÃO DE SOJA

Nesta seção são apresentados os diferentes estudos da área econômica (CONTE, 2006; FENNER, 2006; ZANON *et al.*, 2009; ZANON *et al.*, 2010) que são unânimes quanto à necessidade de grandes extensões territoriais para a produção lucrativa da soja, sendo o cálculo do custo de produção o ponto central nessas análises que investigam a viabilidade econômica dos produtos agrícolas.

O panorama geral desses estudos aponta que a produção de soja obtém baixo lucro por hectare. Uma forma de se viabilizar economicamente na produção é aumentar as áreas de terra e a escala produtiva. Nesse sentido, as preocupações acadêmicas sobre a sojicultura se concentram entre grandes produtores, relegando a um segundo plano, ou ao esquecimento, os pequenos produtores que persistem na produção de soja, reproduzindo-se por gerações. Este é o ponto de partida desta tese: compreender como os sojicultores familiares contrariam os estudos econômicos e permanecem na produção. A seguir, apresentam-se alguns desses estudos sobre viabilidade econômica da soja em diferentes regiões do Brasil.

Os grandes estabelecimentos produtores de soja têm apresentado uma tendência de aumento percentual, o que pode indicar que há maior sucesso econômico entre eles no longo prazo. Nos estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, no ano de 1980, os estabelecimentos sojicultores com áreas superiores a 99,9 hectares representavam 90%, 76,9% e 27,4% do total, respectivamente. Esses percentuais se alteraram para 94%, 79,4% e 47,8% após quinze anos. No estado do Rio Grande do Sul e Paraná, a mudança foi de 3,7% para 5,4%, e de 3,8% para 11,2%, em vinte anos, respectivamente (CONTE, 2006).

A maior viabilidade dos grandes estabelecimentos sojicultores pode estar relacionada com a ocorrência de economias de escala na produção associadas à redução do custo médio de produção à medida que se aumenta a área plantada, até que se atinja a escala ótima de produção (GARCIA, L., 2004). A existência de economias de escala pode significar que o número de propriedades pequenas nessa atividade tenderia a redução. Dessa forma, entende-se que os ganhos de escala não são infundáveis, no sentido de que, quanto maior a unidade produtiva, maior sua eficiência e competitividade. Por isso, há um tamanho ótimo, que seria o ponto de excelência e de maior rentabilidade. Acima disso, a propriedade começa a trabalhar com deseconomias de escala.

As análises de Conte (2006) e L. Garcia (2004) procuram mostrar que os tamanhos ótimos das propriedades produtoras variam de acordo com os preços dos insumos obtidos em cada região. O tamanho da área produtora influencia nos preços dos insumos adquiridos, em função dos volumes negociados. Nesse sentido, os grandes produtores de soja conseguem comprar insumos a preços mais acessíveis, o que contribui para o aproveitamento das economias de escala, aumentando o nível de produção e reduzindo os custos médios.

No Paraná, a área média é de 207 hectares e no Mato Grosso de 5.557 hectares. Essa diferença de tamanho seria crucial para possibilitar aos grandes produtores reduzirem seus custos de produção. Conte (2006, p. 88) relata que os produtores mato-grossenses “em média adquiriram inseticidas a preços 56% inferiores aos dos produtores gaúchos, e fungicidas a preços aproximadamente 42% mais baixos que os obtidos pelos produtores paranaenses”.

O gasto com mão de obra também aumenta o custo de produção das pequenas propriedades comparativamente às grandes. O impacto do reajuste do salário mínimo em 2011 no custo de produção foi maior na pequena propriedade³, pois, em áreas maiores, este custo é diluído, ficando menos oneroso por hectare (USP, 2012)⁴.

A elevação dos custos de produção comprometeria progressivamente as pequenas propriedades que têm a soja como cultura principal. Uma das poucas chances de viabilização econômica seria quando o preço está alto, pois aumentaria a rentabilidade por hectare. Essa situação seria revertida em anos de preços baixos ou por insucessos devidos a fatores meteorológicos adversos ou doenças e pragas.

³ No norte do Paraná, o impacto do aumento do salário mínimo nacional por hectare foi maior que em Luís Eduardo Magalhães, no estado da Bahia. A propriedade do oeste baiano, mesmo com uma força de trabalho maior, apresenta extensa área de cultivo, o que reduz o custo da mão de obra por unidade de área.

⁴ Mais informações em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/custos/2012/01Fev.pdf>>.

Hirakuri e Lazarotto (2011) ressalta a interferência de fatores externos, econômicos, financeiros e climáticos na produção de soja. Na safra 2011/12, essa *commodity* se mostrou financeiramente viável. Apesar disso, os cálculos demonstraram que os resultados não geraram significativa capitalização ao sojicultor, a qual é fundamental para melhorar o poder aquisitivo e também para dar maior poder de negociação na compra de insumos e equipamentos agrícolas.

Conte (2006) calcula a escala ótima de produção de soja nas duas principais regiões produtoras do Brasil, Centro-Oeste e Sul. Este “cálculo é importante para produzir com maior eficiência econômica e, também, é a partir de determinado tamanho que se consegue investir em mais tecnologia e se obter ganhos de produtividade” (CONTE, 2006, p. 17).

As diferenças regionais não se resumem ao tamanho da área plantada, estendendo-se também para o local de residência, fonte de financiamento, idade do produtor, entre outros. Entre os sojicultores paranaenses, 72,8% têm mais de 20 anos de atividade, e, na região Sul, a idade dos produtores é mais alta que na Centro-Oeste. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cerca de 90% dos proprietários moram em áreas urbanas, enquanto na região Sul, mais de 50% deles moram em propriedades rurais. No Rio Grande do Sul e no Paraná 31,6% e 37,2%, respectivamente, da mão-de-obra utilizada na produção de soja é exclusivamente familiar. Enquanto que, no Mato Grosso do Sul, é de 2,3%, e, no Mato Grosso, é inexistente.

As estimativas⁵ apontaram para uma escala ótima de produção de aproximadamente 11.880 toneladas de soja em grãos, que pode ser obtida em propriedades com 4.000 hectares de área plantada. Esses valores são diferentes de acordo com o estado, sendo 3.931 ha (11.500 toneladas) no Mato Grosso do Sul, 3.555 ha (10.400 toneladas) em Goiás, 2.256 ha no Rio Grande do Sul, e 2.530 ha no Paraná. Essas seriam as áreas necessárias para o produtor de soja se viabilizar, segundo a lógica da eficiência demonstrada pelos cálculos econômicos. A autora conclui que, nos estados do Sul, o elevado preço da terra, dos arrendamentos, e a limitação de crédito para aquisição de novas áreas impedem o aproveitamento das economias de escala disponíveis. No entanto, alguns fatores, como o maior preço pago

[...] devido à proximidade dos portos e à diversificação das atividades nas propriedades podem contribuir para minimizar a importância dessas economias e ser determinantes para a manutenção da produção em pequena escala nessa região, no curto prazo (CONTE, 2006, p. 94).

⁵ Refere-se às estimativas de economias de escala para o modelo de custo transcendental logarítmico (translog).

Esta análise evidencia que os sojicultores do Sudoeste paranaense possuem áreas bem inferiores ao tamanho considerado ótimo. Então, são outros fatores, muitos deles encontrados fora do campo econômico, que explicariam a manutenção desses agricultores como produtores de soja. A maior utilização de mão de obra, especialmente de familiares, e a maior diversidade de culturas contribuem para explicar a existência de pequenos estabelecimentos de soja no sul do Brasil.

Zanon *et al.* (2010) afirmam que o tamanho recomendado para as propriedades de soja se viabilizarem é de 402,63 hectares, número bem superior à área média das propriedades do Sudoeste paranaense⁶. A utilização de mão de obra familiar e a diversidade de culturas⁷ podem favorecer a existência de estabelecimentos de menor porte. Em sentido contrário, a menor utilização de equipamentos por hectare e a maior utilização de plantio direto contribuem para o aparecimento de grandes propriedades.

Os autores apontam que há uma série de semelhanças e diferenças entre o estado do Paraná e do Mato Grosso, que são os maiores produtores de soja do Brasil. No Paraná, verifica-se uma maior diversidade de culturas nas propriedades. Em complemento à soja, os estabelecimentos produzem milho, trigo, laranja, banana e feijão, ao passo que, no Mato Grosso, somente milho e arroz são cultivados por mais de 10% das propriedades (ZANON *et al.*, 2009). Outro fator apontado é o maior número de propriedades vinculadas as cooperativas no Sul em que os produtores podem alcançar maior poder de barganha e uma redução dos custos incorridos. A escala no Mato Grosso poderia dispensar o papel das cooperativas e reforçar o individualismo do agricultor.

Fenner (2006) levantou dados referentes aos custos de produção e à produtividade das áreas de soja de diferentes sementes no município de São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul, e calculou o Resultado Líquido (RL), em que é demonstrada a diferença entre a receita bruta e o custo total do empreendimento, levando em consideração o Custo Operacional Total e os Custos de Oportunidade, inferindo que, pela determinação de área cultivada mínima, a propriedade necessita de áreas superiores a 100 hectares (Quadro 1).

⁶ Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a área média dos estabelecimentos do Sudoeste paranaense é de 21,87 hectares, e a área média colhida de soja é de 16,76 hectares por estabelecimento. Entre os estabelecimentos da agricultura familiar, a área média colhida de soja é 11 hectares.

⁷ Nunes (2000) verificou que a agricultura familiar, em comparação à patronal, proporciona maior retorno aos produtores. Essa forma de arranjo produtivo é verificada mais em algumas culturas do que em outras. Porém, segundo este autor, o cultivo de soja e de cana-de-açúcar seriam os menos propícios a serem organizados de forma familiar.

Quadro 1 – Cálculo do resultado líquido para cada estrato de área em plantio de soja convencional e transgênica

GRUPOS	RESULTADO LÍQUIDO (US\$/HA)	
	CONVENCIONAL	TRANSGÊNICA
10 a 50	-15,62	-27,41
50-100	-1	-13,26
100-200	2,24	-9,77
200-500	5,70	-7,20
500-1000	13,92	0,34

Fonte: Fenner (2006)⁸ *apud* Wesz Junior e Bueno (2008).

No município gaúcho de Vitória das Missões, Wesz Junior e Bueno (2008) verificaram que, entre os agricultores que plantavam de dois a quatro hectares, 85% consideraram a produção de soja, nos últimos cinco anos, ruim ou péssima. Esse percentual é de 75% entre aqueles que cultivavam área de soja acima de quatro hectares. Porém, 78% afirmaram que plantariam soja na próxima safra. Se eles têm essa percepção sobre a produção dessa oleaginosa, o que os faz persistir na produção?

Os estudos econômicos de custo de produção de diferentes realidades e de diferentes pesquisadores apontam para a necessidade de áreas de cultivo acima de 100 hectares. Além disso, há uma preocupação quase que exclusiva com os sojicultores patronais. Realidade diferente daquela vivenciada pelos sojicultores do Sudoeste paranaense. Assim, seguindo a lógica da eficiência econômica, eles estariam trabalhando com prejuízo desde o início e já deveriam ter abandonado a produção. Entretanto, constata-se a permanência dos sojicultores familiares produzindo há 40 anos em áreas de 20 hectares. Se, pelos cálculos econômicos, esses agricultores já deveriam ter abandonado essa cultura, o que os faz persistir? Quais são os elementos que compõem a racionalidade da agricultura familiar, para além dos econômicos? Qual é a influência da cultura, da tradição, do saber-fazer, da renda, do Estado através de programas e políticas?

Diante dessas indagações, esclarece-se que este estudo não calculará os custos de produção dos sojicultores com as variáveis utilizadas nestas análises, pois, como se busca olhar para outros aspectos, entende-se que fazer o mesmo caminho – calcular o custo de produção neste modelo – levaria ao mesmo lugar.

Empreendeu-se o esforço de, a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento de Economia Rural

⁸ FENNER, R. **Determinação da escala mínima de lavoura de soja transgênica e convencional para a viabilidade econômica de seu cultivo em São Luiz Gonzaga – RS.** 2006. Monografia (Graduação), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

(DERAL) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), analisar os sojicultores familiares paranaenses. Observou-se que os agricultores familiares produtores de soja nas mesorregiões paranaenses, na média, estão trabalhando com prejuízo. De acordo com o Custo de Produção (CP), que é igual para todas as mesorregiões, pois o DERAL (PARANÁ, 2015b) só divulgou a média para o Paraná (Tabela 1), somente a mesorregião Norte Central conseguiu receita que cobriu os custos de produção. No Sudoeste, os sojicultores familiares receberam R\$ 1047,02/ha com custo de produção de R\$ 1404,24.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos familiares produtores de soja, quantidade produzida, área colhida, valor da produção, valor recebido e custo da produção segundo mesorregiões – Paraná – 2006

Mesorregiões	Nº de estabelecimentos	Quantidade produzida (kg)	Área colhida (ha)	Valor da produção (R\$)	Quantidade produzida (ha)	Valor (R\$) recebido (ha)	CP por ha (02/2006 DERAL)	Lucro ou prejuízo
Noroeste	1.377	95.396.035	36.610	42.227.819	2605,74	1153,45	1404,24	-250,74
Centro Ocidental	6.575	336.067.480	129.235	147.243.064	2600,44	1139,34	1404,24	-264,90
Norte Central	10.404	563.049.293	212.496	456.698.703	2649,69	2149,21	1404,24	744,97
Norte Pioneiro	3.201	182.718.666	71.164	78.405.813	2567,57	1101,76	1404,24	-302,48
Centro Oriental	765	121.976.210	38.544	34.815.546	3164,60	903,27	1404,24	-500,97
Oeste	18.872	745.539.644	311.730	328.409.809	2391,62	1053,51	1404,24	-350,73
Sudoeste	12.216	313.388.709	134.661	140.993.302	2327,24	1047,02	1404,24	-357,22
Centro-Sul	4.543	163.861.557	63.352	72.275.430	2586,53	1140,85	1404,24	-263,39
Sudeste	2.246	109.663.803	37.923	49.669.200	2891,75	1309,74	1404,24	-94,5
Metrop. de Ctba.	318	13.532.586	4.764	6.432.101	2840,59	1350,15	1404,24	-54,09

Fonte: IBGE (2006) e Paraná (2015b). Elaboração própria.

O custo de produção estimado foi a média para todo o estado, não sendo consideradas as variações e diferenças regionais nem as particularidades dos estabelecimentos. Por exemplo, o produtor que detém quatro hectares não adquire os insumos pelo mesmo preço que aquele que possui dois mil. E o mesmo acontece na venda, uma vez que o grande produtor tem condições de barganhar e, se estiver capitalizado, poder esperar e vender nos meses de preços mais altos.

Embora os dados estaduais sejam de grande importância, ressalta-se a necessidade de os órgãos de pesquisa avançarem para a obtenção e divulgação dos números para as microregiões do Paraná. A diferença regional é evidenciada no relatório do Cepea/Esalq (USP, 2012)⁹, que calculou o custo de produção para as regiões de Cascavel¹⁰ e Londrina. Na

⁹ O relatório Cepea/Esalq calculou o custo de produção para as regiões de Cascavel e Londrina, considerando a estrutura das propriedades e seus respectivos coeficientes técnicos, coletados em painéis, em julho de 2012, com produtores, técnicos e consultores locais. Os preços de comercialização e dos insumos agrícolas

primeira, os cálculos revelaram um cenário crítico ao produtor, dado que o desembolso não foi pago, logo, sinaliza para uma situação de endividamento. Em Londrina, o resultado da soja foi melhor que em Cascavel, mas ainda abaixo do Custo Total (CT)¹¹.

Os dados estaduais encobrem essas distintas realidades. Pode-se sugerir que em mesorregiões, como o Sudoeste, que possuem propriedades menores, a aquisição de insumos no varejo pode elevar ainda mais o custo de produção, o que pode colocar os agricultores familiares em condições vulneráveis, não demonstradas pelas estatísticas oficiais.

Diante da inviabilidade econômica da sojicultura familiar, por um lado, e, por outro, de sua permanência na produção, pretende-se expandir o olhar para os outros elementos, além dos econômicos, que compõem a vida da família agricultora e que seriam capazes de explicar sua permanência na produção de soja.

Diante desse quadro e das indagações expostas, coloca-se o problema de pesquisa: quais os elementos que contribuem para manter os agricultores familiares do Sudoeste paranaense produzindo soja?

2.2 HIPÓTESES

A hipótese orientadora desta tese é a de que o custo de produção com os itens calculados pelos técnicos e economistas não são considerados da mesma forma pelos sojicultores. Sendo assim, além de fatores econômicos, eles gerenciariam um conjunto de estratégias e motivações formado por três aspectos que podem, ou não, estar inter-relacionados:

- a) dimensões histórico-culturais;
- b) políticas públicas e programas de governo; e
- c) tecnologias e mercados.

As dimensões histórico-culturais se expressariam na tradição familiar e regional de

(retroativos) foram ajustados de acordo com a série do Cepea e ponderados conforme o período de realização dos negócios. Os dados de produtividade também foram considerados a partir de informações coletadas pela equipe junto a agentes de mercado das regiões analisadas.

¹⁰ Em Cascavel, a soja apresentou, em média, **Custo Operacional** (CO) – refere-se a todos os gastos assumidos por uma propriedade ao longo de um ano-safra e que são despendidos no período – mais o **Custo de Oportunidade** do capital necessário para cobrir essas despesas de R\$ 1.137,44/ha, e **Custo Total** (CT) – refere-se ao custo administrativo, depreciação e custo de oportunidade – de R\$ 1.974,70/ha. Considerando-se a produtividade de 25 sacas/ha ao preço médio de venda de R\$ 44,95/saca, a receita bruta foi calculada em R\$ 1.123,75/ha.

plantar soja e no saber-fazer, através de técnicas, em grande parte, transmitidas entre gerações. São os pais que ensinam o ofício de ser agricultor, as técnicas e os saberes, repassam valores e um modo de vida característicos do ser agricultor familiar. As políticas públicas e os programas que são voltados para a produção na agricultura familiar, principalmente desde a década de 90, possuíam papel estruturador, custeando a safra e os maquinários para a produção. Além disso, os programas de seguro agrícola permitem ao agricultor produzir com mais segurança e tranquilidade.

A disponibilidade de pacote tecnológico para a soja, que engloba sementes transgênicas, defensivos, adubos químicos e maquinário, tratos culturais e colheita, propicia maior produtividade e a diminuição da penosidade do trabalho. Esse aspecto se torna fundamental em um cenário de redução e de envelhecimento da mão de obra familiar. Não menos importante, cabe destacar que a soja possui uma cadeia comercial estruturada que, além de fornecer esse pacote, compra a produção agrícola, tornando-a comercialmente atrativa.

2.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta análise é compreender a racionalidade, as motivações e estratégias dos agricultores familiares que culminam em sua manutenção na produção de soja.

Os objetivos específicos são:

Revisar a bibliografia referente à agricultura familiar.

Identificar os elementos históricos e demográficos centrais para a conformação do Sudoeste em uma região de agricultura familiar social e politicamente organizada.

Caracterizar a agricultura familiar do Sudoeste a partir de dados secundários.

Analisar a importância dos elementos exógenos, como as políticas públicas e as tecnologias, no incentivo à produção de soja na região.

Discutir os fenômenos endógenos que sustentam a sojicultura familiar e compõem a racionalidade dos sojicultores familiares.

A partir desses objetivos, a próxima seção apresentará os procedimentos metodológicos para atingi-los.

¹¹ A receita média gerada pela produtividade de 37 sacas/ha e venda a R\$ 48,82/ha foi suficiente para pagar o Custo Operacional (CO) de R\$ 1.126,97/ha, porém, não o Custo Total (CT) de R\$ 1865,18/ha.

2.4 ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo de caso. Esse método se mostrou adequado, pois se propõe a responder as questões do tipo ‘como’ e ‘por que’. Ao se tratar de um estudo de caso, este pode incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos. Assim, vale ressaltar que este estudo se filia à variante de multicasos.

O estudo de caso se aplica, segundo Yin (2001), quando se tem o desejo de compreender fenômenos sociais complexos. Assim, permite uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real. Conforme o mesmo autor, o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes. Ele contempla duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um pesquisador: a observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e as entrevistas com as pessoas neles envolvidos. O diferencial do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências.

Segundo Schramm (1971¹² *apud* YIN, 2001), a essência do estudo de caso é que ele tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e seus resultados. E isso vai ao encontro dos objetivos desta tese, contribuindo para a discussão do problema de pesquisa.

Para Godoy (1995, p. 25), o que caracteriza um estudo de caso (ou de multicasos) é “[...] a sua particularidade suficiente para representar um caso e, ao mesmo tempo, a capacidade que apresenta para capturar aspectos e dimensões da diversidade mais geral da região [...]”, sendo o propósito de um estudo de caso, justamente, o de analisar de forma intensiva uma dada unidade social.

Nos estudos de caso, os pesquisadores geralmente utilizam uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, em diferentes fontes de informação, tendo como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Godoy (1995) salienta que os estudos de caso são, em essência, pesquisas de caráter qualitativo, entretanto, quando buscam aclarar algum aspecto da questão investigada podem comportar dados quantitativos.

Com o propósito de responder a pergunta de pesquisa e os objetivos propostos, desenvolveu-se o trabalho em três fases principais:

¹² SCHRAMM, W. **Notes on case studies of instructional mediaprojects**. Washington, 1971. (Working paper The Academy for Educational Development).

- a) revisão de literatura referente à agricultura familiar;
- b) extração e análise de dados secundários; e
- c) pesquisa de campo.

A revisão de literatura perpassa todos os momentos do trabalho. Assim, foram identificados os estudos mais relevantes e que estão relacionados ao problema de pesquisa. Posteriormente, foram extraídos e analisados os dados dos Censos Demográficos e Agropecuários (2006), que forneceram informações a respeito da produção, do dirigente da propriedade, da integração aos mercados e da especialização do estabelecimento, e também das mudanças demográficas que ocorreram no Sudoeste no século passado.

O Sudoeste tem muitos elementos que congregam seus municípios como mesorregião, diferenciando-a das demais do estado. Apesar da homogeneidade, há também elementos diferenciadores, como o relevo, o clima e o solo. Há dois tipos de clima, nas zonas de menores altitudes, ao longo dos vales dos rios Iguaçu, Chopim e Capanema, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa), de verões quentes, geadas pouco frequentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. Nas zonas de maiores altitudes, ao longo dos principais divisores d'água, ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb), de verões frescos e geadas severas e frequentes. Há três biomas distintos: a Floresta Ombrófila Mista (FOM), a Floresta Estacional Semidecidual (FES) e os Campos Naturais (CAM) em pequenas proporções (IPARDES, 2004; MAACK, 1968).

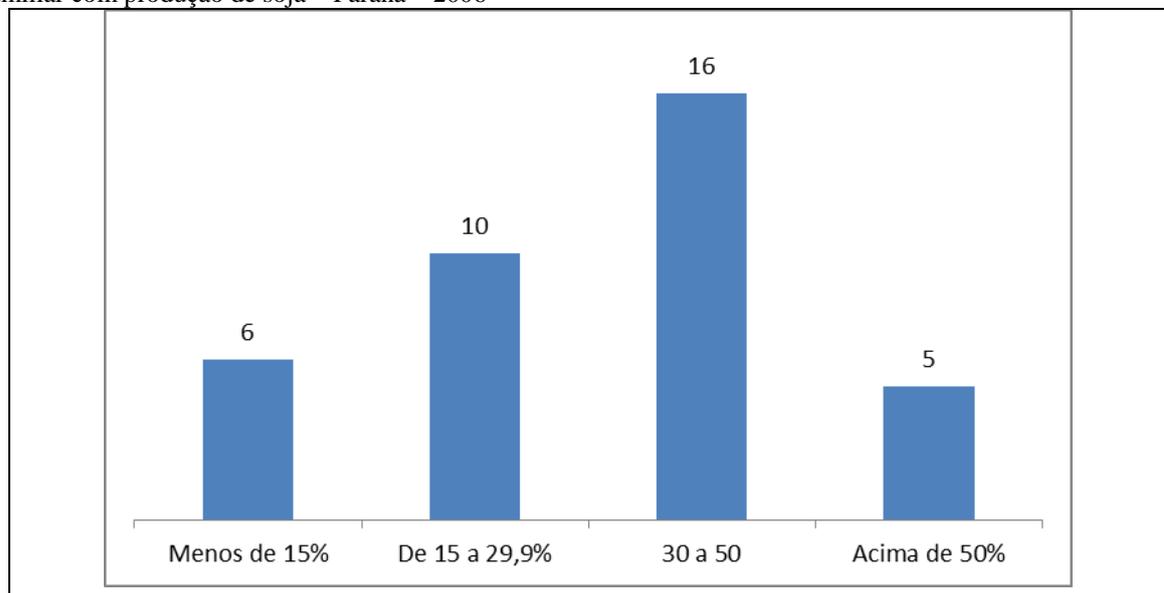
A declividade do Sudoeste, em mais da metade dos terrenos, é de 0 a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno), tornando-os aptos ao uso agrícola (lavoura e pastagem) e permitindo a utilização de implementos mecanizáveis em concordância com as normas técnicas de uso e conservação dos solos. Distribuída pela região, 30% da área possui declividade de 10 a 20%, o que os torna aptos para a agricultura não mecanizada e reflorestamento. Ainda, em 15% da área, a declividade se encontra entre 20 a 45% (até 24 graus). Este tipo de relevo ocorre principalmente nos municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida, Saudades do Iguaçu e Sulina. Essas áreas se apresentam inaptas para agricultura mecanizada e possuem restrições severas para a agricultura não mecanizada, bem como restrições moderadas ao uso do solo para pecuária e reflorestamento.

No Sudoeste, 70% dos solos são do tipo regular, nos quais a vulnerabilidade erosiva e a fertilidade são os principais fatores físicos que restringem o uso agrícola. Nesta categoria, as restrições decorrentes de problemas erosivos ocupam cerca de 50% dos solos e distribuem-se nas porções norte, noroeste, oeste e centro-leste da mesorregião. Essas áreas são

potencialmente aptas para a produção agrícola, sendo ocupadas atualmente por culturas cíclicas de grãos, principalmente milho e soja, e por pastagens. O restante deste segmento (25%) apresenta solos com restrições de uso devido à baixa fertilidade, os quais estão localizados na porção oriental, principalmente nos municípios de Chopinzinho, Pato Branco, Verê, Francisco Beltrão e São Jorge do Oeste. Esses locais apresentam solos aptos a atividades agrícolas desde que submetidos a técnicas de correção. No entanto, possuem áreas inaptas às práticas agrícolas, as quais correspondem a 25% da mesorregião, em decorrência basicamente do relevo acidentado com altas declividades, aliado à baixa fertilidade dos solos. Estão localizadas nas porções sudoeste, central e noroeste (IPARDES, 2004; MAACK, 1968).

As diferenças físicas impactam no tipo de produção agrícola, locais de ocupação e acesso aos mercados. Por isso, compreende-se o Sudoeste como uma região produtora de soja; entretanto, não são todos os municípios que têm este grão como protagonista de sua pauta produtiva. Entre os 37 municípios da mesorregião, seis deles possuem até 15% dos seus estabelecimentos agrícolas familiares com produção de soja (Gráfico 1). No outro extremo, há cinco municípios em que mais da metade dos estabelecimentos a produzem.

Gráfico 1 – Distribuição dos municípios do Sudoeste segundo o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar com produção de soja – Paraná – 2006



Fonte: IBGE (2006). Dados trabalhados pela autora.

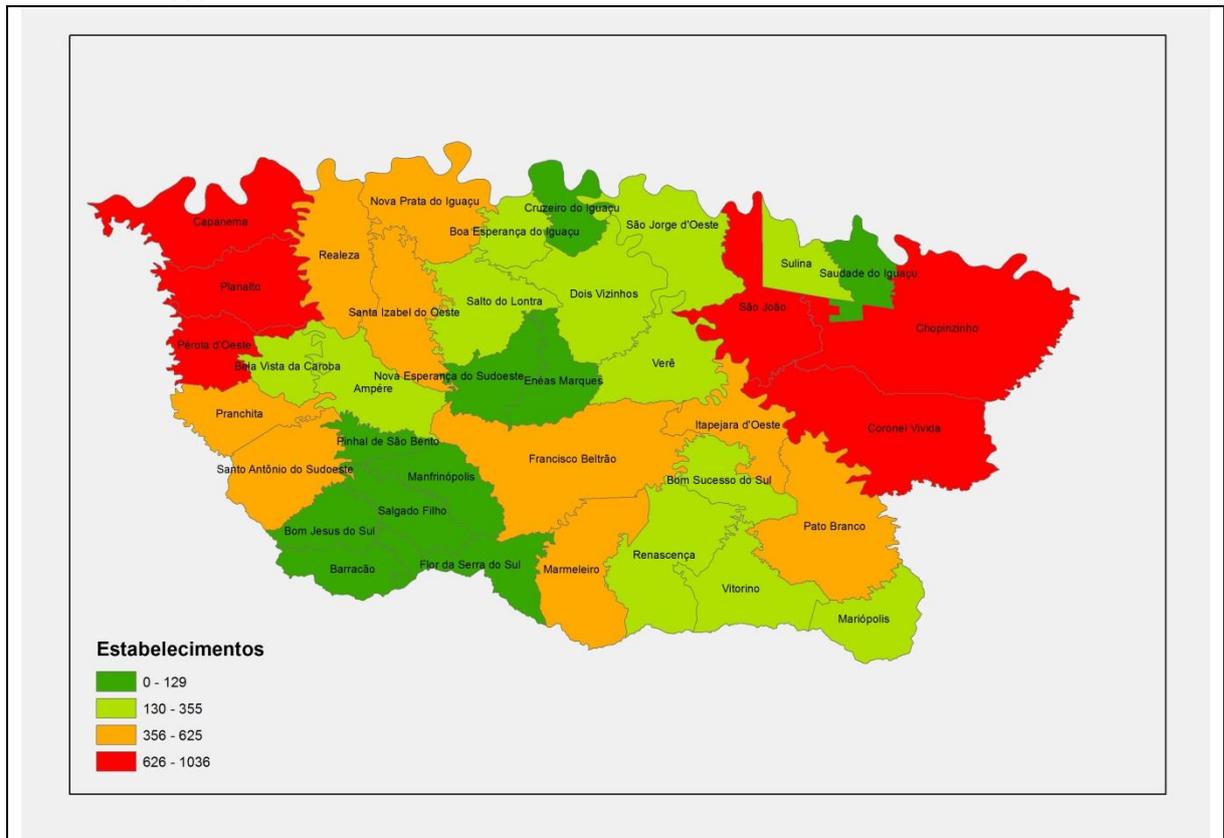
Os municípios do Sudoeste formam uma região muito semelhante entre si, porém há diferenças que exercem influência inclusive na produção de soja, e, na maioria dos municípios, mas não em todos, ela tem grande importância na pauta produtiva.

Com essas informações, de posse da análise bibliográfica preliminar e com o domínio dos bancos de dados secundários, buscou-se identificar o município do Sudoeste em que seria realizada a pesquisa de campo.

A escolha do município pesquisado se deu com base na classificação FAO/INCRA feita com dados do Censo Agropecuário 2006, privilegiando os interesses da pesquisa. Esta classificação se refere ao grau de especialização dos estabelecimentos. São denominados muito especializados aqueles em que um único produto responde por 100% do Valor Bruto de Produção (VBP). Nos estabelecimentos especializados, esse percentual é maior ou igual a 65% e menor que 100% do VBP. Nos estabelecimentos diversificados, um único produto pode atingir um percentual maior ou igual a 35% e menor que 65% do VBP. Os estabelecimentos considerados muito diversificados são aqueles cujo grau de especialização (VBP vindo de um produto) seja menor que 35%, porém, maior ou igual a zero.

Seguindo esses critérios, o município de Capanema foi selecionado para a pesquisa de campo (figura 01), pois nele se encontra o maior número de estabelecimentos produtores de soja, dos quais mais de 95% (1036) são de agricultores familiares, seguido de Planalto (891), Chopinzinho (787), São João (775) e Coronel Vivida (764).

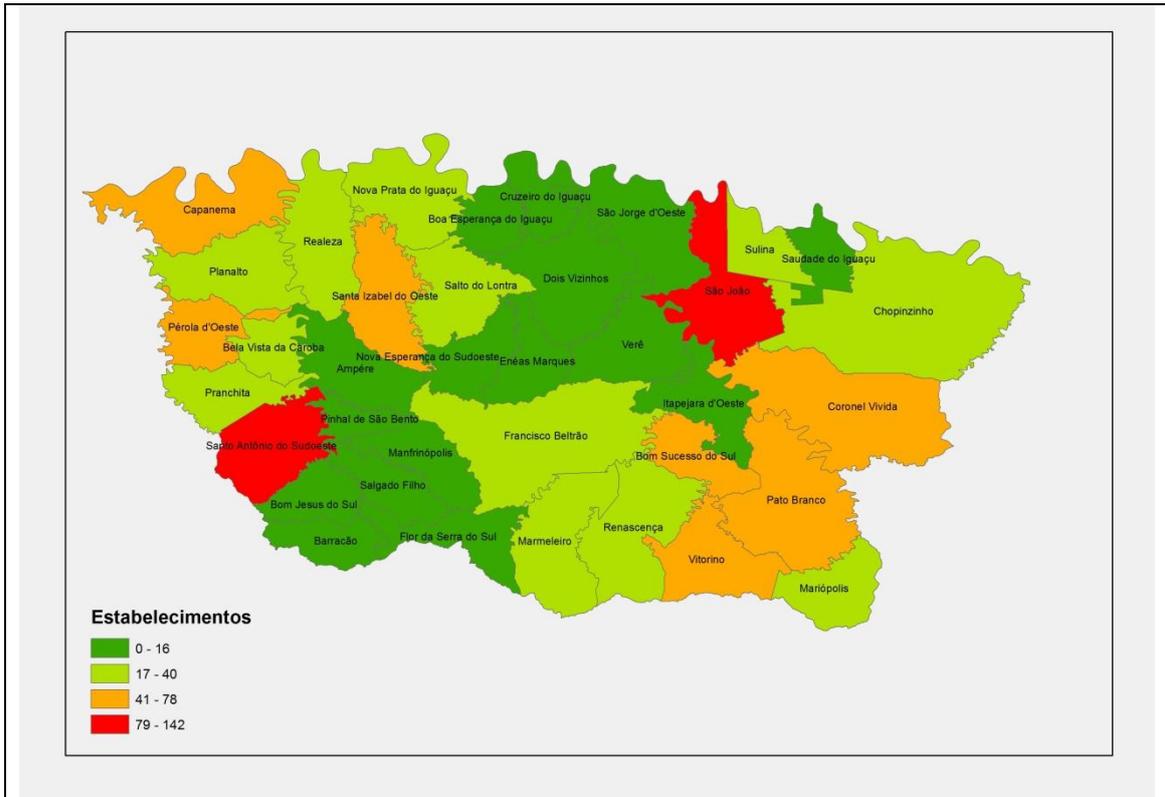
Figura 1 – Distribuição dos municípios segundo estabelecimento de soja da agricultura familiar - Sudoeste Paranaense – 2006



Fonte: IBGE (2006). Elaboração própria.

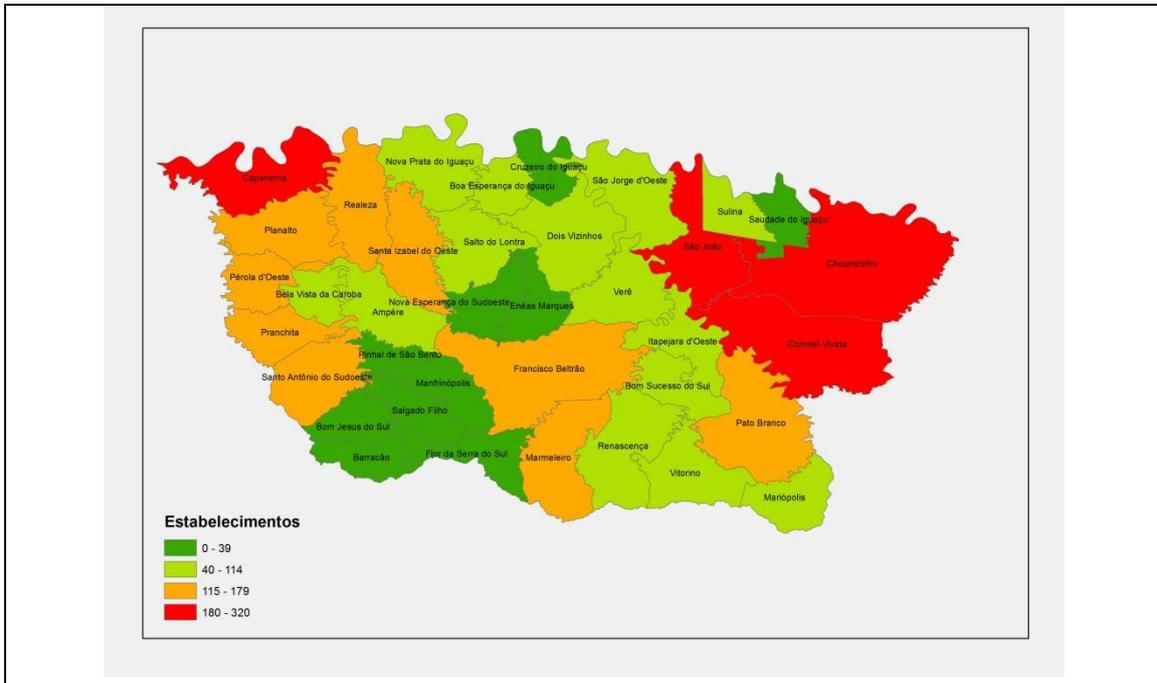
Além disso, utilizando a classificação FAO/INCRA, há representatividade de todas as classificações em Capanema, ou seja, encontram-se neste município produtores de soja muito especializados, especializados, muito diversificados e diversificados. Abaixo, as figuras 02, 03, 04, 05 ilustram a distribuição dos estabelecimentos segundo a classificação FAO/INCRA na Mesorregião Sudoeste.

Figura 2 – Distribuição dos municípios segundo estabelecimentos muito especializados de soja da agricultura familiar - Sudoeste Paranaense - 2006



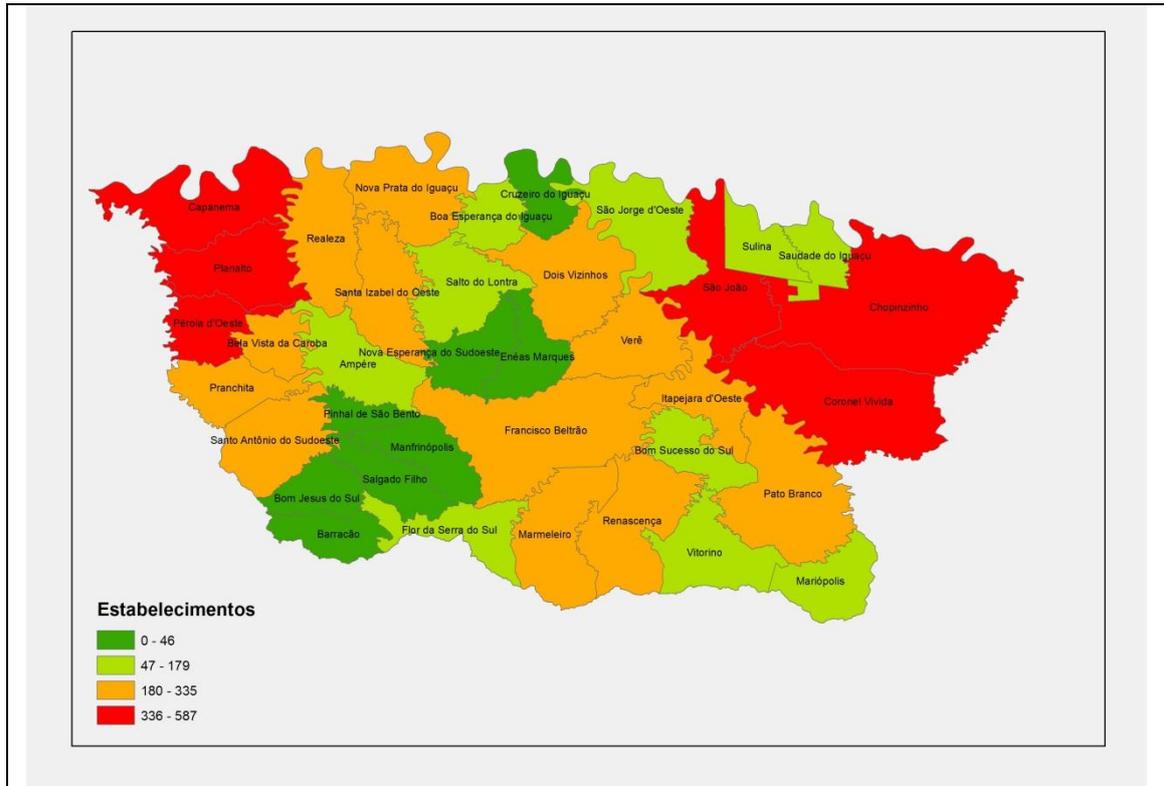
Fonte: IBGE (2006). Elaboração própria.

Figura 3 – Distribuição dos municípios segundo estabelecimentos especializados de soja da agricultura familiar – Sudoeste Paranaense - 2006



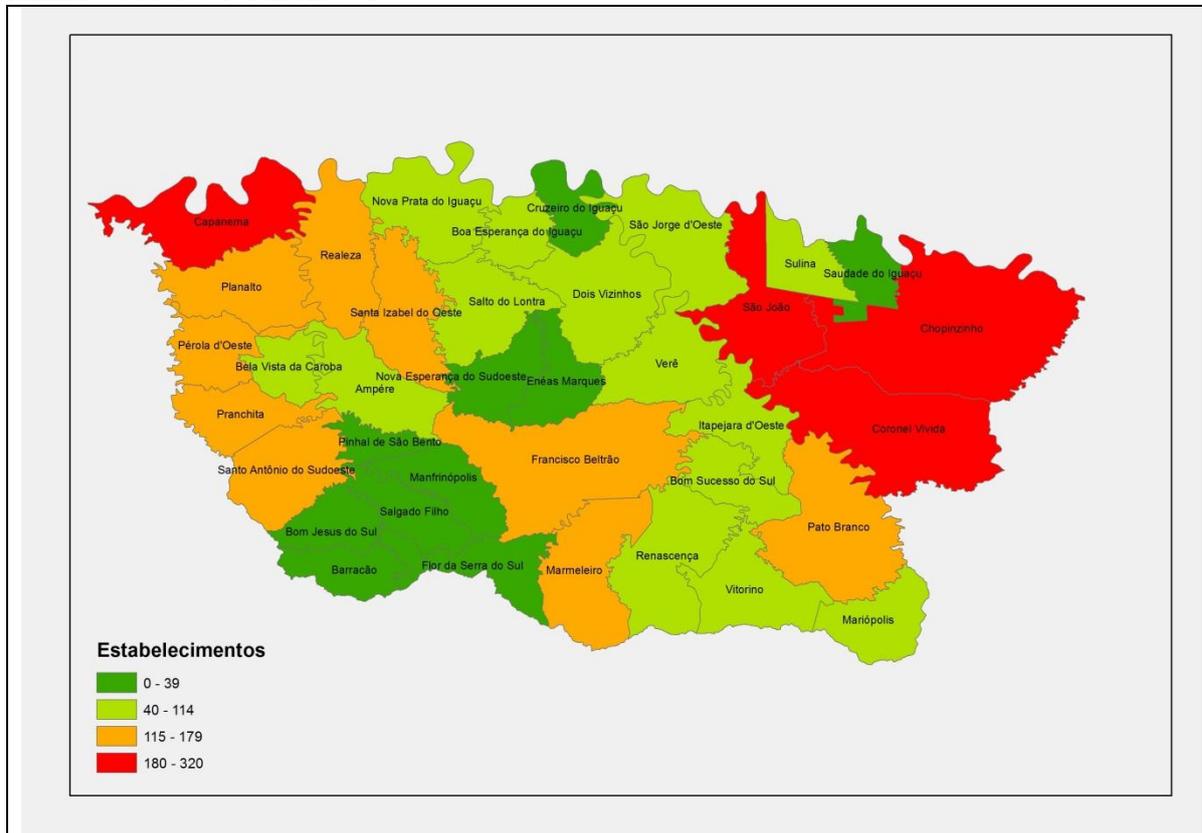
Fonte: IBGE (2006). Elaboração própria.

Figura 4 – Distribuição dos municípios segundo estabelecimentos diversificados de soja da agricultura familiar – Sudoeste Paranaense - 2006



Fonte: IBGE (2006). Elaboração própria.

Figura 5 - Distribuição dos municípios segundo estabelecimentos muito diversificados de soja da agricultura familiar – Sudoeste Paranaense - 2006



Fonte: IBGE (2006). Elaboração própria.

Detendo essas informações e a tipologia criada por FAO/INCRA, realizou-se o Painel de Especialistas no município de Capanema. Este método é considerado apropriado quando há temas bem definidos e focalizados. Sua realização não necessita, geralmente, de grandes dispêndios financeiros e pode ser combinada com outros métodos de pesquisa, inclusive as entrevistas diretas com os agricultores¹³. Este painel tinha dois objetivos. O primeiro era listar os agricultores a serem entrevistados, e o outro era fornecer um panorama geral da região sobre a agricultura familiar e a soja.

O Painel contou com especialistas da região, como técnicos da EMATER, técnicos de cooperativas e de assistência técnica ligados à agricultura familiar. Explicou-se a eles a tipologia FAO/INCRA e, segundo seus critérios, indicaram os agricultores que foram entrevistados. Percebeu-se um real empenho e seriedade dos especialistas para com o trabalho, visto que analisaram a lista por diversas vezes e adequaram-na para uma maior fidelidade à metodologia proposta.

Durante os Painéis, todos os especialistas afirmaram não conhecer famílias que possuíam 100% da renda advinda da soja, que seriam os estabelecimentos muito especializados. Segundo os dados do FAO/INCRA (IBGE, 2014), existiam no município de Capanema 56 sojicultores assim classificados, pouco mais de 5%. Os especialistas justificavam a baixa existência desse tipo de agricultor, dado que o plantio de soja ocupa a terra por quatro meses, ficando os outros oito meses à disposição da família para outros cultivos. O curto período de produção de soja é um de seus atrativos, pois permite outra cultura no mesmo ano, inclusive para não deixar a terra descoberta, assim protegendo o solo e diminuindo a erosão.

Depois do Painel e da elaboração da lista dos entrevistados, aplicou-se o questionário semiestruturado entre as famílias com o intuito de responder a questões mais específicas. Os dois primeiros blocos do questionário são compostos por perguntas fechadas. O primeiro refere-se à composição da família, escolaridade, ocupação e renda. O segundo bloco trata da propriedade, área da terra, produção agrícola e pecuária para consumo e comercialização, inventário do maquinário, cooperativismo e acesso a políticas públicas.

O terceiro bloco é composto por perguntas abertas que foram gravadas com a permissão dos entrevistados. São perguntas relacionadas à percepção deles quanto à cultura da

¹³ Para maiores informações acessar: <http://ec.europa.eu/europeaid/evaluation/methodology/tools/too_pan_whe_pt.htm>.

soja, como as facilidades e dificuldades da produção, a existência de lucro e a maneira como é calculado.

Essa técnica é uma forma de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde se segue a listagem construída até que seja alcançado o ponto de saturação, que é quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa. As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2014 e janeiro de 2015.

Este trabalho focou sua análise a partir das entrevistas com os agricultores familiares. Categoria essa com grande espaço na discussão sobre o rural e reconhecida política e legalmente¹⁴. Entende-se por agricultor familiar aquele em que a família é responsável pela gestão, pelo trabalho e é proprietária do estabelecimento. Foram consideradas essas características para que as famílias fossem entrevistadas e consideradas objeto deste estudo. A noção de agricultura familiar será discutida mais profundamente no próximo capítulo.

A família é a unidade de análise e são suas estratégias, como um todo, que são examinadas, pois elas podem estar contidas no cálculo realizado pelas famílias produtoras de soja, e todas elas comporiam sua racionalidade.

As questões referentes ao tamanho adequado para a produção de *commodities* remetem para a necessidade de grandes extensões de terra. Questiona-se quem decide, econômica e politicamente, sobre os números que definem o que é uma grande propriedade.

A Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326 de 2006 (BRASIL, 2006), estabelece como teto a detenção de até quatro módulos fiscais, o que para o Sudoeste é cerca de 80 hectares. Nenhuma das famílias entrevistadas possuía área superior a quatro módulos fiscais, como define a lei. Entretanto, não se define, nesta tese, o agricultor como familiar pela área que ele detém. Esta decisão se ampara na afirmação de Wanderley (1996) de que a agricultura familiar não é definida pelo tamanho da propriedade, mas, sim, pelas suas relações internas e externas.

Vale ressaltar que o tamanho da propriedade é uma questão mais política do que

¹⁴ Cedendo à pressão das organizações dos agricultores familiares (sindicatos, partidos, movimentos sociais) e pela emergência do tema nos meios acadêmicos, o governo brasileiro incorporou, em suas estruturas, mecanismos que institucionalizam a agricultura familiar. É o caso da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com uma Secretaria da Agricultura Familiar, do Programa de Fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf), e também da Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006). A lei da agricultura familiar, como ficou conhecida, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Nessa lei, o tripé propriedade, trabalho e família foi assumido, reconhecendo, dessa forma, o agricultor familiar como um “sujeito legal” com direitos e espaço reconhecido (legitimado) na sociedade.

técnica, pois, por um lado, pode estar atrelada à preocupação com os agricultores e com seu bem-estar; e, por outro, centra-se na sociedade como um todo e nas questões que refletem quem ganha e quem perde com as mudanças na estrutura das explorações agrícolas (STANTON, 1978).

A terra¹⁵ tem significados, valores e produtividades diferentes, por isso, no Brasil, há a noção de módulo fiscal¹⁶, que é expresso em hectares e fixado diferentemente para cada município, considerando as particularidades locais, como o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida, outras explorações existentes no município, e o conceito de propriedade familiar. No Brasil, o tamanho do módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares, e, no Paraná, entre 5 a 30 hectares. Ele é considerado o que seria a área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável.

Stanton (1978) afirma que a definição acerca do tamanho da propriedade sempre esteve na agenda de discussão dos economistas rurais, seja com maior ou menor grau de importância. O autor acredita que esta pauta se mantém por diferentes e importantes razões. Uma delas estaria relacionada com a pobreza nas zonas rurais e uma vontade de garantir um nível mínimo de vida para as pessoas do rural. Outra se relaciona com o interesse em melhorar a gestão das propriedades. E, ainda, outra razão seria a preocupação com a distribuição das terras e quem estaria controlando-as. Assim, o tamanho da propriedade não é um fator determinante para ser agricultor familiar, pois ela pode se transformar com o tempo e com os interesses em disputa. Por isso, reafirma-se a identificação desse trabalho na linha de análise de Wanderley (1996), em que o tamanho não é definidor, mas sim as relações internas e externas que a família estabelece com o meio que está inserida.

¹⁵ Dois extremos, quanto ao tamanho e valor das propriedades, que se podem citar são as imensas fazendas estatais e coletivas da Rússia e na outra extremidade as pequenas explorações familiares de Coreia, Japão, Indonésia. No Brasil, além da diferença de tamanho das propriedades, tem-se presente que um hectare em Santa Catarina não tem a mesma dimensão produtiva que a mesma área no Amazonas.

¹⁶ O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária introduzida pela Lei nº 6.746/79 (BRASIL, 1979), que alterou o Estatuto da Terra, de 1964.

3 AGRICULTURA FAMILIAR E RACIONALIDADE CAMPONESA

A análise da literatura específica referente à temática abordada nesta tese permite perceber a preocupação de diversos autores em compreender o trabalho das famílias na terra, a maneira como estas famílias produzem alimentos para o consumo e/ou a troca, a gestão de suas unidades produtivas e suas transformações no tempo.

Representativos de tais questões são os trabalhos clássicos de Shanin (1980), Marx (1982) e Wolf (1976). A propriedade familiar com diversas denominações, ocupando diferentes espaços políticos, econômicos e sociais, as preocupações ligadas a sua viabilização, produção, reprodução social e acesso a crédito, entre outras, há tempo, são objeto de estudiosos estrangeiros e brasileiros (CHAYANOV, 1981; CANDIDO, 1982; SILVA, J., 1997) e se fazem presentes nas questões relativas à formação da economia agrária brasileira. A unidade de produção agrícola de caráter familiar recebeu diferentes denominações ao longo do tempo, por parte dos autores brasileiros, sendo classificada como produção camponesa ou pequena produção.

O conceito de agricultura familiar é essencial neste trabalho, pois permite analisar a complexidade da unidade produtiva familiar, observando-se o conjunto de ações de que a família lança mão cotidianamente em busca de sua reprodução e permanência no meio rural como produtoras de soja.

Observando essas variações e ainda preocupando-se em saber por que agricultura familiar não era usada como conceito no Brasil – diferentemente de *family farming*, nos Estados Unidos, ou *exploitation familiale*, na França –, Schneider (2003a) investigou os estudos e revisões bibliográficas sobre o assunto e aponta que, entre meados dos anos 1950 até final dos anos 1960, os estudos centravam-se na natureza das relações de produção no campo, que reproduzia, em grande parte, os argumentos clássicos do debate que, no marxismo, passou a ser a “questão agrária”.

Os autores, nessa época, em sua maioria marxistas, inquietavam-se com as relações de produção no campo. A noção de campesinato abarcava os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias. Em cada situação social, a noção de camponês assumia características, e a explicação teórica variava desde a ideia de que o campesinato era um resquício feudal até a proposição de que era uma forma de assalariamento disfarçado, “tanto em um caso como em outro, restava apenas saber qual seria seu papel em uma sociedade com as feições do capitalismo brasileiro” (SCHNEIDER, 2003a, p. 33).

Nos anos 1970, houve uma mudança nesse debate, e os proprietários de pequenos lotes de terra passaram a ser chamados de “pequenos produtores”, deixando de ser identificados como “minifundiários”. Essa mudança de denominação acompanhou o crescimento da capacidade do Estado de propor e executar políticas para essas categorias, sem abandonar a noção de campesinato. O termo pequenos produtores teria uma aplicação operacional, e campesinato carregava um sentido mais teórico. Na segunda metade da década, há um marco teórico importante, que se dá quando começam a aparecer os estudos sobre teoria camponesa, influenciados por Alexandre Chayanov.

Na década de 1980, destacam-se estudos que consideram a “integração” e “exclusão” dos agricultores em relação às agroindústrias e aos mercados. Na década seguinte, os trabalhos se direcionam para conhecer mais profundamente o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e suas formas de funcionamento, com destaque para as obras de Lamarche (1993; 1998) e o estudo do FAO/INCRA (GUANZIROLI; CARDIM, 2000) que distingue os agricultores patronais dos familiares.

É a partir da década de 1990 que a noção agricultura familiar, usada correntemente nos Estados Unidos¹⁷, assume especificidades no Brasil e ganha destaque no cenário nacional. Segundo Schneider (2003a), no Tratado de Asunción¹⁸, em 1991, que institucionalizava o processo de integração dos países da região do Cone Sul da América Latina, foram firmados diversos acordos multilaterais com o objetivo de aumentar a integração econômica e comercial entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Para o autor, a noção de agricultura familiar surge como uma expressão de convergência e unifica os interesses dos pequenos proprietários rurais que estavam, não apenas preteridos politicamente, mas afetados economicamente, dado que a abertura comercial, com diferenças de competitividade nos produtos brasileiros, ameaçava determinados setores da sua agricultura. Ainda, a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) forçou as organizações de pequenos produtores a

¹⁷ Germer (2002), ao criticar o uso do termo agricultura familiar no contexto brasileiro, afirma que “o chamado produtor ‘familiar’ representava o pequeno empreendedor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e assim por diante, representado na agricultura pelo *farmer*. O culto da produção ‘familiar’ é, na realidade, um culto ao pequeno capitalista da fase heroica do capitalismo e uma expressão do radicalismo liberal pequeno-burguês que está presente desde o início da colonização norte-americana. Não se identifica, portanto, com as ideias de Chayanov, e de certo modo é seu oposto: a virtude do produtor ‘familiar’ chayanoviano consiste em resistir à transformação inovadora do capitalismo, ao passo que a do norte-americano é de promovê-la” (GERMER, 2002, p. 48).

¹⁸ O Tratado de Assunção foi assinado em 26 de março de 1991, entre a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com o intuito de criar um mercado comum entre os países acordados, formando, então, o que popularmente foi chamado de Mercosul (oficialmente Mercado Comum do Sul e, em língua espanhola, Mercado Común del Sur).

buscar inspiração na formação de outros blocos, como a União Europeia, o que trouxe à tona um grande conjunto de informações sobre políticas para os agricultores familiares.

Nesse contexto, em que as entidades dos pequenos produtores sentiam-se vulneráveis com a possibilidade de serem afetadas pelas consequências da integração comercial e econômica, estas construíram um discurso político unificado que defendia a proteção social, política e econômica daqueles agricultores. Mesmo que as ações sindicais tenham surtido resultados fragmentados e de pouca repercussão política, constituiu-se em um marco para consolidar e unificar a pauta de defesa dos interesses dos agricultores familiares, formando uma nova categoria política que possibilitou congrega os pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários, e os agricultores integrados às agroindústrias, entre outros. A noção de agricultura familiar possibilitou aos agricultores constituir “uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades” (SCHNEIDER, 2003a, p.31).

A noção de agricultura familiar passou a unificar os discursos e as ações dos sindicatos e movimentos sociais do campo. Ela congrega uma diversidade de categorias sociais que se fortaleceram ao mesmo tempo em que outras noções usadas anteriormente (camponês, pequeno produtor) foram enfraquecendo. Esta abrangência da noção de agricultura familiar, sem dúvida, é uma das razões pela sua dominação tanto no meio político como acadêmico, permitindo congrega diversos segmentos que se reconhecem nela.

As mudanças de denominação refletem não apenas uma troca de nomes, mas o engajamento e a luta para demarcar o espaço social, político e econômico desse segmento dinâmico de agricultores.

Com a efervescência da noção de agricultura familiar, tanto no meio político como acadêmico, os teóricos brasileiros do rural, como Abramovay (1997), Wanderley (1996), Schneider (2003b) e J. Silva (1997), passam a direcionar seus questionamentos para as possibilidades e formas de reprodução e transformação da agricultura familiar inserida em sistemas socioeconômicos diferenciados, questionando-se, inclusive, sobre como essa agricultura se articula com a dinamização dos espaços, das economias locais e com os diversos mercados.

A complexidade do funcionamento da produção agrícola e as percepções acerca do relacionamento entre os mundos rural e urbano construíram alguns conceitos sintéticos, muitas vezes imprecisos e insuficientes, para aproximar-se da imagem da realidade. Abramovay (1992) questiona que as ambiguidades com que se trata a noção de agricultura familiar tornam-se um impeditivo para a compreensão da realidade agrária contemporânea;

assim, o que pode ter dado força ao termo também pode se tornar um impeditivo. Seria preciso dissociar as ideias que produzem essas ambiguidades e criam confusões teóricas, começando, por exemplo, pela dissociação de agricultura familiar e pequena propriedade, produção de subsistência e campesinato. Ressalta-se que ser agricultor familiar não é sinônimo de pobreza, apesar de muitos dos pobres do campo serem agricultores familiares.

Essa distinção é importante pelo fato destes segmentos possuírem necessidades diferentes, especialmente nas suas relações com o poder público. Se, por um lado, alguns precisam de políticas públicas assistencialistas, por outro, há grupos de agricultores que necessitam de políticas de apoio à produção.

Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar pode ser compreendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Para caracterizar estes agricultores, Gasson e Errington (1993) elencam seis elementos básicos:

- a) a gestão é feita pelos proprietários;
- b) os responsáveis pelo estabelecimento estão ligados por laços de parentesco;
- c) o trabalho é fundamentalmente desenvolvido por membros da família;
- d) o capital envolvido pertence à família;
- e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; e
- f) os membros da família vivem na unidade familiar.

Abramovay (1997) ressalta que não é necessária a presença de todos estes critérios para a unidade produtiva ser vista como de agricultura familiar.

Chayanov (1981), Gasson e Errington (1993), Wanderley (1996) e outros estudiosos afirmam que a característica principal da agricultura familiar está em reunir, na família, ao menos o tripé gestão, propriedade e trabalho. É a combinação desses três elementos que permite a identificação de um estabelecimento familiar como, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social. Assim, a análise desse tipo de estabelecimento implica tratar a família como uma unidade sem divisão de produção, em que a família é quem detém o controle da exploração agrícola. Entende-se que neste tripé estariam as grandes coordenadas que delineiam o que se entende por agricultura familiar, não sendo uma classificação engessada. Ele dá conta de acompanhar as transformações latentes e não raras da agricultura familiar.

Halamska (1998, p. 233) entende como produtor agrícola familiar “aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família”. A autora ainda ressalta que estas unidades familiares “são fortemente diversificadas por causa dos diferentes modelos de referência elementares, de um contexto socioeconômico variado, das condições naturais e da história de sua evolução”.

Esta tese compreende que a noção de agricultura familiar abarca a sua diversidade, seu contexto socioeconômico, suas condições naturais e topográficas juntamente com a história daquela população e daquele lugar, fatores que dão conformações diferenciadas aos grupos. Isso contribui para compreender as particularidades de um segmento - sojicultores familiares - sem perder de vista seu pertencimento geral da agricultura familiar.

É importante considerar a perspectiva da unidade familiar, da sua heterogeneidade e do seu papel social quando se analisa a agricultura familiar, especialmente para compreender as variáveis relativas à organização do trabalho e da produção, à composição da renda e a outras variáveis socioeconômicas.

3.1 A RACIONALIDADE DO AGRICULTOR FAMILIAR

Diferentes autores, como Perondi (2007), Conterato (2008) e Niederle (2007), ressaltam a participação da agricultura familiar na produção comercial da *commodity* soja. Esse tipo de produção pode implicar em que o agricultor abra mão da diversidade produtiva em prol da especialização e, também, em que deixe de produzir comercialmente itens diretamente ligados à alimentação, como arroz e feijão.

Economicamente, a soja é considerada um produto que se viabiliza somente em grande escala, como apresentado no capítulo anterior. Logo, a produção dessa *commodity* pela agricultura familiar incorreria no risco de torná-la vulnerável, acumulando prejuízos financeiros ou, então, dedicando-se a um produto sobre o qual ela não tem controle algum, nem nos insumos, nem nas sementes e muito menos nos preços, dado que são definidos internacionalmente.

Assim, é crucial expandir a compreensão dos aspectos econômicos e sociais, relacionados aos sojicultores familiares, que se reproduzem há décadas nesta atividade,

avançando no entendimento do que se denomina de racionalidade da agricultura familiar¹⁹. Para Chayanov (1981), neste sistema econômico, que possui lógica própria, as categorias analíticas, como salário, renda e juros, não fazem parte da análise e cálculos dos camponeses. A família emprega sua mão de obra na terra e recebe no final de um ano o resultado desse trabalho, que é certa quantidade de produtos, o que constitui sua única renda. Geralmente, não há a participação de mão de obra de outras pessoas sendo a própria família que trabalha no processo produtivo. E a

[...] quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho da composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar e pelo grau de esforço do trabalho, o grau de autoexploração através dos quais os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano (CHAYANOV, 1981, p. 138).

O grau da autoexploração se dá na medida em que se estabelece uma relação entre a demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Quando surge a necessidade de maior demanda, pode-se aumentar o trabalho, permitindo que a produção da unidade econômica satisfaça a demanda familiar (CHAYANOV, 1981, p. 139). Para Chayanov, segundo Wanderley (1998, p. 30), a agricultura familiar

[...] é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferentes da unidade de produção capitalista. Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção.

A agricultura familiar não tem sua base organizada na exploração do trabalho alheio, mas sim tem o papel de ocupar os membros da família que comandam o estabelecimento. Porém, é reconhecido a este segmento a contratação de mão de obra externa sem que, com isso, perca o caráter familiar. No trabalho FAO/INCRA, considera-se agricultor familiar aquele cuja propriedade apresentar quantidade de trabalho contratado inferior à de trabalho familiar (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

¹⁹ Segundo Wanderley (1996), a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, e camponato corresponde a uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Ainda segundo a mesma autora, a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Nesta perspectiva teórica, a agricultura familiar é um sistema de relações sociais, culturais e econômicas no interior do capitalismo, não se baseando no trabalho assalariado e nem tendo por finalidade a maximização dos lucros. Ela tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade, portando-se de forma diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal. Entende-se que a agricultura familiar está em contínua transformação, por diversos motivos, especialmente para continuar se reproduzindo e sobrevivendo; porém, as questões levantadas por Chayanov (1981) permanecem e contribuem para a discussão sobre o tema.

Friedmann (1978), no intuito de compreender as diferentes racionalidades e estratégias dos agricultores, investiga a produção de trigo entre os anos de 1873 a 1935, comparando as atividades nos Estados Unidos com outros países. A autora diferencia a produção simples de mercadorias da produção capitalista. A primeira é aquela em que a propriedade da empresa e o fornecimento de trabalho estão combinados na unidade familiar (*household*). A segunda seria composta por classes separadas: capitalistas e trabalhadores. Os primeiros organizam a produção através da compra de força de trabalho e dos meios de produção que detêm. O salário serve para renovar a força de trabalho, fornecendo a subsistência dos trabalhadores. O capitalista possui o produto final, e sua venda lhe permite renovar todos os elementos de produção. Para a autora, tanto a produção simples de mercadoria como a capitalista estão inseridas no mercado.

É possível afirmar que os sojicultores familiares estudados nesta tese se aproximam da produção simples de mercadoria, pois são as relações familiares que organizam a produção e o consumo. É a família que compra ou detém os meios de produção, coordena e, no final, incorpora o valor da produção, o qual é geralmente utilizado para o novo processo produtivo e o custeio da família. Todo o processo tem como intuito primeiro a preservação e reprodução da unidade familiar.

Friedmann (1978) critica Chayanov por fazer conclusões comportamentais neoclássicas derivadas de premissas estruturais. No entanto, concorda com ele ao expressar que as estruturas da produção simples de mercadorias e da produção capitalista são diferenciadas em virtude de relações sociais específicas (parentesco, trabalho familiar, composição da família, etc.), que fazem com que os custos e as relações de produção se baseiem em critérios diferenciados (NIEDERLE, 2009). Esta concordância reforça a linha de análise desta tese no que concerne à importância das relações sociais para distinguir a produção simples de mercadorias e a produção capitalista, fazendo com que existam critérios diferentes para os cálculos, os custos e as relações de produção.

Friedmann (1978) também questiona Chayanov ao afirmar que conceitos como salário, renda e lucro devem ser impostos sobre a produção familiar, quer pelos próprios produtores quer pelos pesquisadores. Para a autora, o produtor simples de mercadoria é um capitalista, dado que ele é o proprietário dos meios de produção e, como trabalhador, ele é seu próprio empregador. Ele se explora como trabalhador e paga a si mesmo. A autora, dessa forma, não renega a influência das relações sociais específicas à conformação da lógica que orienta a ação dos agricultores, mas admite que são componentes que não impedem o cálculo capitalista.

No entanto, Friedmann (1978) reconhece que Chayanov abordou um tema central na análise e reprodução das unidades familiares: o cruzamento de aspectos demográficos e econômicos. A oferta de trabalhadores dentro de casa cria uma inflexibilidade na quantidade de mão de obra disponível para a produção, e, na unidade familiar, existem claramente influências demográficas para a oferta de trabalho.

Segundo Sandrini (2005, p. 24), apesar da crítica de Friedmann ao estudo de Chayanov, o autor acaba chegando à mesma conclusão de que “as decisões da empresa familiar são tomadas no âmbito da família e a racionalidade das decisões é sempre voltada para a reprodução dos membros”. Abramovay (1992), preocupado em compreender a racionalidade dos agricultores, apresenta as ideias de Johnson (1969), Tweenten (1969) e Owen (1975). Tais autores reforçam que os agricultores americanos não agem segundo a lógica econômica convencional, eles investem muito além do que lhes é retornado com a renda da produção e, ainda, parte significativa do trabalho dispendido na agricultura é remunerado inadequadamente.

Abramovay utiliza o estudo de Cochrane (1979²⁰ *apud* ABRAMOVAY, 1992) para dialogar com a agricultura familiar. O autor observou que, em momentos de grande avanço técnico na agricultura, os agricultores passaram por graves crises decorrentes de preços muito baixos. Tempos de rápido desenvolvimento agrícola são invariavelmente períodos de angústia econômica e tempos difíceis para os agricultores. Os avanços técnicos na agricultura, que promoveram menor penosidade do trabalho e aumento da produtividade, não se refletiram em ganhos financeiros para os agricultores que, mesmo assim, continuaram produzindo.

²⁰ COCHRANE, W. W. **The development of American agriculture**: a historical analysis. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1979.

Estes estudos que relatam as “irracionalidades” dos agricultores norte-americanos não devem ofuscar o fato de que eles possuem um cálculo econômico adequado ao ambiente econômico e social do capitalismo avançado. Para Abramovay (1992), o comportamento do agricultor contemporâneo exprime menos uma racionalidade específica e diferente da socialmente dominante do que uma lógica na qual uma renúncia ao ganho presente deve ser necessariamente compensada pela obtenção de retornos futuros e não aceita resignadamente como tradução econômica da natureza familiar da unidade produtiva.

Os agricultores familiares não são simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as *leis da reprodução e do desenvolvimento*. Essas leis são encontradas dentro da família, onde há os elementos geradores de sua conduta específica, como o balanço entre trabalho, consumo e a composição demográfica. São esses elementos que explicam as decisões econômicas das famílias e que necessariamente não correspondem à racionalidade capitalista.

As leis de funcionamento da agricultura familiar não são explicadas em função da lógica da economia mercantil. A família tem preocupações com sua reprodução, alimentação, diminuição da penosidade do trabalho e a escolha da pauta produtiva que são ligadas à necessidade de subsistência da propriedade e ao seu costume e realidade local. Elementos fundamentais para compreender a sua racionalidade.

Abramovay (1992), após apresentar estudos que mostram que os agricultores não seguem “as leis” da racionalidade econômica, explica que isso acontece dado que o ambiente social dos agricultores permite que a vida seja organizada por outros critérios de relações humanas que não os econômicos. Assim, o autor considera que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica, que via nos camponeses membros de uma *sociedade parcial*, detentores de uma *cultura parcial*.

Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo, mais que um tipo econômico, o camponês representa, antes de tudo, um *modo de vida social*, para usar uma expressão de Karl Polanyi (1944/1980) (ABRAMOVAY, 1992, p. 101-102).

Assim, os agricultores conseguiriam viver como sociedade parcial com vínculos sociais personalizados sem uma contabilidade econômica racional que pautasse a produção e o trabalho.

Abramovay (1992) conclui afirmando que não se pode compreender o campesinato através dos elementos do comportamento *econômico*. A antropologia clássica revelou, há tempos, a natureza incompleta da sua racionalidade econômica, explicitando que são os vínculos de natureza personalizada, laços comunitários locais e o caráter extraeconômico das próprias relações de dependência social que explicam as particularidades do campesinato.

Por isso, enfatiza-se, neste trabalho, a importância de uma análise complexa, para além da estritamente econômica, para compreender as motivações que fazem a agricultura familiar produzir soja.

3.2 DUAS LÓGICAS NA MESMA DIMENSÃO

Os sojicultores familiares estão em um emaranhado multifacetado. De certos ângulos, podem ser vistos como produtores de *commodities* envolvidos em uma cadeia produtiva global; de outro, são produtores familiares dependentes da sua própria unidade para reprodução. O objetivo deste trabalho não é classificá-los e sim compreendê-los. Nesse sentido, o conceito de campesinidade, desenvolvido por Woortmann (1990), contribui para a compreensão do objeto aqui estudado.

O autor não se propõe a discutir se o produtor é agricultor familiar, camponês ou pequeno produtor, mas se dedica a desenvolver o conceito de *campesinidade*, que deixa de lado a discussão acerca da caracterização objetiva do sujeito social e se preocupa com uma análise qualitativa através das práticas cotidianas. O autor esclarece que seu interesse não é afirmar que o sitiante é camponês, mas extrair da sua fala e de seus valores uma ética, uma expressão moral que é a campesinidade. Mostrar que as pessoas de carne e osso são ambíguas e se movem rapidamente. Desse trânsito entre dois mundos, resulta a campesinidade que contempla a mutabilidade e não é uma prisão cultural. Enquanto pessoa concreta, o sitiante não é radicalmente distinto de pessoas “modernas”. Ele se dedica a agricultura como prática e sabe investir dinheiro.

O termo campesinidade é maleável, não é rígido, pois nele próprio há a compreensão de que o ser humano é volátil e se transforma rapidamente. O termo trata de relações morais que permeiam vários aspectos da vida do trabalhador rural, em que:

[...] campesinidade (é) entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos. Se há uma relação entre formas históricas de produção e essa qualidade, tal relação não é, contudo, mecânica. O que tenho em vista é uma configuração modelar, mas é preciso não esquecer, sob risco de reificação, que pequenos produtores concretos não são tipos, mas sujeitos históricos

e que as situações empíricas observadas, por serem históricas, são ambíguas. [...] Modelos nunca são 'iguais à realidade', se por essa última se entende a concretude histórica que é, essencialmente, movimento (WOORTMANN, 1990, p. 13).

Entender que cada sojicultor é um sujeito histórico que passou por diferentes situações empíricas permite compreender que há regras gerais que explicam a sua situação, mas também há aquelas individuais que se referem ao próprio sujeito específico.

Algumas categorias culturais, na construção da campesinidade, seriam comuns e inter-relacionadas, como terra, família, trabalho e liberdade. Essas categorias definiriam uma ordem moral encontrada nas sociedades camponesas e estariam associadas a valores e princípios, como a reciprocidade, a honra e a hierarquia. Para Woortmann (1990), pensar trabalho é pensar terra e família, são elementos que não podem ser pensados separadamente porque são categorias de um universo concebido holisticamente. Honra, reciprocidade e hierarquia também não se pensam separadamente, são conceitos teóricos que se interpenetram na constituição da ordem moral a que chamo campesinidade.

A campesinidade não diminui com a integração do agricultor ao mercado. Woortmann (1990) cita o exemplo dos colonos teuto-brasileiros do sul do país, que há muito produzem para o mercado. Sua ordem social seria de caráter mais holista que individualista, pois, para eles, a terra não é mercadoria, mas sim patrimônio da família, e garantir sua integridade é ponto de honra para estas pessoas.

É possível ter um pequeno produtor secularizado, maximizante próximo a um Homo economicus. De outro ângulo, este produtor será uma pessoa mais próxima a uma ordenação moral e sagrada do mundo, mais perto de um homo moralis. Esta pessoa se move em dois universos. Pode parecer ambíguo, mas o que se tem é o indivíduo que faz o seu

[...] uso da história, sua apropriação individual de duas temporalidades internalizadas, onde os tempos modernos são usados para restabelecer o tempo tradicional. Transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral, e com ela, a campesinidade (WOORTMANN, 1990, p. 19).

Compreende-se que o mesmo agricultor transita por dois mundos que se entrelaçam e que formam a sua campesinidade. A história do agricultor é permeada pelo movimento, nem sua história nem ele são estáticos. A campesinidade permite compreender as diferentes estratégias do agricultor, suas relações com o mercado combinadas com produção para subsistência. O agricultor muda de produção, de modo de produzir, mas há elementos que permanecem e, nesse sentido, a campesinidade contribui na explicação. Ela permite compreender que, desde os primeiros estudos sistematizados sobre unidade de produção

familiar, muitas características mudaram, porém esta ordem moral²¹ que a permeia se mantém.

Mooney (1988) compreende que a racionalidade dos agricultores não se encaixa perfeitamente nos moldes desenhados pelos cálculos econômicos. Embora seu trabalho discuta a transformação da agricultura de Wisconsin, nos Estados Unidos, e, em específico, o declínio no número de pessoas e agricultores que vivem e trabalham em fazendas, sua análise pode ser usada como referência importante para este estudo.

Mooney pesquisa o agricultor como produtor e, especificamente, examina como a produção e os produtores se cruzam com a estrutura social através das relações sociais. O autor utiliza a teoria weberiana na compreensão da racionalização da atividade econômica em busca do lucro calculável como a mola mestra do desenvolvimento capitalista. O autor discute a inadequação de um modelo econômico utilizado na estrutura de classes que assume a racionalidade formal para os agricultores.

Para avançar na análise destes agricultores, Mooney (1988) explora dois tipos de racionalidades weberianas, a formal e a substantiva, as quais contribuem diretamente para o entendimento do objeto desta tese. A racionalidade formal seria típica da ação econômica que procura calcular os fatores em termos monetários, seria o processo no qual procedimentos e regras calculáveis economicamente se expandem em todas as esferas da atividade social e substituem os procedimentos orientados por sentimentos, tradições e regras. Sentimentos, ao contrário, seriam o alicerce da racionalidade substantiva que considera estes elementos para além dos elementos econômicos. O autor demonstra a coexistência das racionalidades formal e substantiva para confirmar a inadequação do modelo econômico utilizado. O argumento é que essas duas racionalidades existem entre os agricultores de Wisconsin.

É necessário ampliar a análise da racionalidade dos agricultores, pois ela permite compreender que as estratégias dos sojicultores são permeadas por elementos tanto da racionalidade substantiva quanto da formal. Para além da racionalidade formal, variáveis da racionalidade substantiva, como sentimentos, valores, cultura e tradição, são cruciais para compreender as ações dos sojicultores familiares. Para o autor, compreender e explicar as ações e os cálculos dos agricultores apenas pela racionalidade formal é uma atitude forçada e inadequada.

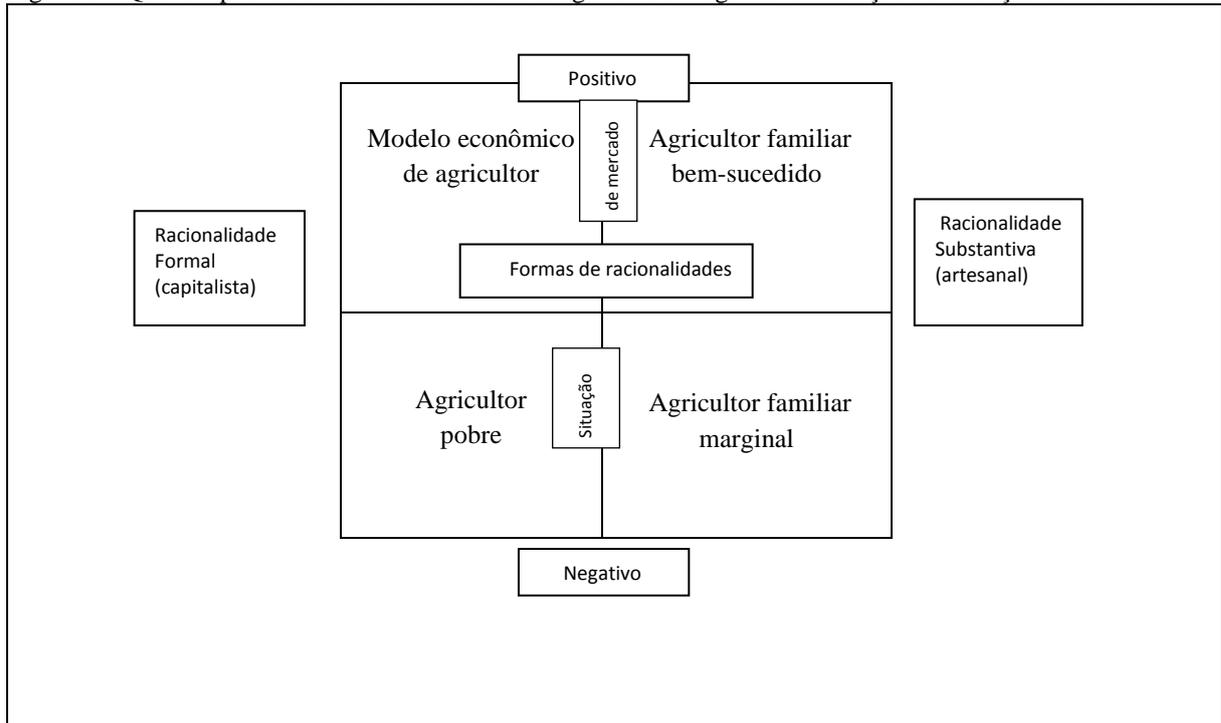
²¹ Esta ordem moral que a campesidade expressa tem ligação com o caráter familiar, que, segundo Wanderley (1996, p. 2) “não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente”. As relações e decisões se dão considerando a família como um todo.

Nessa mesma linha de análise, Bennet (1982) critica os trabalhos efetuados pelos teóricos da administração rural. Para o autor, esta disciplina tem olhado o produtor rural de um ponto de vista economicista, desconsiderando as variáveis qualitativas, tais como valor de uso ou prestígio social, as quais também são motivações importantes nos processos decisórios. Mooney (1988), Lamarche (1993), Woortmann (1990) e Bennet (1982), embora a partir de diferentes abordagens teóricas, coincidem ao identificarem outros aspectos, que não os racionais ou objetivos, que conformam o processo decisório dos produtores familiares. Para Bennet (1982), são simplistas as teorias que assumem a racionalidade formal dos agricultores, dado que os agricultores continuam tomando suas decisões com certo grau de liberdade, apesar das pressões do mercado e da razão econômica, e orientando-se segundo a pressão de fatores sociais e culturais.

Tanto Mooney (1988) como Woortmann (1990) incorporam, em sua discussão, a possibilidade da mudança, de convivência, de mescla; o trânsito do mesmo agricultor entre universos diferentes, incorporando diferentes racionalidades do seu cotidiano.

Considerando as racionalidades formais e substantivas, Mooney (1988), inspirado na teoria weberiana, constrói quatro tipos ideais. Na figura 6, cujo eixo vertical representa um contínuo de privilégio positivo e negativo no que diz respeito ao mercado de bens e competências, também inclui o nível de monopolização de fatores de entrada e saída do mercado.

Figura 6 – Quatro tipos ideais de racionalidade dos agricultores segundo a interação e a situação de mercado



Fonte: Mooney (1988).

O eixo horizontal representa um contínuo entre racionalidade formal capitalista e substantiva artesanal. O modelo produz quatro tipos ideais de agricultores que são criados ao colocar o tipo de racionalidade e situação de mercado. O objetivo desse modelo é mostrar que, em uma mesma região, convivem agricultores com diferentes tipos de conduta e de racionalidade.

O *agricultor familiar marginal* é guiado pela racionalidade substantiva tanto no trabalho agrícola como na vida da propriedade. Em uma situação adversa de mercado, ele é capaz de persistir na agricultura mesmo trabalhando com terra insuficiente, falta de mão de obra e com o monopólio dos mercados de insumos e matérias-primas. Este agricultor depende de fontes externas para acessar terra e crédito, dependência esta que atrita a autonomia e unidade do processo de trabalho. Mesmo com essas adversidades, é bem mais provável que ele se mantenha na agricultura do que um agricultor que esteja em circunstâncias semelhantes, mas que seja guiado pela racionalidade formal. O agricultor familiar marginal é capaz de suportar um nível de renda mais baixo, arrendamentos ou juros, troca desigual, aumento do custo de produção, ou menor produtividade por estar sendo guiado pela racionalidade substantiva.

O *agricultor pobre*, geralmente arrendatário ou muito endividado, é impulsionado pela busca do lucro. Ele tem menos probabilidade de persistir nessa situação, uma vez que a

racionalidade formal normalmente irá levá-lo a buscar o emprego não agrícola, em que os salários são mais elevados. Esta mobilidade é, claro, limitada pela condição do mercado de trabalho.

O *modelo econômico de agricultor*, segundo Mooney (1988), combina propriedade econômica e legal das terras com habilidades especializadas na busca do lucro. Suas decisões são calcadas geralmente com base no cálculo monetário. Ele não tem apego à terra e elas podem ser terceirizadas se assim for mais rentável. Provavelmente contrate mão de obra para certas atividades, especialmente aquelas que exijam menos habilidades. Este é o agricultor que é tipicamente assumido nos modelos dos economistas agrícolas.

O *agricultor familiar bem-sucedido* tem a posse econômica e jurídica da propriedade, não possui dívidas nem aluguéis ou arrendamentos. Conta com um leque de habilidades que são desenvolvidas continuamente em um processo de trabalho autônomo que une concepção e execução de todo o ciclo de produção. Este trabalho é inseparável de um modo de vida e uma cultura. O agricultor valoriza seu bem-estar e os produtos que vende.

Estes quatro tipos ideais construídos por Mooney (1988) são importantes neste trabalho, dado que mostram a possibilidade de diferentes tipos de agricultores, com diferentes racionalidades, conviverem em uma mesma região, e também a possibilidade de que um mesmo agricultor apresente uma racionalidade dominante, mas conte com aspectos de outra. Na tentativa de demonstrar o que são tipos ideais, ou seja, construções teóricas, porém fundamentadas na realidade, o autor apresenta quatro estudos de caso para exemplificar sua teoria.

O modelo *agricultor familiar bem-sucedido* é o que mais se aproxima dos sojicultores estudados neste trabalho. Eles têm a posse legal das terras e são responsáveis por todo o processo produtivo, o trabalho na terra está ligado ao seu modo de vida, além de deterem preponderantemente a racionalidade substantiva mesclada pela racionalidade formal.

Assim como Mooney (1988), Lamarche (1993) constrói quatro modelos teóricos: modelo empresa, empresa familiar, agricultura camponesa e de subsistência e modelo agricultura familiar moderna. O esforço desses autores põe em evidência a dinâmica da agricultura familiar, suas diferentes formas, demonstrando como ela é camaleônica. Esse dinamismo também permite que, em um momento, ela possa ser classificada em um dos grupos, e, em outro, possa ser identificada como pertencente a outro.

O modelo *empresa* se caracteriza por relações pouco familiares e fortemente dependentes. Há pouco apego à terra, a terra arrendada tem importância, há destaque para o trabalho familiar, mas geralmente é apenas o responsável que se envolve, não sendo muito

representante no trabalho total. Caracteriza-se por ser um sistema dependente tanto no plano tecnológico quanto no financeiro ou comercial. Os produtores geralmente funcionam em sistemas de produção intensivos, recorrem abundantemente aos empréstimos para investimentos e produzem exclusivamente para o mercado por intermédio de cooperativas ou de firmas privadas. Os estabelecimentos “têm como objetivos fundamentais produzir para vender e realizar, senão um lucro, pelo menos um faturamento suficiente para remunerar corretamente sua força de trabalho” (LAMARCHE, 1993, p. 70).

O modelo *empresa familiar* se distingue do anterior pela importância primordial da família. A organização do trabalho, o patrimônio e a unidade de produção são sempre pensados em relação a ela, mesmo que a produção do estabelecimento seja ponderada em termos de renda agrícola, e o trabalho, em termos de salário.

O terceiro modelo apresentado é o da *agricultura camponesa e de subsistência*. Neste, há forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Este modelo é mais autocentrado, com utilização de técnicas tradicionais, e seu objetivo é satisfazer as próprias necessidades. As agriculturas camponesa e de subsistência são entendidas dentro do mesmo modelo, porém o autor esclarece que análises mais profundas poderiam mostrar diferenças entre as duas.

O último modelo apresentado é *agricultura familiar moderna*, que tem um papel menor da família e maior autonomia. Ele se estrutura em um duplo movimento em que, de um lado, procura-se diminuir constantemente o papel da família nas relações de produção e, de outro, busca-se maior autonomia possível. Em termos absolutos, esse modelo teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas, principalmente, das morais e ideológicas e das dependências técnico-econômicas.

O agricultor familiar moderno tem uma posição intermediária do ponto de vista das lógicas familiares. Ele pode ser considerado prudente e equilibrado buscando conservar uma margem de manobra, uma capacidade de regulação e de adaptação às diversas limitações, tanto internas quanto externas, com as quais, ele, possivelmente, irá confrontar-se regularmente. A posição intermediária fornece certa estabilidade, dado que ele não está totalmente ligado às lógicas familiares e dependente das diversas limitações que daí resultam, ao mesmo tempo em que conserva as vantagens que uma família, ainda presente, possa fornecer (LAMARCHE, 1998). Ainda neste modelo, os agricultores recorrem regularmente à contratação de trabalhadores assalariados e a empréstimos, e são prudentes quanto a sua integração ao mercado.

Os modelos criados por Lamarche são tipos ideais, assim como aqueles construídos por Mooney (1988). São construções teóricas importantes para a compreensão dos agricultores pesquisados no Sudoeste, contribuindo para analisar a sua diversidade. Sabe-se que, debaixo deste guarda-chuva que é a noção de agricultura familiar, encobrem-se diversas realidades, diferentes agricultores com realidades e condições díspares que requerem um olhar atento do pesquisador e do planejador público. A agricultura familiar, para Lamarche (1993), não é um elemento da diversidade, mas contém, nela mesma, toda a diversidade. São tipos que variam desde o grau de integração ao mercado, especialização da propriedade, fontes de renda e outros.

Halamska (1998) também ressalta a necessidade de estudos sobre a racionalidade e a análise diferenciada dos cálculos da agricultura familiar, pois esta não funciona como empresa, porém também não segue a lógica camponesa, trabalhando no intuito de maximizar o lucro e otimizar os resultados em relação aos recursos da unidade de produção. A maximização do lucro é importante, mas não é o único princípio que rege o funcionamento das unidades de produção. Correntemente, a unidade de produção familiar tem outras funções, não circunscrevendo seu funcionamento aos mecanismos econômicos. Seu caráter particular em relação aos outros sujeitos econômicos e de certa homogeneidade das unidades de produção agrícola é determinado pela propriedade e pelo trabalho, que pertencem à família. Isso não denota que todas elas sejam idênticas. Segundo o contexto econômico e cultural, o papel e a relativa importância de diversas funções determinam a forma do “princípio fundamental” de funcionamento de uma unidade de produção agrícola familiar.

Compreende-se que há diferenças entre as unidades, a interligação entre trabalho, propriedade e família particularizam a agricultura familiar, que, buscando o lucro na produção, não faz disso o motivo principal da unidade. Os agricultores familiares valorizam a terra, o trabalho, as relações de amizade e reciprocidade com os vizinhos e com a comunidade, mas eles também precisam e buscam recursos financeiros para a reprodução da propriedade.

Jean (1994) considera que o agricultor familiar moderno desempenha mais de um papel, sendo um personagem híbrido, acumulando uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. Como é o dono das terras, deveria receber rendas fundiárias, porém, ele renunciou a isto para ser competitivo em relação a outras formas produtivas e para manter seu modo de produzir.

Ele também pode ser visto como empresário privado, dado que é proprietário dos meios de produção. Segundo o autor, a economia rural, a partir da teoria geral de empresa,

esforçou-se para tentar descrever os comportamentos econômicos, classificando-os, muitas vezes, como aparentemente irracionais ou ilógicos. Ele é um empresário que produz mesmo não tirando vantagem, pior ainda, há ocasiões em que aumenta o volume da produção quando os preços baixam, ou, ainda, continua exercendo sua atividade apesar de deficitária no plano contábil. É preciso retomar a famosa “racionalidade” do produtor agrícola moderno para compreender o caráter perfeitamente racional ou lógico dos seus comportamentos.

A terceira característica, talvez a mais importante, é que este agricultor trabalha por conta própria na sua propriedade. Nessa condição, é necessário que seja a ele atribuído um salário para continuar a se manter. O agricultor é capaz de aguentar uma extraordinária superexploração de si mesmo que nenhum trabalhador assalariado consentiria.

Neste entendimento, o agricultor moderno acumularia três tipos de rendimentos. Porém, o que ocorre é o inverso, é a sociedade que acumula três diferentes ganhos nas relações que ela mantém com os agricultores modernos. “Ela não lhe oferece rendas nem lucros (salvo raras exceções), mas apenas um salário baixo diante da complexidade, do tempo de trabalho e da perícia que atualmente ele requer” (JEAN, 1994, p. 6).

As mudanças demográficas na agricultura, analisadas por Chayanov (1981) e Friedmann (1978), como redução do número de membros da família e envelhecimento populacional, geralmente são supridas recorrendo-se à contratação externa. Esta garante a efetividade dos ciclos de plantio e colheita garantindo a manutenção e a continuidade das atividades na propriedade. Para Jean (1994), a atitude de empregar pessoas deve-se mais a imperativos técnicos do que a uma estratégia econômica da propriedade. O agricultor não deve ser considerado um capitalista explorador que extrai a mais-valia dos trabalhadores; ele contrata quando existe a necessidade de produzir, a qual não pode ser suprida por sua família, seja nos períodos de intenso trabalho na produção ou em virtude do envelhecimento dos seus membros.

Devido à redução do tamanho das famílias, os agricultores recorrem, cada vez mais, a maneiras de produzir que utilizem menos mão de obra, sejam tipos de produtos ou o uso de maquinários agrícolas. Recorrem à contratação apenas em momentos de grande necessidade. Como afirma Jean (1994), o agricultor não está extraindo mais-valia dos contratados, mas sim suprimindo uma necessidade que a família não consegue cobrir. Lamarche (1998) destaca que é notória a substituição do trabalho assalariado pelas máquinas, pois, com a mecanização, o agricultor dispensa a contratação.

3.3 MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO: NOVOS ELEMENTOS

A inserção da agricultura familiar em contextos e mercados regionais que se diferenciam segundo sua diversidade social, econômica, técnico-produtiva e cultural faz com que ela responda de maneira diferenciada aos desafios a que é submetida, variando conforme o espaço, o tempo, a história e o contexto regional. Isso implica assumir o pressuposto de que a reprodução das formas familiares de agricultura é o resultado de um conjunto de ações e estratégias diferenciadas no espaço e no tempo.

Um elemento central para compreender essas diferentes respostas, estratégias e a diversidade da agricultura familiar é a sua relação com o mercado. As estratégias demonstram gradações diferenciadas de incorporação a distintos mercados, variando conforme a capacidade de mobilizar e de fortalecer os recursos produtivos. A entrada dos agricultores no mercado vai se dando gradualmente, conforme a necessidade de adquirir mercadorias para iniciar um ciclo produtivo ou então adquirir produtos que atendam as necessidades da família. Além disso, há a necessidade de recursos monetários que o agricultor supre vendendo sua produção agrícola no mercado, cumprindo, desse modo, o valor de troca e caracterizando, assim, um processo de mercantilização (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006).

As unidades produtivas familiares geralmente estabelecem alguma relação com o mercado, especialmente se forem produtoras de soja. Esta relação pode modificar diversas dimensões que envolvem a família e a produção. Conforme há certo grau de integração, há certa relação com a sociedade de consumo, certo modo de vida e um sistema de valores e de representação específica (LAMARCHE, 1998).

As estratégias em torno da organização do trabalho fazem parte das dimensões orientadoras das unidades de produção familiar. Elas não são uma escolha arbitrária das famílias, mas sim decisões acerca das pressões externas que a unidade recebe e os recursos econômicos, humanos e sociais de que ela dispõe. Essas decisões poderão propiciar a adaptação e a permanência no meio em que ela se fixa.

Para Lamarche (1998), a ligação com o mercado reforça a profissionalização e também persuade o agricultor a adotar a lógica mercantil. Assim, uma ação força a outra. A mercantilização está atrelada, geralmente, ao processo de externalização. Estes dois processos são fundamentais na discussão e compreensão dos sojicultores familiares, em especial, porque esta produção é conectada ao mercado e aos atores externos, assim como à propriedade e à família. São processos que, no atual cenário, podem ser considerados irreversíveis. Segundo Gazolla e Schneider (2006), a mercantilização toma corpo através da cientificização, da

externalização e da dependência estrutural dos agricultores familiares ao mercado para executar a sua produção agrícola e a reprodução da família. A externalização alude à dependência do agricultor a fatores externos à propriedade para iniciar um novo ciclo produtivo.

Esses processos se intensificam na agricultura familiar com a modernização e a “Revolução Verde”, quando o agricultor passa a adquirir maior quantidade de adubos químicos e inseticidas, e a posterior comercialização da produção. Com isso, cada vez mais, as tarefas relacionadas ao processo produtivo são delegadas ou desenvolvidas por atores externos, ocorrendo a externalização da agricultura. Os trabalhos que anteriormente ficavam sob a responsabilidade de um mesmo agricultor, segundo Ploeg (1992), passam a ser coordenadas mediante o intercâmbio mercantil e de relações técnico-administrativas. O processo crescente afeta tanto as atividades de produção quanto a transformação completa do processo de reprodução.

A externalização da agricultura familiar exige o gradual domínio e conhecimento das questões relacionadas ao mercado, como preços, exportações (neste caso, da soja) e importações (dos insumos), o que reduz a autonomia dos agricultores.

A mercantilização da agricultura familiar, para Ploeg (1990), é um processo social de longo alcance, e sua intensidade aumenta fortemente após a modernização da base técnico-produtiva da agricultura com a externalização e a cientificização da produção; porém, é um processo inconcluso, heterogêneo e não linear. A cientificização do processo de produção agrícola, segundo Ploeg (1990; 1992), refere-se à maneira pela qual a agricultura internaliza e assimila, gradualmente, as técnicas desenvolvidas pela ciência moderna. É o estágio em que as forças produtivas da agricultura usam da ciência para produzir e reproduzir as condições objetivas de existência humana e a materialidade do processo produtivo agrícola. As práticas agrícolas são reconstruídas pela ciência. Na sojicultura, a ciência reformulou os adubos, as sementes, os inseticidas e as técnicas utilizadas na produção. Atualmente, tem-se uma nova forma de produzir soja, se for comparada, por exemplo, com a produção da década de 1970. As mudanças introduzidas na produção e os processos, como externalização, mercantilização e cientificização, são fundamentais para compreender a sojicultura e também a racionalidade dos produtores familiares. São elementos “novos” que foram internalizados e fazem parte do cotidiano dessas famílias.

Os novos processos na agricultura familiar e o funcionamento da exploração em que ela trabalha e vive necessitam ser entendidos dentro de uma dinâmica na qual cada tomada de decisão importante é o resultado de duas forças, uma concebendo o peso do passado e da

tradição, e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Este pé no passado e olho no futuro são elementos importantes que trazem para o debate a tradição, mas sem perder de vista os novos rumos que o futuro pode apresentar. São elementos que diferenciam muitos dos agricultores familiares, e são fatores que contribuem para sua permanência na atividade.

Lançar-se o desafio de entender a racionalidade e o funcionamento da agricultura familiar requer colocar em evidência as diferentes lógicas e os processos de mudança que determinam as escolhas fundamentais dos agricultores. Lamarche (1993, p. 24) alerta ao dizer que “longe de nós a ideia de que a exploração familiar possa ser analisada e compreendida em si mesma, todos os estudos que lhe dizem respeito devem ser elaborados em seu contexto no âmbito local e global”. É esse desafio que se busca ao entender as unidades familiares em seu contexto local e global com as diversas externalidades que a sojicultura carrega para dentro das famílias. Tanto o antes quanto o depois da produção são totalmente externos à propriedade. É fundamental considerar o que ocorre da porteira pra dentro sem perder o foco dos acontecimentos da porteira pra fora. Sabe-se que a tarefa é complexa, pois as estratégias familiares sociais, econômicas, o trabalho na agricultura e os mecanismos de funcionamento de uma unidade de produção familiar são caracterizados por uma especificidade distinta. É preciso constatar que o problema de costumes particulares e dos valores familiares dos produtores agrícolas é muito mais intrincado. A partir dessa revisão bibliográfica, será sustentada a discussão sobre quais são as razões que motivam a agricultura familiar, e será estudada a racionalidade desses agricultores e o seu processo de comoditização, no intuito de compreender o cenário em que ela se insere. A racionalidade desses agricultores detém outros elementos, para além do econômico, considerados tão ou mais importantes, nos quais se busca compreender as suas motivações para continuarem a produzir uma cultura que é, a princípio, economicamente viável apenas em grandes extensões territoriais.

4 ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DO SUDOESTE PARANAENSE

O Sudoeste é uma região peculiar com predominância da agricultura familiar social e politicamente organizada. Entende-se que esta peculiaridade é em grande medida, resultado da história da região. Dessa forma, este capítulo, primeiramente, tem por objetivo apresentar a Mesorregião Sudoeste trazendo elementos centrais de sua história e da sua colonização que contribuem para a compreensão das características das propriedades e das famílias dessa região. Em um segundo momento, por sua importância na compreensão da agricultura familiar, destaca-se o surgimento das cooperativas ligadas ao meio rural, considerando sua influência na conformação social, produtiva e econômica da região.

Em seguida, são exploradas as informações dos estabelecimentos classificados como familiares, segundo os dados do Censo Agropecuário, tais como quantidade de famílias, pessoal ocupado, Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP-A), especialização, integração aos mercados, entre outras. Para finalizar, são incorporadas ao debate informações populacionais dos Censos Demográficos, como tamanho das famílias e pirâmide etária, buscando compreender as particularidades do Sudoeste e o quanto elas se diferenciam ou se aproximam dos dados estaduais, possibilitando ao leitor um quadro geral da região e de seus agricultores.

4.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DO SUDOESTE

A mesorregião Sudoeste possui fronteiras estaduais e nacionais, o que ocasionou, muitas vezes, disputas territoriais. Em meados do final do século XIX e começo do século XX, as fronteiras nacionais e estaduais ainda não estavam bem definidas e não se sabia ao certo se esta região era paranaense ou catarinense, brasileira ou argentina. A região era pouco habitada, caracterizando-se como um reduto de bandidos ou de fugitivos, inclusive da revolução federalista (1893-1895)²², quando centenas de gaúchos atravessaram o rio Uruguai

²² A Revolução Federalista ocorreu no sul do Brasil logo após a Proclamação da República, e teve como causa a instabilidade política gerada pelos federalistas, que pretendiam "libertar o Rio Grande do Sul da tirania de Júlio de Castilhos", então presidente do Estado, e também conquistar uma maior autonomia do estado do Rio Grande do Sul, descentralizando o poder da então recém-proclamada República. Empenharam-se em disputas sangrentas que acabaram por desencadear uma guerra civil, que durou de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, e que foi vencida pelos pica-paus, seguidores de Júlio de Castilhos. A divergência teve início com atritos ocorridos entre aqueles que procuravam a autonomia estadual, frente ao poder federal e seus opositores. A luta armada atingiu as regiões compreendidas entre o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

e refugiaram-se no Paraná. O governo estadual não demonstrava grande interesse em ocupar o Sudoeste, concentrando seus esforços em torno da região de Curitiba, de maneira que a ocupação do Sudoeste só aconteceu depois de 1920.

O Sudoeste fazia parte da região de Campos de Palmas, onde ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916). Esta guerra produziu complicações para o processo de colonização que estava em curso, na definição dos limites de fronteira e na relação de posse dos imigrantes, nativos e companhias colonizadoras. Esses problemas não decorreram somente do conflito em si, mas porque as divisas de Santa Catarina e Paraná, naquele momento, não estavam definidas, e um dos resultados da guerra foi a definição do Sudoeste como território paranaense.

Em seguida, ao fim da Guerra do Contestado, outro embate político teve fortes consequências no Sudoeste Paranaense. Getúlio Vargas, líder da Revolução de 1930, teve o apoio das forças paranaenses desde o início, e, ao assumir o governo federal, nomeou como interventor federal no Paraná, o General Mário Tourinho, que pôs em prática um audacioso e ambicioso plano para restabelecer a confiança no Estado do Paraná, tanto no Oeste como no Sudoeste. As disputas por terra e território não findaram no Sudoeste. Os principais motivos decorrem do fato de ser localizada em área de fronteira e da riqueza das suas terras.

A legislação estabelecia que uma faixa de terras de 150 km ao longo da fronteira brasileira não poderia ser colonizada e nem poderia receber estradas sem a prévia autorização do Conselho Superior de Segurança Nacional. No Paraná, essa faixa significava 47.154 km² e 3.600 famílias (WACHOWICZ, 1987). O governo federal criou, nas regiões de fronteira, alguns territórios federais, entre os quais, o Território Federal do Iguaçu, desmembrando parte do Estado do Paraná.

Diversas determinações que regulamentam a colonização foram criadas, inclusive a de que, na faixa inicial de 30 km, a propriedade não poderia ultrapassar os 100 hectares. Esta regulamentação pode ser um dos elementos determinantes para a predominância da agricultura familiar na região, que hoje é marcada por estabelecimentos de até 50 hectares. Com o fim do Estado Novo, no ano de 1945, destituiu-se o Território do Iguaçu, e o Paraná voltou a ter a mesma área de 1916, porém, questiona-se se isso foi positivo ou não para o desenvolvimento da região Oeste, dado que os olhares dos governos paranaenses sempre foram muito voltados para Curitiba e entorno, deixando-a em segundo plano.

Em 1920, a companhia BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio), que construiria o ramal ferroviário para Guarapuava e que possuía íntimas ligações com o governo do estado do Paraná, conseguiu que o Estado lhes titulasse terras por conta da construção do referido ramal (antes de iniciar as obras). Porém, ao transferir a ferrovia para a

empresa São Paulo – Rio Grande, o Estado determinou que a gleba Missões ficasse sob seu domínio, não passando para a BRAVIACO.

Em 1930, com a vitória da revolução, o general Mário Tourinho decretou nulo o domínio de terras da BRAVIACO. Os proprietários da referida empresa contestaram judicialmente, e, entre idas e vindas, a gleba Missões acabou incorporada ao governo federal, iniciando uma disputa entre o Paraná e a União. Ainda *sub judice*, o governo federal criou, em maio de 1943, a Colônia Nacional General Osório (CANGO), em terras da gleba Missões. Esse ato seria ilegal, dado que, antes do pronunciamento do judiciário, nenhuma das partes poderia utilizar as terras em disputa. A CANGO não sabia qual era seu real território, somente que eram superiores a 300 mil hectares. “O objetivo prático da criação da CANGO foi atrair o excedente de mão de obra agrícola do Rio Grande do Sul para o Sudoeste do Paraná, a fim de dar início à colonização do Território Federal do Iguaçu, criado ainda no mesmo ano de 1943” (WACHOWICZ, 1987, p. 145). A CANGO fornecia casa, terra, ferramentas e sementes aos colonos interessados em se instalar na região, porém, não podia fornecer escritura definitiva para os milhares de colonos que foram para o Sudoeste.

Nessa trama histórica, um ponto importante acontece em 1950 quando a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU) vende, para a Clevelândia Industrial Territorial Ltda. (CITLA), as glebas Missões e Chopim. Essa venda remonta a uma história anterior.

No final do século XIX, a família Rupp obteve uma concessão de terras para explorar erva-mate e madeiras em Santa Catarina, as quais foram tituladas pelo governo paranaense à empresa São Paulo – Rio Grande. Entraram em conflito os interesses da família e da empresa. José Rupp disputou na justiça por 18 anos, sem muito sucesso, até que decidiu vender seus direitos à CITLA, que, apoiada pelo governador paranaense Lupion, entrou com o requerimento para receber em terras o pagamento a que tinha direito e, pelo crédito, pediu, entre outras, a gleba Missões e Chopim. Salienta-se que Lupion era um dos mais influentes apoiadores políticos do Presidente Dutra no Paraná.

Segundo Lazier (1986), em discurso no Senado, o senador paranaense Othon Mader acusou a CITLA de roubo, argumentando que a companhia teria pagado apenas 0,2% daquilo que realmente valiam as férteis terras e araucárias do Sudoeste. Entende-se que os mesmos homens públicos que não assinaram a favor de Rupp assinaram para a CITLA. Além disso, o valor calculado era muito inferior ao que valiam as glebas, um acordo ágil que fez com que a CITLA se tornasse dona daquelas terras.

O Procurador da República exigiu a anulação da escritura, argumentando que a transação era ilegal e nenhum cartório poderia lavrar as escrituras; porém, um projeto de lei do executivo foi aprovado na assembleia criando um novo cartório em Santo Antônio do Sudoeste, onde se registrou a escritura. E, assim, instalaram-se os escritórios da CITLA em Francisco Beltrão e Santo Antônio do Sudoeste.

Em 1951, assume o governo do Paraná Bento Munhoz da Rocha Neto, que pertencia a um grupo contrário a Lupion. O governo proibiu as coletorias estaduais de expedirem a Sisa, documento indispensável para o registro da escritura, pois essa área estava *sub judice*. Neste período em que a CITLA não podia atuar legalmente, ela fazia política para conquistar a confiança dos moradores e políticos locais (churrascos, panfletos, reuniões).

Wachowicz (1987) relata que, nas eleições de 1955, o Partido Social Democrata (PSD) e a CITLA montaram um excelente esquema eleitoral acusando o governo Bento de não saber ou não querer resolver o problema da terra no Sudoeste. Lupion no Senado defendia a CITLA e, ao mesmo tempo, colocava-se como defensor dos posseiros no Sudoeste. O principal argumento em 1955 era de que se o PSD, partido de Lupion, vencesse a eleição, resolveriam o problema fundiário para os posseiros, uma vez que eles receberiam as suas escrituras. O resultado foi uma esmagadora vitória político-eleitoral dos candidatos do PSD.

O governador Lupion liberou as ações da CITLA, e a companhia se lançou a vender terra aos posseiros, inclusive para recuperar o dinheiro e o tempo que ficaram parados. A oposição partidária se manifestava, acusando-os e reforçando os sentimentos e meios para o evento mais importante do Sudoeste: a Revolta dos Posseiros.

4.1.1 A Revolta dos Posseiros

A Revolta dos Posseiros ocorreu em outubro de 1957. Obviamente, esta é a data do ápice da revolta, porém, ela começa antes. A revolta é um marco, pois foi a única no Paraná em que os colonos e os trabalhadores rurais tiveram êxito (diferentemente, por exemplo, de Porecatu²³). É um dos elementos fundamentais para se entender algumas características

²³ A Guerra de Porecatu ocorreu no vale do rio Paranapanema, no município de Porecatu, em fins da década de 1940 e início da seguinte. Foi um conflito entre posseiros e grandes proprietários de terras. Na época, os denominados posseiros já ocupavam a região do município, quando o governo resolveu distribuir documentos a grandes fazendeiros, utilizando-se de meios lícitos e ilícitos. Os posseiros não aceitaram perder as terras ocupadas e resistiram aos mandatos de reintegração de posse. Jagunços, a mando dos fazendeiros, foram contratados para expulsar os invasores que resistiram, e o Partido Comunista passou a apoiar a revolta; agravando-se a situação ainda mais e ocasionando um grande número de mortos. O conflito só se encerrou em 1951, com a intervenção policial do Estado (FERREIRA, 1984).

cruciais do Sudoeste, como as pequenas propriedades e a força das cooperativas e associações dos agricultores. Seu foco era a ação das empresas colonizadoras que se diziam as donas legítimas das terras já ocupadas pelos posseiros, vindos, geralmente, dos estados do Sul e atraídos pelas campanhas do governo federal e paranaense.

De forma sintética, pode-se dizer que a Revolta era dos posseiros contra a CITLA, companhia que entrou no Sudoeste em 1951 comercializando as terras ocupadas pelos migrantes. Estes posseiros foram “assentados”, ao chegarem ao Sudoeste, pela Colônia Nacional General Osório (CANGO), que era a companhia de colonização estatal. Com a forte entrada da CITLA, a CANGO foi umas das mais prejudicadas, pois teve suas atividades quase que paralisadas, a partir de 1951.

Logo a colonização do Sudoeste muda radicalmente da CANGO para a CITLA. Enquanto a primeira era pública e tinha um projeto de colonizar a região e fixar as famílias, a CITLA era privada e tinha como preocupação dominante a venda de terras, com o objetivo final do lucro.

Em setembro de 1951, os moradores, comerciantes, industriais, profissionais liberais e os posseiros começaram a se organizar contra as ações violentas da CITLA e constituíram uma Comissão Permanente para a defesa dos seus direitos em relação ao que envolvia suas terras.

Em dezembro de 1953, a CITLA tem a primeira grande vitória, quando conseguiu o cancelamento das atividades da CANGO na procuradoria federal, e, assim, monopolizou o comércio de terras na região. Sentindo-se fortalecida com a determinação da DTC (Divisão de Terras e Colonização), ela tentou impedir que ocorresse a livre entrada dos colonos na região e, no ano de 1954, colocou uma tranca na ponte que se localizava na entrada da cidade de Francisco Beltrão. Foi necessária a intervenção do governador Bento Munhoz da Rocha para a “reabertura” da cidade (GOMES, 1986)²⁴.

Em 1955, com a volta de Moysés Lupion ao governo do Estado, a CITLA retoma a venda de terras. Dessa forma, o cenário desenhado no Sudoeste tinha, de um lado, as empresas colonizadoras (CITLA, Comercial e Apucarana) e o governador do Estado. Do outro lado, estavam os moradores (colonos, moradores urbanos e profissionais liberais), a CANGO e alguns políticos. Enquanto as ações dos primeiros centravam-se na venda das terras, os segundos se posicionavam e lutavam contra essa situação, além de tentar chamar atenção para a ilegalidade dos documentos da CITLA.

²⁴ Os fatos históricos relatados baseiam-se no livro “A Revolta dos Posseiros”, de Iria Zanoni Gomes (1986).

A CITLA intimidava os colonos, tentando forçá-los a comprar as terras que ocupavam. Como a maioria dos colonos não concordava e tampouco tinha condições de comprá-las, o uso da violência física – espancamentos, saques, mortes, estupros – tornou-se comum. O intuito dessas ações era fazer com que os colonos assinassem o contrato, ou expulsá-los da terra, para que fosse vendida para outros que pudessem pagar. Para “viabilizar” essas ações violentas, as companhias contrataram “jagunços”, atores importantíssimos para disseminar o medo e a violência na região. Esse processo, violento e espoliador, estendeu-se para além da venda das terras, fazendo com que toda a sociedade sudoestina se sentisse prejudicada, não só os colonos. Este é um dos elementos que pode ser atribuído ao sucesso da revolta, dado que ela tinha apoiadores em diversos setores da sociedade. Os colonos tentaram resistir ao seu modo, a maioria deles possuía armas em casa (espingardas, revólveres) que seriam usadas na revolta, fizeram tocaias e tentaram fechar os escritórios das colonizadoras. O primeiro confronto foi em 2 de agosto, depois disso, as companhias, apoiadas pela polícia, que espancou diversos colonos, aumentaram ainda mais a violência em toda região.

Em 1957, intensificaram-se os conflitos, com colonos sendo mortos de forma brutal, muitas mulheres estupradas e crianças violentadas. Esses fatos criaram uma sensação de medo e insegurança em toda a região e também uma comoção generalizada entre os moradores do Sudoeste, tanto os do meio rural como do urbano, que os impulsionaram a se organizar para enfrentar os jagunços e os membros do poder público que os oprimiam. Segundo Gomes (1986), a situação era de saturação e se mostrava tão crítica que era necessário somente um fato para deflagrar o movimento. Algo que sensibilizasse a população. O episódio aconteceu no dia 9 de outubro de 1957, na localidade de Águas do Verê, município de Pato Branco. Três crianças foram levadas dessa localidade para a sede municipal para serem questionadas sobre o lugar onde estavam seus pais. Porém, como elas não falaram a respeito, apanharam de *soiteira* (chicote usado para bater em animais) numa situação desoladora.

Nesse dia, no início da tarde, depois da convocação da rádio²⁵, fez-se uma reunião com a participação de cerca de mil pessoas e representantes de todos os partidos que, liderados pelo prefeito, decidiram formar uma comissão que iria a Curitiba para falar com as autoridades e trazer uma solução em três dias. Nesse momento, o delegado já havia abandonado a cidade. Em Curitiba, a comissão soube que havia sido negado o registro das glebas à CITLA e que o governador decretou o fechamento dos seus escritórios. No entanto,

²⁵ As rádios de Francisco Beltrão e Pato Branco foram difusoras e apoiadoras importantes do movimento dos colonos.

só a ordem de fechamento não foi suficiente para demover os colonos e o pessoal da cidade do propósito de conseguir uma solução definitiva. Assim, no dia 09 de outubro, as pessoas de Francisco Beltrão se reuniram e decidiram tomar a cidade no dia seguinte.

Cerca de seis mil colonos se reuniram em Francisco Beltrão, fizeram um levante no qual fecharam os escritórios das companhias colonizadoras e, com a evasão dos jagunços, a região foi entregue à Polícia Militar. O objetivo do movimento havia sido atingido, porém, ainda faltava legalizar as terras.

Em março de 1962, três meses depois de a União e o Estado renunciarem aos seus argumentos jurídicos de se tornarem proprietários, foi criada a GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná) que tinha como objetivo programar e executar os trabalhos necessários à efetivação da desapropriação. A primeira ação desse grupo foi medir, demarcar e dividir os lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes. O trabalho durou até 1973, com a concessão de títulos de 32.256 lotes rurais e 24.661 lotes urbanos. Muitos desses lotes tinham divisas irregulares e não continham a extensão mínima de um módulo rural.

Estes eventos históricos no Sudoeste podem ser fatores explicativos para várias características encontradas atualmente nessa mesorregião, como o grande número de minifúndios, o alto grau de adesão a cooperativas e associações e a predominância da agricultura de base familiar.

4.2 A ESTABILIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E O SURGIMENTO DAS COOPERATIVAS NO SUDOESTE

A Revolta dos Posseiros atingiu seu objetivo principal e os agricultores tiveram acesso garantido às terras que foram sendo escrituradas. A luta pela terra estava, de certa forma, vencida. Com a posse, os agricultores se sentiram seguros para investir seus esforços e seus escassos recursos e se dedicarem, cada vez mais, à produção, não só para a autossuficiência da propriedade, mas também para o mercado.

A base da estrutura fundiária formada por pequenos produtores somada a luta pela terra foram elementos fundamentais para a regularização da situação fundiária da região e para assentar as bases mercantis. Com isso, a produção agrícola para o mercado passa ser gradativamente mais significativa. Durante a década de 1960, os vínculos comerciais da região assumem maior peso e a produção agrícola passa a ser comercializada de maneira mais sistemática, apesar de sua limitação relacionada às condições de produção e à precária

infraestrutura disponível. Desde a década de 1950, começa a se estruturar na região uma rede de comerciantes, o que fortaleceu o estabelecimento dos vínculos com o mercado.

A colonização do Sudoeste não se deu a partir de uma atividade comercial, como o café no Norte do Paraná, mas sim de um leque de atividades e de produtos. Os dados dos Censos de 1960 e 1970 demonstram que a produção alimentar diversificada – suínos, feijão, milho, arroz e trigo – foi a via do desenvolvimento capitalista no Sudoeste.

O crescimento da mercantilização da agricultura do Sudoeste nos anos de 1960 gerou uma progressiva desarticulação da autossuficiência dos agricultores, na medida em que esses passaram a manter um contato mais sistemático com o mercado. Mesmo assim, os contornos da agricultura no Sudoeste estavam fortemente marcados pelas suas características internas, pelo leque de atividades desenvolvidas, pelo equipamento utilizado, pela distribuição da terra, o que os diferenciava daqueles das demais regiões paranaenses.

Os produtores aumentam a produção de excedentes e encontram mercado para a comercialização. Assim, o atendimento das necessidades familiares começa a passar pelo mercado. A comercialização do excedente da propriedade deixa de ser uma opção do agricultor e passa a ser uma necessidade de sobrevivência, uma vez que os laços com o mercado se transformam no elemento vital de sua reprodução. Assim, passa a residir um conjunto de agentes comerciais que tem uma importante contribuição para elevar os camponeses à condição de produtores de mercadorias para esse mercado que extrapola os limites da região (PAULA, 1983).

Nesse contexto em que os agricultores começam a produzir excedentes e comercializá-los, somam-se fatores históricos, políticos e organizacionais dos agricultores e da região, que iniciam a formação das cooperativas. Consideram-se as cooperativas um dos elementos históricos primordiais para a compreensão da agricultura do Sudoeste. Elas estão na região há mais de 50 anos e se apresentam como estruturadoras e mediadoras do desenvolvimento dessa agricultura familiar.

Nesta seção são explorados alguns elementos da constituição e consolidação das cooperativas, pois seu papel no Sudoeste é central para compreender a racionalidade e as estratégias dos agricultores familiares. Elas ampliaram as possibilidades e estratégias comerciais, produtivas e o acesso a políticas públicas, entre outras.

BRDE (2003) e Escher (2011) classificam a evolução das cooperativas agropecuárias em três fases: romântica, tutelada e empresarial. A fase romântica é quando os pilares se firmavam no “cooperativismo tradicional” com o objetivo de ajuda mútua e cooperação, apoiados por instituições como o Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná

(GETSOP), a Igreja Católica e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA). Essa fase se estende até meados dos anos 1960, quando o principal objetivo das cooperativas era vencer o atravessador e baseava-se na ideia de igualitarismo.

A segunda fase, “tutelada”, tem como marco inicial a “Lei das Cooperativas” (Lei nº 5.764), de 1971 (BRASIL, 1971), e vai até a promulgação da Constituição de 1988. Essa fase tem forte influência e apoio do Estado, que criou a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) reunindo todas as cooperativas já estruturadas sob a “tutela” do Estado. Para reforçar este quadro, o governo estadual implantou o Projeto de Integração Cooperativista, com o objetivo de promover uma reestruturação organizacional das cooperativas que vinham atuando no território paranaense. Em 1974, o Estado cria o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC) e, em 1977, as cooperativas existentes no Sudoeste se reuniram para formar uma Central, chamada SUDCOOP, com o objetivo de industrializar e comercializar a produção de seus cooperados. Apesar dessa ligação com o Estado, as alas mais progressistas da Igreja Católica incentivaram as cooperativas a ter uma atuação de oposição e resistência ao regime militar.

Como o sindicalismo oficial era uma estrutura corporativa vinculada ao Estado, o cooperativismo era um espaço possível de sobrevivência para posições contrárias ao regime militar: um pouco porque a sua postura era um tanto ingênua e inofensiva, sem muita penetração nas bases, e também porque ali o controle era via economia. Uma cooperativa poderia até sofrer intervenção política, mas ela era controlada via concessão de financiamentos. Então, apesar de ser oposição ao regime, o cooperativismo não ameaçava a ordem instituída, pois isso impediria o habitual acesso às benesses que lhes eram concedidas (ESCHER, 2011, p. 123).

As cooperativas, além de vender sementes, comprar a produção, oferecer assistência técnica, também eram espaço de discussão e sobrevivência política em uma época de forte repressão política.

Na década de 1970, a soja é apontada como impulsionadora do cooperativismo agrícola no Brasil (CORADINI; FREDERICQ, 2009). No Paraná e no Sudoeste, não é diferente, sendo a produção do grão estimuladora de um novo surto de criação de cooperativas, em que os lucros obtidos propiciaram a consolidação de algumas cooperativas, tendo as do Sudoeste, desde o começo, seu foco na agricultura familiar.

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por crises e reestruturações. As cooperativas sentem profundamente esse momento de mudanças. Segundo Senhorini (2007, p. 66), “a reestruturação do Estado e a redução de suas políticas de isenções fiscais e créditos

subsidiados provocaram crise em muitas das centenas de cooperativas, pois estas foram incapazes de se manter sem a presença efetiva de tais políticas”.

Entre os agravantes, na década de 1980, houve a queda dos preços da soja, fazendo com que cooperativas especializadas nesse produto necessitam buscar alternativas de renda. Elas diversificam sua atuação comprando suínos, explorando supermercados, industrialização de laticínios e empacotamentos.

Na segunda fase, em que há grande influência do Estado sobre as cooperativas, elas têm papel fundamental na disseminação da Revolução Verde, comercializando o “pacote tecnológico”, que consistia, basicamente, em sementes melhoradas, adubos e herbicidas. Geralmente, era ponto de difusão da assistência técnica que reforçava o uso dessas tecnologias. Com a Revolução Verde, as propriedades do Sudoeste passam de uma produção basicamente de autoconsumo para uma de mercado.

A terceira fase, a “empresarial”, começa nos anos 1990, quando ocorrem no Brasil profundas mudanças políticas, fiscais, financeiras e a abertura comercial do país. As cooperativas perdem uma série de proteções e do protagonismo comercial com que contavam no meio agrícola, e, para continuarem atuando, elas adotam um perfil empresarial, distante daquele inicial, disputando o mercado com as outras empresas (ESCHER, 2011; BRDE, 2003).

Para Sinhorini (2007), direta ou indiretamente, todos os municípios do Sudoeste são influenciados pela atuação de cooperativas ligadas ao ramo agropecuário. A doutrina do cooperativismo está cristalizada na sua paisagem, material e ideologicamente, através de formas e símbolos que caracterizam a dinâmica econômica regional. Considerando as cooperativas como “empresas capitalistas”, parece claro que ocorrem subordinação e exploração dos agricultores cooperados, mas, na ótica economicista, possuem grande relevância no “desenvolvimento” local e regional, pois, em muitos municípios, a cooperativa é a maior empresa, com a maior arrecadação de impostos e geração de empregos.

O Sudoeste, além das cooperativas, também foi e é terreno fértil para o surgimento e consolidação de diversas organizações²⁶. Em um primeiro momento, a maioria das cooperativas que surgiram era ligada à Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), criada na década de 1970, a qual objetivava, principalmente, a comercialização

²⁶ A Região Sudoeste é berço de diversas organizações. Cita-se aqui a Rede Ecovida, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), Fundo Rotativo, que convergiu no Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito, maior sistema de crédito para a Agricultura Familiar, e as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAFs), instaladas em mais de vinte municípios do Sudoeste.

da produção, aquisição de insumos e mediação para financiamentos. Com o passar dos anos, os agricultores começam a apresentar novas demandas e, com isso, aparecem outras formas de enxergar a cooperativa e de ela se relacionar com o associado. Nesse contexto, será dado destaque para as Cooperativas de Produção, Comercialização e Desenvolvimento Solidário da Agricultura Familiar ligadas ao Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas (COOPAFI)²⁷ (SINHORINI, 2007). Esse sistema tem filial em diferentes municípios do Sudoeste Paranaense, inclusive em Capanema. Pode-se dizer que a COOPAFI se diferencia das cooperativas da OCEPAR por focar nas vendas diretas ao consumidor e ao mercado institucional.

A COOPAFI teve origem no ano de 1999 durante o Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, onde se identificou que o maior gargalo para os agricultores se concentrava na comercialização. A cooperativa está presente em 25 municípios da região Sudoeste do Paraná, por meio de 15 cooperativas, que contam com, individualmente, em média, cerca de 150 agricultores associados. Além da COOPAFI, diversos projetos foram incentivados para que a agricultura familiar fomentasse e diversificasse suas bases produtivas com o intuito de diferenciar seus produtos no mercado. Pode-se citar a agroecologia, a comercialização direta ao consumidor e a agroindustrialização familiar (FERRAZ; BRANDÃO; PASE, 2008).

Assim, as cooperativas surgem no Sudoeste, na fase “romântica”, com o intuito de eliminar os atravessadores que se estabeleciam entre os agricultores e as cerealistas, assim como de formar uma rede de colaboração entre os agricultores. Após esta fase, o Estado do regime militar tem presença muito forte entre as cooperativas, amparando, protegendo e ditando as suas ações. Atualmente, nas cooperativas do Sudoeste, há o risco de um distanciamento entre os cooperados e o corpo diretivo, visto que este passou a mediar, em muitos casos, os interesses de grupos monopolistas e a se movimentar numa esfera simbólica distinta dos produtores associados (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2005, p. 57). Nesse novo patamar, as cooperativas pouco se diferenciam das demais cerealistas, agindo como empresa em um mercado competitivo.

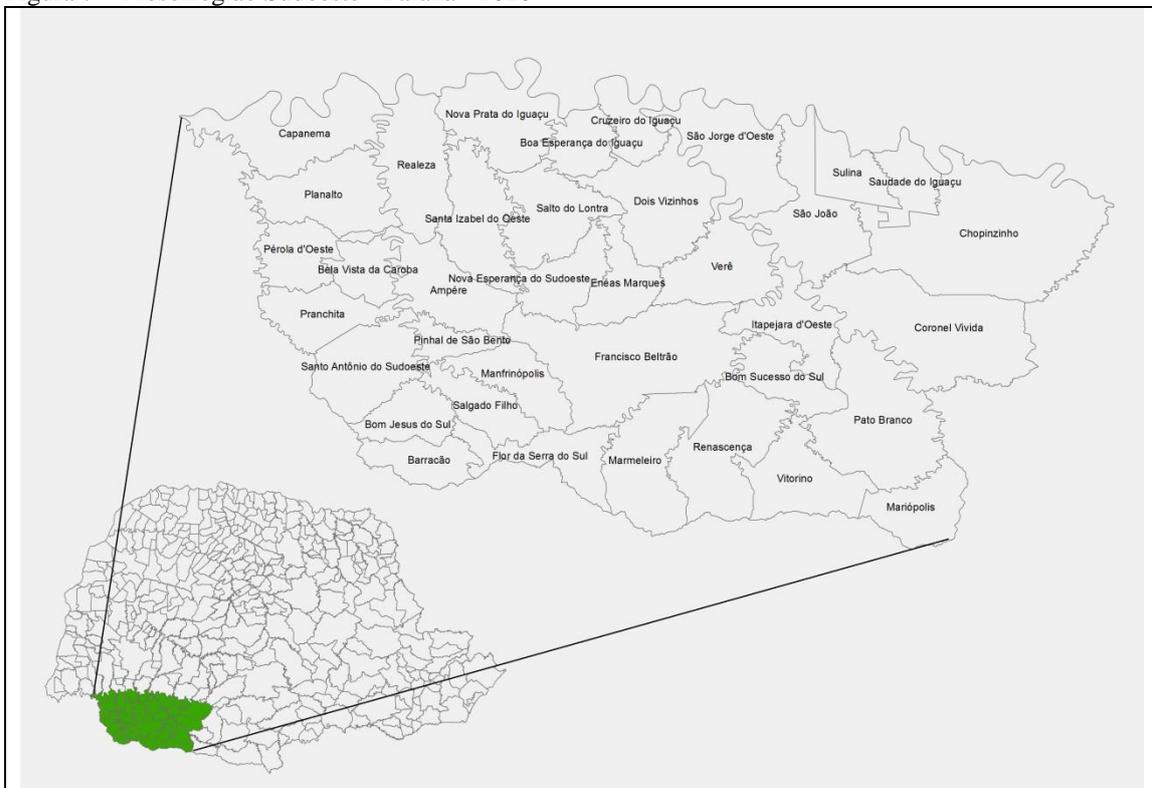
²⁷ Depois disso, diversas cooperativas de comercialização começaram a surgir: a COOPERFAC, de Capanema, a COOPERSOL, de Marmeleiro, e a COOPERSOL, de Coronel Vivida, e outras foram fortalecidas nesse processo, como a COOPAAF, de Dois Vizinhos, e a COOPAAF, de Francisco Beltrão. Além disso, existia uma estrutura física e legal da CRAPA, que apoiou o processo e ajudou a dar agilidade regional a ele. Hoje, todas elas estão sob o sistema COOPAFI (FERRAZ; BRANDÃO; PASE, 2008).

A herança das cooperativas é fundamental na agricultura do Sudoeste, forjando o cooperativismo e o associativismo entre os produtores, ampliando suas possibilidades, estratégias e inserções, inclusive são protagonistas da politização dos agricultores do Sudoeste, sendo estes vanguarda no acesso a políticas públicas. A seguir, o retrato dessa agricultura segundo as informações dos Censos Agropecuário 2006 (IBGE, 2012) e Demográficos.

4.3 OS NÚMEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE

A mesorregião Sudoeste Paranaense (Figura 7) está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.163.842,64 hectares, correspondendo a cerca de 6% do território do estado. A região faz fronteira a oeste com a Argentina, através da foz do rio Iguaçu, e, ao sul, com o estado de Santa Catarina. Possui como principal limite geográfico, ao norte, o rio Iguaçu. É constituída por 37 municípios, dos quais se destacam Pato Branco e Francisco Beltrão, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

Figura 7 – Mesorregião Sudoeste - Paraná - 2010



Fonte: IBGE (2010).

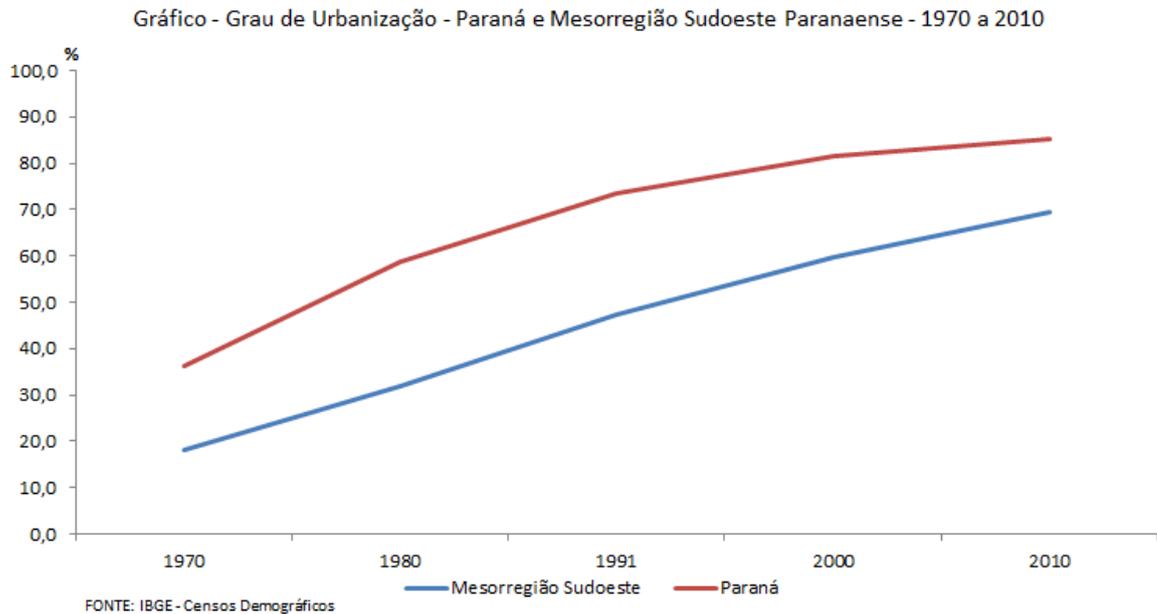
A estrutura produtiva industrial do Sudoeste e a geração de empregos formais estão historicamente assentadas na indústria de alimentos (abate e preparação de carnes, produção de óleos vegetais, rações e laticínios) e de madeira (madeira serrada, chapas laminadas e confecção de móveis), ambas intensivas no uso de mão de obra, porém pouco geradoras de renda. Na agropecuária, há destaque para as aves de corte e a soja, como principais produtos em termos de VBP-A (IPARDES, 2004). O Sudoeste está entre as mesorregiões mais rurais do Paraná com predominância da agricultura familiar.

4.3.1 Aspectos demográficos do Sudoeste

A ocupação populacional intensiva do Sudoeste Paranaense ocorreu na segunda metade do século XX, em particular nos anos 1950 e 1960, como parte do processo acelerado de expansão da fronteira agrícola do Paraná, iniciado alguns anos antes, e que povoou também grande parte do Norte do estado, bem como do Oeste. Em poucas décadas, entre 1940 e 1970, a população paranaense quintuplicou, passando de 1.236 milhão de pessoas para 6.930 milhões (MAGALHÃES, 1996). Esse forte crescimento populacional ocorreu tanto nas áreas rurais quanto no meio urbano e foi fundamentalmente determinado por grandes fluxos imigratórios procedentes de fora do estado – vindos dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, no caso da ocupação do grande Norte, e origem no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina com destino ao Sudoeste e Oeste paranaense.

Embora em 30 anos o povoamento do estado tenha provocado uma intensa fragmentação do território, fazendo com que o número de municípios saltasse de 49, no ano de 1940, para 288, no final da década de 1960, o censo de 1970 registrou para o Paraná um percentual de 64% da população residindo ainda nos espaços rurais. No Sudoeste, essa proporção alcançava 82% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Grau de urbanização – Paraná e mesorregião Sudoeste Paranaense – 1970 a 2010



Fonte: IBGE (1973; 1983; 1991; 2003; 2011).

As décadas de 1970 e de 1980 representaram um período de intensas transformações na base produtiva paranaense, com a inserção do estado no novo modelo nacional de modernização das práticas agrícolas, mecanização e industrialização da produção e alteração profunda nas relações de trabalho rurais, sendo a soja uma das privilegiadas com essas mudanças. Nesse processo, assiste-se a um forte e acelerado movimento de êxodo rural, com a população se transferindo para áreas urbanas do próprio estado ou para fora dele. Assim, em pouco tempo, o Paraná deixou de ser um espaço de forte imigração para se tornar a principal área de emigração do país. Dentre os estados brasileiros, nos anos 1970 e 1980, o Paraná foi o estado que apresentou o menor ritmo de crescimento populacional, abaixo de 1% ao ano (MAGALHÃES, 1996) (Tabela 2 e A3). A população rural passou a decrescer a taxas elevadas, enquanto a população urbana sustentava um crescimento acelerado.

Tabela 2 – População residente segundo situação do domicílio – Paraná e mesorregião Sudoeste Paranaense – 1970/2010

Área Geográfica	População				
	1970	1980	1991	2000	2010
Mesorregião Sudoeste	446.360	521.249	478.126	472.626	497.127
Urbano	80.157	166.906	225.666	283.044	345.882
Rural	366.203	354.343	252.460	189.582	151.245
Paraná	6.929.868	7.629.392	8.448.713	9.563.458	10.444.526
Urbano	2.504.378	4.472.561	6.197.953	7.786.084	8.912.692
Rural	4.425.490	3.156.831	2.250.760	1.777.374	1.531.834

Fonte: IBGE (1973; 1983; 1991; 2003; 2011).

Na década de 1970, a região Sudoeste já apontava para uma perda de população do campo. A partir dos anos seguintes, o êxodo rural se acentuou de forma expressiva, e, ainda que as áreas urbanas demonstrassem um crescimento razoável, a região como um todo via decrescer seu número de habitantes. Essa tendência perdurou nos anos 1980 e 1990, e, na primeira década de 2000, o crescimento populacional do Sudoeste passou a ser positivo, porém próximo de zero. O grau de urbanização regional se manteve sempre abaixo da média estadual, mas, no final do primeiro decênio dos anos 2000, nota-se uma convergência entre os dois indicadores.

É preciso salientar que o processo de urbanização do Paraná e do Sudoeste se insere no quadro mais amplo de fortes alterações ocorridas em todo o Brasil na segunda metade do século XX. A partir dos anos 1950, o país experimenta um movimento contínuo e acelerado de transferência de população das áreas rurais para centros urbanos, em todo o território nacional, refletindo o processo mais abrangente de mudança da economia brasileira da fase agrário-exportadora para o ciclo urbano-industrial. Em 1950, 64% da população brasileira residia no meio rural e, em 1980, 66% localizava-se em áreas urbanas. A tendência à urbanização persistiu e esse indicador nacional alcançou 84,4% em 2010. Entretanto, como enfatiza Fleischfresser (1988), embora a redução da população rural do Paraná não seja algo singular ou específico desse estado, impressiona por ter se efetivado em um intervalo de tempo bem menor.

Praticamente em paralelo, ocorre outra importante mudança no cenário demográfico brasileiro que irá gerar fortes impactos sociais. Na segunda metade dos anos 1960, inicia-se, no país, uma rápida alteração no padrão reprodutivo das mulheres, traduzido por um intenso declínio nas taxas de fecundidade femininas. Em 1960, as mulheres no Brasil tinham, em média, seis filhos nascidos vivos ao longo do seu período reprodutivo, e, em 2009, esse indicador era de 1,94 filhos por mulher (IBGE, 2009). Em poucas décadas, a pirâmide etária da população brasileira deixou de apresentar um formato acentuadamente triangular, típico de populações muito jovens, para representar uma estrutura bojuda, de base estreita e topo alargado, característico de populações em processo de envelhecimento.

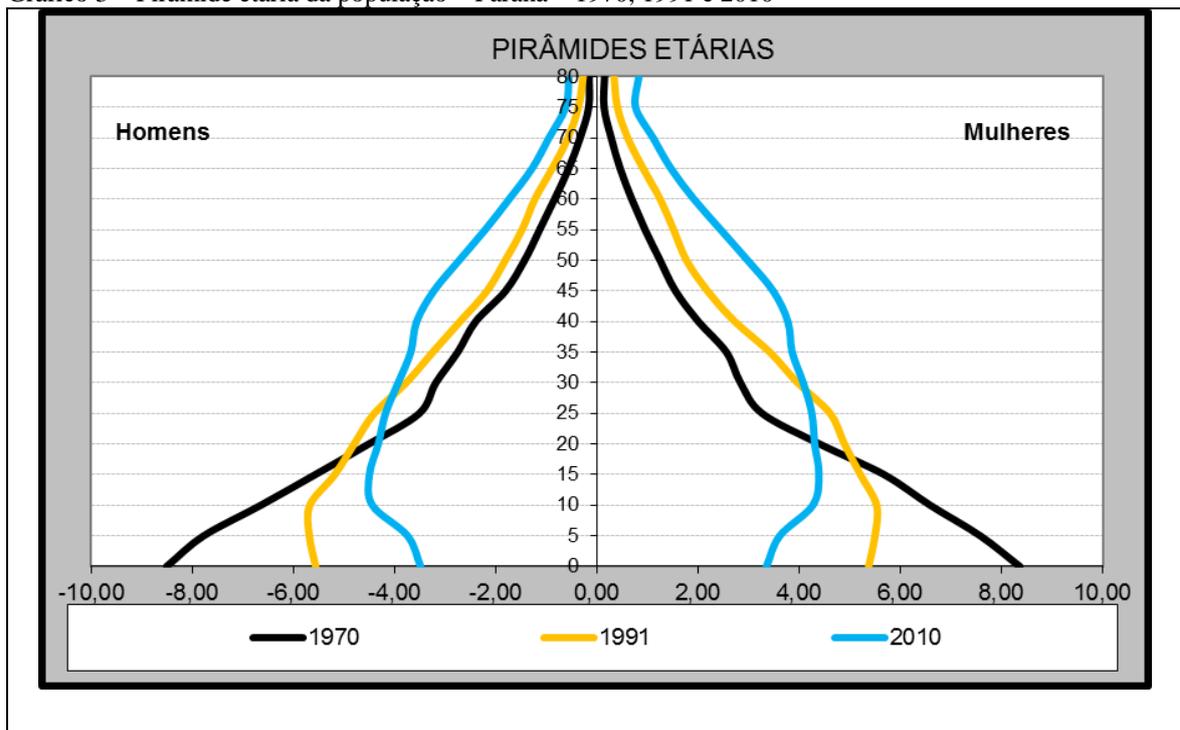
Assim, o tamanho médio da família brasileira se reduziu de forma drástica e a um ritmo acelerado. Os fenômenos da urbanização, da industrialização, da queda da fecundidade e da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho impulsionaram a formação de novos arranjos familiares e de estratégias de sobrevivência.

Tanto no Paraná quanto no Sudoeste, as famílias, nos anos 1970, tinham em média de 5 a 6 membros, e, na primeira década dos anos 2000, essa média havia diminuído para cerca

de três pessoas. Em outros termos, as tradicionais famílias numerosas foram substituídas por famílias bem menores, acarretando enormes mudanças no conjunto de normas, valores, atitudes, estratégias familiares no tocante à produção, consumo, geração de renda e em outros aspectos.

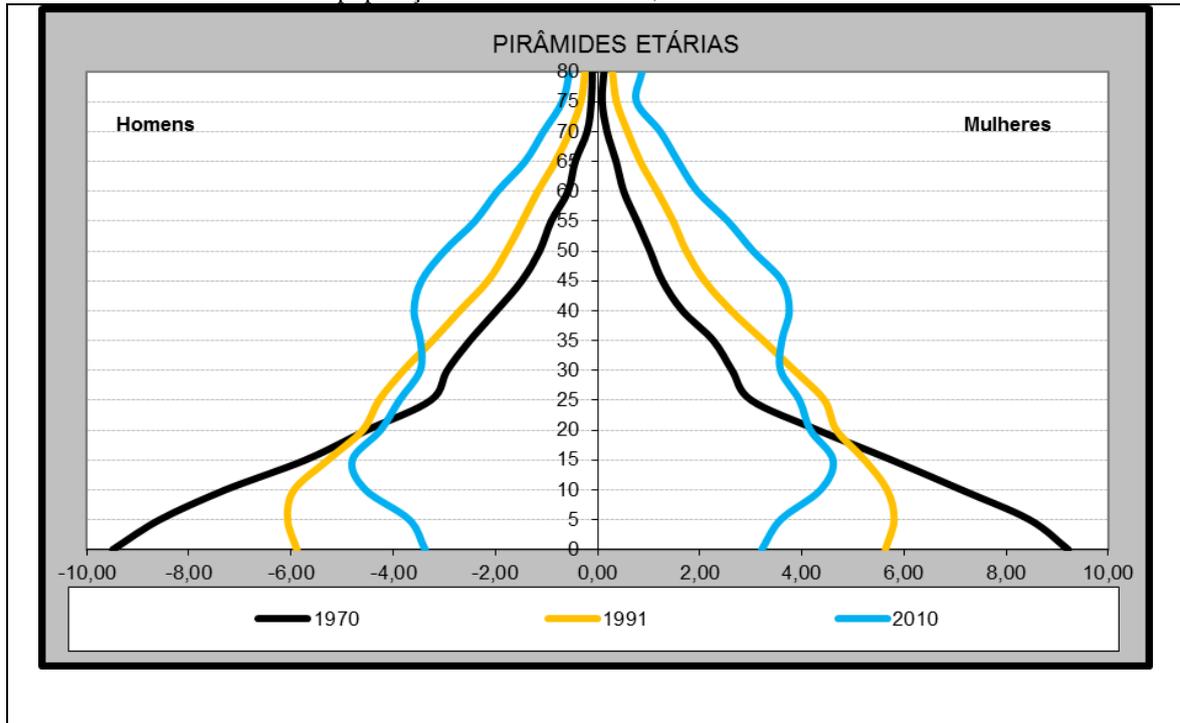
Do ponto de vista da composição populacional por sexo e idades, a comparação entre as pirâmides para os anos 1970, 1991 e 2010 da população do Paraná (Gráfico 3), bem como do Sudoeste (Gráfico 4), evidenciam nitidamente a intensidade e a rapidez das mudanças ocorridas nas componentes demográficas. A redução da base das pirâmides retrata a queda na fecundidade. Em cerca de 40 anos, a proporção de crianças e jovens na população do Paraná e do Sudoeste reduziu-se drasticamente, ocorrendo o inverso nas idades adultas e idosas. A diminuição dos nascimentos e o aumento da expectativa de vida, conjugado aos efeitos dos fluxos migratórios, produziram perfis populacionais mais envelhecidos.

Gráfico 3 – Pirâmide etária da população – Paraná – 1970, 1991 e 2010



Fonte: IBGE (1973; 1983; 1991; 2003; 2011).

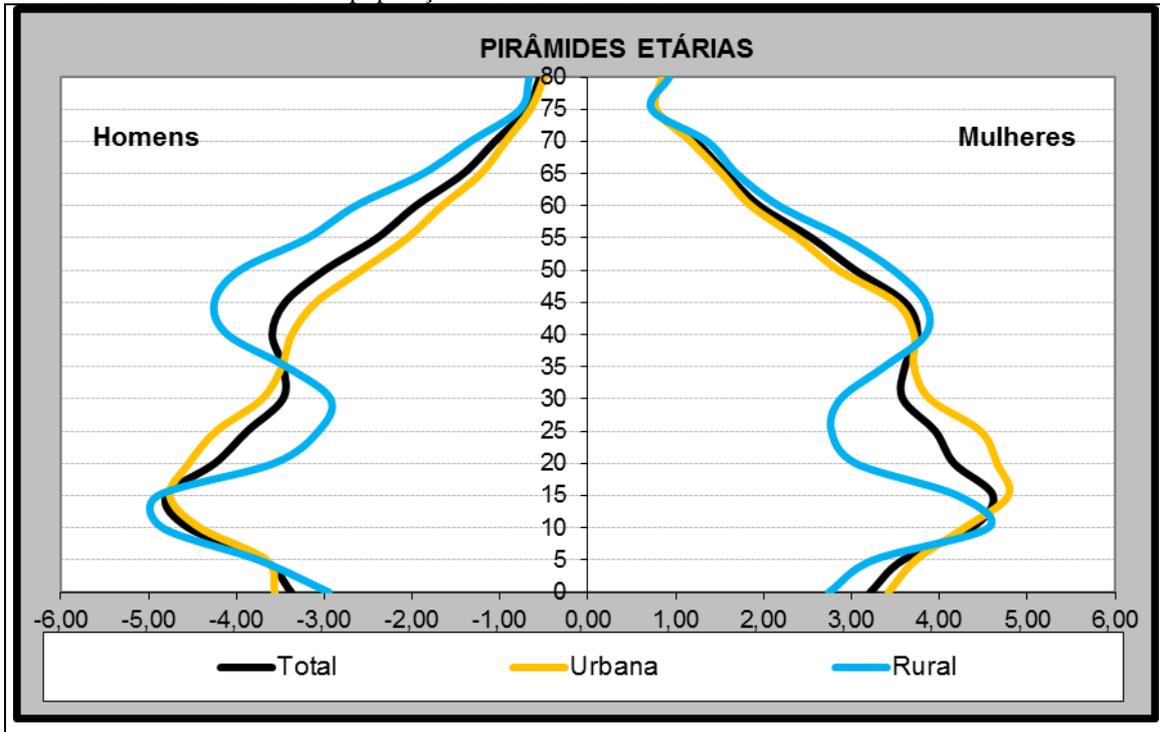
Gráfico 4 – Pirâmide etária da população – Sudoeste – 1970, 1991 e 2010



Fonte: IBGE (1973; 1983; 1991; 2003; 2011).

A influência da migração sobre a composição etária e por sexo da população aparece de maneira clara na pirâmide etária do Sudoeste para 2010, desagregada para o setor urbano e para o rural (Gráfico 5). Nos segmentos entre 15 e 35 anos de idade, a pirâmide rural apresenta uma forte reentrância, ao passo que, na urbana, as faixas são bem dilatadas. Esse formato é inclusive mais acentuado no caso feminino. Certamente, esses efeitos devem-se à emigração rural, pois há uma tendência de os jovens, após a conclusão do ensino médio, próximo aos 18 anos, emigrarem para cidades maiores, com mais opção de emprego. Além disso, pode-se observar que, nas faixas etárias acima de 40 anos até quase o topo da pirâmide, para a população rural, as proporções de homens prevalecem muito maiores do que a das mulheres, ocorrendo o inverso na pirâmide para a população urbana.

Gráfico 5 – Pirâmide etária da população – Sudoeste – 2010



Fonte: IBGE (2011).

As mudanças demográficas se mostraram como elemento fundamental para entender o atual quadro da agricultura familiar no Sudoeste. A diminuição do tamanho das famílias, somada ao envelhecimento de seus membros, é crucial nas estratégias referentes ao tipo de produção.

A Tabela 3 apresenta a razão de sexo²⁸ por faixas etárias para o Paraná e para o Sudoeste, tanto para a zona rural quanto para a urbana. Esse indicador sofre influências principalmente das taxas de migração e de mortalidade diferenciadas por sexo e idade.

No meio urbano, a partir da faixa de 20 a 24 anos, observa-se que a proporção de homens começa a ficar menor, tanto no Paraná como no Sudoeste. No meio rural, em todas as faixas etárias há maior proporção de homens, destacando-se que, no Sudoeste, na faixa de 20 a 24 anos, a razão de sexos é de 121 homens para cada 100 mulheres.

²⁸ A razão de sexos expressa a relação quantitativa entre os sexos. Se igual a 100, o número de homens e de mulheres se equivale; acima de 100, há predominância de homens e, abaixo, predominância de mulheres.

Tabela 3 – Razão de sexo da população urbana, rural e total por faixas de idade – Paraná e Sudoeste – 2010

FAIXAS DE IDADE	RAZÃO DE SEXO					
	Paraná			Sudoeste		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
0 a 4	103	105	103	105	106	106
5 a 9	103	105	104	101	107	103
10 a 14	103	109	104	102	109	104
15 a 17	101	112	103	101	113	105
18 a 19	100	112	102	100	114	103
20 a 24	99	112	100	97	121	102
25 a 29	97	110	98	94	111	98
30 a 34	95	109	96	95	104	97
35 a 39	93	108	95	92	106	96
40 a 44	92	112	94	90	108	96
45 a 49	89	113	93	89	110	96
50 a 54	88	113	91	90	110	97
55 a 59	86	116	90	88	113	96
60 a 69	84	121	89	84	117	95
70 ou mais	75	110	79	75	93	81
Total	94	111	97	94	109	98

Fonte: IBGE (2011).

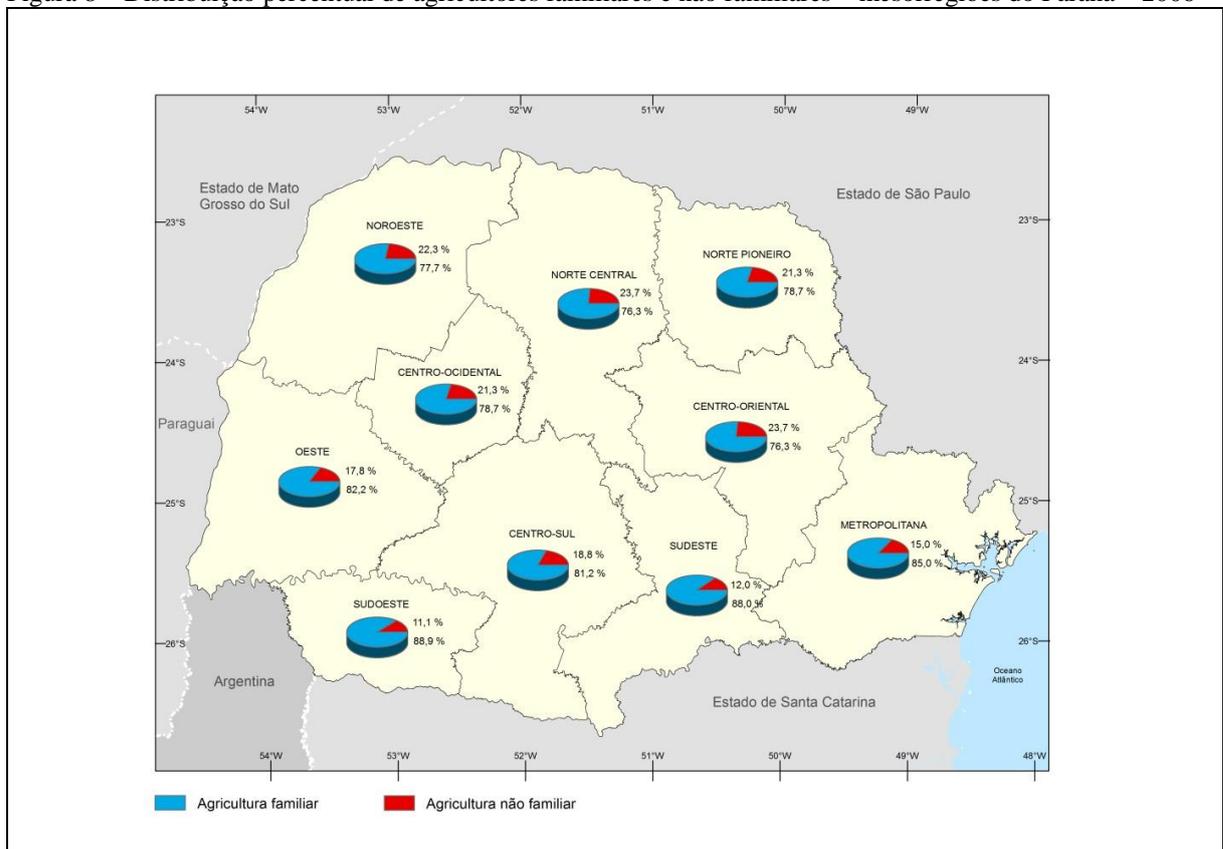
A predominância do sexo masculino no meio rural é denominada de masculinização do campo, diferentemente do meio urbano, onde as mulheres são maioria. Um dos elementos explicativos para este fenômeno é o fato de que as mulheres estudam mais e se empregam no meio urbano, principalmente no setor de serviços, e outro, seria que inúmeras tarefas nas atividades agrícolas são usualmente executadas pelos homens. Mendras (1978) afirma que, num primeiro momento das migrações rurais, os homens são aqueles que migram e, posteriormente, as mulheres, atraídas pelas atividades terciárias urbanas, partem em maior número. Camarano e Abramovay (1999) entendem que a cultura machista tradicional, aliada ao fator mais anos de estudo formal, pode servir de impulso e passaporte para trabalhos qualificados num novo ambiente – o ambiente urbano. Mesmo em cidades menores, como Capanema, as moças rurais encontram trabalho no meio urbano.

Em suma, as mudanças demográficas, a redução das famílias, a diminuição da mão de obra e o envelhecimento da população são elementos que contribuem para compreender as estratégias dos produtores familiares, em particular aqueles dedicados ao cultivo da soja.

As mudanças demográficas foram profundas e provocaram diversas alterações no meio rural fazendo com que as famílias se reestruturassem para continuar a morar no rural, trabalhar na agricultura e se reproduzir. Entende-se que essa reestruturação pode beneficiar o aumento e a especialização da produção de soja, pois, com a redução do número de membros e o envelhecimento das famílias, é coerente que se busquem culturas que demandem menos trabalho e que boa parte deste seja mecanizado.

A agricultura familiar é responsável por povoar, dar movimento e vida às paisagens rurais. Por ser seu lugar de trabalho e de moradia, estes agricultores dinamizam o rural, organizando-se e reunindo-se em associações, sindicatos e na vida comunitária. Os dados do Censo Agropecuário 2006 ressaltaram e reafirmaram a importância da agricultura familiar no meio rural brasileiro, dando a dimensão desse setor e de seu papel produtivo e social. Entre os estabelecimentos agropecuários paranaenses, 81,9% são familiares, predominando em todas as mesorregiões do estado (Figura 8). O Norte Central e o Centro-Oriental são as regiões com menor percentual de agricultores familiares (76,3%).

Figura 8 – Distribuição percentual de agricultores familiares e não familiares – mesorregiões do Paraná – 2006



Fonte: IBGE (2012).

O Sudoeste é a região com maior percentual de agricultores familiares entre as mesorregiões paranaenses, com aproximadamente 90% dos estabelecimentos.

A expressividade da agricultura familiar se apresenta também quanto aos ocupados no meio rural. No Paraná, 70% dos ocupados em atividades agropecuárias estavam em estabelecimentos familiares, no Sudoeste, este percentual é de 84%. O trabalho e a rotina da agricultura familiar envolvem diversos membros da família, inclusive porque algumas culturas, como fumo, frutas e verduras demandam muita mão de obra.

No Paraná, esta categoria tem importante papel econômico e produtivo, sendo responsável por 43% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP-A). Essa participação é ainda maior no Sudoeste, 65,9%, onde a agricultura familiar também tem importante papel produtivo e econômico.

Quase a metade (47,3%) dos estabelecimentos familiares do Sudoeste acessa financiamentos, segundo o Censo Agropecuário, enquanto no Paraná são 30,1%. Grande parte desses financiamentos do Sudoeste pode-se supor que são relativos ao Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso porque, desde o começo do programa, o Sudoeste acessa significativamente os recursos, o que reforça uma característica dessa região, que é a de abrigar um segmento organizado da agricultura familiar, inserido no mercado e com acesso a políticas de financiamento e comercialização para o setor.

Um elemento primordial para o desenvolvimento da agricultura é a disponibilidade de terra para o plantio. A agricultura familiar geralmente não possui áreas com grandes extensões e precisa saber lidar com essa realidade ajustando a mão de obra às demandas familiares e à terra disponível. A maioria dos estabelecimentos – 73,2%, no Paraná, e 75,4%, no Sudoeste – possui área de até 20 hectares. Com destaque para 30,8% dos estabelecimentos paranaenses e 25,1% dos sudoestinos que têm área com menos de cinco hectares (Tabela 4).

Tabela 4 – Estabelecimentos da agricultura familiar por grupos de área total – FAO – 2006

GRUPOS DE AREA TOTAL	PARANÁ		SUDOESTE	
	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 5 ha	96.593	30,8	10.111	25,1
5 a menos de 10 ha	57.183	18,3	8.851	22,0
10 a menos de 20 ha	75.526	24,1	11.374	28,3
20 a menos de 50 ha	58.267	18,6	7.453	18,5
50 a menos de 100 ha	17.093	5,5	1.830	4,5
100 ha e mais	8.490	2,7	628	1,6
TOTAL	313.152	100,0	40.247	100,0

Fonte: IBGE (2014).

A persistência da agricultura familiar, mesmo em áreas menores, demonstra que ela consegue se reproduzir na agricultura, o que não necessariamente é feito sem dificuldades. Ainda, quando a área própria é insuficiente e a mão de obra é excedente, os agricultores podem arrendar terra de terceiros para aumentar sua produção.

É nestas áreas de terra, muitas vezes de extensões reduzidas, que a agricultura familiar desenvolve seu trabalho. A Tabela 5 apresenta as atividades às quais os estabelecimentos

familiares se dedicam e mostra que a grande maioria possui produção animal (88,2%) e vegetal (94,1%), com predomínio das lavouras temporárias (84,1%).

No Paraná, menos da metade (46,3%) dos estabelecimentos declarou ter horticultura, no Sudoeste, são 70% dos estabelecimentos. A horta faz parte da cultura e da rotina das famílias do Sudoeste, além de ser uma forma de garantir a sua segurança alimentar.

Tabela 5 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar com produção no ano por tipo de produção. Paraná e mesorregião Sudoeste – 2006

TIPO DE PRODUÇÃO	PARANÁ		SUDOESTE	
	Abs.	%	Abs.	%
Animal	199.833	72,7	33.759	88,2
Vegetal	240.486	87,4	35.991	94,1
Vegetal - lavouras permanentes	27.302	9,9	1.575	4,1
Vegetal - lavouras temporárias	199.405	72,5	32.181	84,1
Vegetal – horticultura	127.357	46,3	26.857	70,2
Vegetal – floricultura	503	0,2	116	0,3
Vegetal – silvicultura	12.840	4,7	4.054	10,6
Vegetal - extração vegetal	11.705	4,3	2.686	7,0
Agroindústria	3.928	1,4	1.693	4,4
TOTAL	275.010	100	38.265	100

Fonte: IBGE (2012).

O leite (de vaca) tem se firmado comercialmente na agricultura familiar, mas há muito tempo é produzido “pro gasto” (GRISA, 2007), para o consumo na propriedade. No Sudoeste, 91,3% das famílias são produtoras de leite. Para aqueles que comercializam a produção, ela é uma renda mensal que auxilia na manutenção e custeio da propriedade e da família, não sendo necessário esperar a “safra” para ter renda monetária.

Segundo o Censo Agropecuário, o percentual de propriedades com agroindústria não é expressivo no Paraná, apenas 1,4%. Porém, dos estabelecimentos com agroindústria no estado, 43% localizam-se no Sudoeste. Com facilidade, encontram-se famílias que possuem agroindústria de melado, bolacha ou frango. Muitas dessas agroindústrias foram construídas para atender determinados grupos de famílias. No final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, porém, com o passar dos anos, muitas fecharam por diversos motivos, como falta de mão de obra, dificuldade de comercialização e exigências legais.

Como o IBGE não disponibilizou os produtos da lavoura temporária por agricultura familiar e não familiar, e sendo essa informação relevante, optou-se fazer a análise por estratos de área. No Paraná, os estabelecimentos que se dedicam à produção de arroz se concentram nos estratos até 50 hectares (90,6%) e, no Sudoeste, são 95,8% (Tabela 6). Dos

estabelecimentos paranaenses que produzem feijão preto, 69,6% possuem área total de até 20 hectares, no Sudoeste, este percentual é ainda mais expressivo (76,2%). Pode-se dizer que parte significativa dos estabelecimentos que produzem a dieta básica da alimentação brasileira possui áreas pequenas.

O fumo em folha seca também se concentra nas pequenas propriedades. No Paraná, mais da metade dos estabelecimentos que o produzem (52,4%) tem área de até 10 hectares; no Sudoeste, esse percentual é de 46,8%. Tradicionalmente, o fumo se concentra entre os produtores com áreas pequenas e, geralmente, acidentadas, pois, até então, quase todo o processo produtivo fumageiro é manual, demandando grande quantidade de mão de obra e oferecendo ao agricultor retorno econômico. Também a produção de mandioca se concentra nos estabelecimentos menores. Mais da metade dos estabelecimentos, tanto no Paraná quanto no Sudoeste, possui área até 10 hectares.

Tabela 6 – Percentual de estabelecimentos com produção da lavoura temporária por produtos, por grupos de área total – Paraná e Sudoeste – 2006

LOCAL	Grupos de área total (hectares)	Arroz	Feijão preto	Feijão de cor	Fumo em folha	Mandioca	Milho	Soja
PARANÁ	Até 10 hectares	34,9	43,3	44,0	52,4	53,3	39,8	20,0
	De 10 a menos de 20	31,4	26,3	25,8	27,0	24,7	25,6	25,5
	De 20 a menos de 50	24,3	20,1	17,8	15,9	14,3	20,5	29,3
	De 50 a menos de 100	5,1	4,9	5,0	2,3	3,3	6,5	12,0
	Mais de 100	2,4	2,7	5,5	0,5	2,9	6,3	13,2
	Produtor sem área	1,9	2,7	1,9	1,8	1,5	1,4	0,1
	TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SUDOESTE	Até 10 hectares	38,5	45,2	30,7	46,8	51,5	42,9	23,2
	De 10 a menos de 20	42,5	31,0	32,2	36,2	28,6	29,8	31,7
	De 20 a menos de 50	14,8	16,8	21,3	14,9	14,5	19,2	30,2
	De 50 a menos de 100	2,6	3,8	8,7	1,3	2,6	4,7	9,4
	Mais de 100	0,2	2,2	6,3	0,2	1,1	2,5	5,4
	Produtor sem área	1,4	1,1	0,8	0,5	1,6	0,9	0,1
	TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2012).

Os números da produção de milho e soja demonstram que há mais estabelecimentos com áreas acima de 50 hectares do que nas outras lavouras temporárias. Entre os estabelecimentos que produzem milho, 40,8% têm área menor que 50 hectares. Salienta-se que o milho possui um caráter de alternatividade produtiva (GAZOLLA, 2004; GARCIA JÚNIOR, 1983; 1989), ou seja, pode ser tanto comercializado como consumido na propriedade, dependendo das condições e da organização da família e do mercado. Parte

significativa da produção de milho das unidades familiares é destinada ao autoconsumo intermediário, para a criação e engorda de animais, que, muitas vezes, irão servir à alimentação de famílias (CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2007). O mesmo não acontece com a produção de soja, que é disponibilizada integralmente no mercado.

Aproximadamente 75% dos estabelecimentos produtores de soja, no Paraná, e 84,9%, no Sudoeste, possuem área inferior a 50 hectares. Apesar da discussão sobre a necessidade de grandes extensões para a produção da soja, vista no capítulo anterior, a grande maioria dos estabelecimentos possui áreas consideradas pequenas.

Os agricultores detentores de áreas menores são um percentual representativo não só quanto ao número de estabelecimentos, mas também quanto à produção. Quase um terço (30,4%) do feijão preto paranaense é produzido em propriedades de até dez hectares (Tabela 7). Os estabelecimentos de até 50 hectares produzem 66,3% da mandioca paranaense e 95,2% da produção sudoestina.

Tabela 7 – Quantidade produzida nos estabelecimentos com produção da lavoura temporária por produtos, por grupos de área total – Paraná e Sudoeste – 2006

QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS)								
LOCAL	Grupos de área total (hectares)	Arroz	Feijão preto	Feijão de cor	Fumo em folha	Mandioca	Milho	Soja
PARANÁ	Até 10	12,2	30,4	12,5	51,1	23,2	10,4	4,7
	De 10 a menos de 20	9,5	21,3	12,5	25,8	21,3	12,0	6,7
	De 20 a menos de 50	11,2	21,8	17,1	17,9	21,8	18,4	15,2
	De 50 a menos de 100	9,1	9,7	10,3	3,0	11,4	12,7	13,0
	Mais de 100	57,5	16,3	47,2	1,5	22,1	46,4	60,3
	Produtor sem área	0,2	0,6	0,2	0,6	0,2	0,1	0,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
SUDOESTE	Até 10	36,4	19,0	6,6	41,5	49,1	17,0	6,3
	De 10 a menos de 20	47,0	22,6	9,7	36,2	29,7	22,5	13,5
	De 20 a menos de 50	14,4	20,6	19,1	19,1	16,4	26,5	26,0
	De 50 a menos de 100	1,5	9,9	21,1	2,1	4,2	12,7	19,1
	Mais de 100	0,0	27,7	43,5	0,8	0,4	21,3	34,0
	Produtor sem área	0,5	0,2	0,0	0,4	0,2	0,1	0,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2012).

O milho paranaense produzido em estabelecimentos de até 50 hectares representa 40,8% do total (Tabela 7), no Sudoeste, este número é de 66%. A soja tem sua maior parte produzida em estabelecimentos acima de 50 hectares. No Paraná, um quarto da produção (26,6%) vem de estabelecimentos menores que 50 hectares. No Sudoeste, este número é mais

expressivo (45,6%), reforçando o papel desses estabelecimentos no Sudoeste de produtores de soja.

Uma das características da agricultura familiar é que o estabelecimento agropecuário, geralmente, é também local de moradia da família, não só de produção. Esse fato dá outra dinâmica e outra lógica ao município e às comunidades rurais. Entender que a família assume a gestão e o trabalho, morando na propriedade, tem implicações econômicas e sociais. Esse arranjo produtivo-familiar contribui para a dinâmica das comunidades, tendo sentido a existência do salão comunitário, da escola e da igreja. É na comunidade rural que se dá a vivência entre os vizinhos e moradores, sendo assim, um espaço de vida e de sociabilidade entre as famílias (WANDERLEY, 2004).

No Paraná, 78,3% das pessoas moram e dirigem o estabelecimento (Tabela 8). No Sudoeste, esse percentual salta para 90,5%. Ter a pessoa responsável morando no estabelecimento propicia um meio rural dinâmico, fazendo dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor (WANDERLEY, 2004).

Tabela 8 – Pessoas que dirigem os estabelecimentos agropecuários familiares, por residência da pessoa que dirige o estabelecimento – FAO – 2006

RESIDÊNCIA DA PESSOA QUE DIRIGE O ESTABELECIMENTO	PARANÁ		SUDOESTE	
	N	%	N	%
No estabelecimento	251.601	78,3	37.255	90,5
No município - zona urbana	37.925	11,8	1842	4,5
No município - zona rural	20.785	6,5	1436	3,5
Em outro município - zona urbana	8.512	2,6	396	1
Em outro município - zona rural	2620	0,8	248	0,6
TOTAL	321443	100	41177	100

Fonte: IBGE (2012).

Uma parcela dos dirigentes dos estabelecimentos familiares – 11,8%, no Paraná, e 4,5%, no Sudoeste – declarou morar na zona urbana do mesmo município do estabelecimento. Morar no meio urbano não necessariamente representa que esses agricultores estão desligados no modo de vida rural. Segundo Wanderley,

[...] pode-se mesmo aventar a hipótese de que, em muitos casos, o morador do campo que se transfere para a sede municipal não muda, necessariamente de ‘lugar’, do ponto de vista sociológico, isto é, ele pode continuar integrando o mesmo mundo restrito de relações de interconhecimento (WANDERLEY, 2004, p. 93).

Um dos fatores que se pode apontar é a alimentação, pois, mesmo morando no meio urbano, a família de origem rural dá preferência para os “produtos coloniais”, consumindo, por exemplo, nata em vez de margarina ou macarrão caseiro no lugar do industrializado. Elas optam por adquirir as verduras do agricultor que vende na cidade em vez de no supermercado. Relações que não são rompidas pelo “ir morar na cidade”.

A autora chama atenção para o fato de se observar que os residentes rurais, agricultores familiares e trabalhadores rurais, e também todos os personagens que fazem do rural um lugar de vida e trabalho, inclusive aqueles que “passam” pelo meio rural

[...] que, mesmo sem residir no campo, também atuam nos processos econômicos e sociais que têm como lócus o meio rural, entre os quais assumem especial peso: os proprietários de terra e empresários rurais; as agroindústrias, cooperativas e agentes de serviços diversos dirigidos à agricultura, o Estado – visto aqui, sobretudo, através de suas políticas para a agricultura e o meio rural, de seus representantes, agentes e instituições de serviços diversos e de suas instâncias de poder local (WANDERLEY, 2004, p. 96).

No Sudoeste, é possível verificar as marcas e o papel dos representantes, agentes e instituições e suas instâncias de poder local. Assim, esta região não pode ser analisada olhando apenas para os agricultores familiares, é necessário visualizar a forte presença desses outros atores que a dinamizam sendo refletida no meio rural, na organização e na politização dos seus moradores.

Os agricultores familiares que dirigem os estabelecimentos, tanto do Paraná quanto do Sudoeste, têm experiência significativa nessa atividade, dado que, no estado, 59,9% e, na região, 68,3% deles contam com mais de 10 anos na direção do estabelecimento (Tabela 9).

Tabela 9 – Produtores na direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários por grupos de anos de direção e agricultura familiar – 2006

GRUPOS DE ANOS NA DIREÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS	PARANÁ		SUDOESTE	
	N	%	N	%
Menos de 1 ano	8159	2,7	927	2,3
De 1 a menos de 5 anos	54624	18	5878	14,9
De 5 a menos de 10 anos	58596	19,3	5745	14,5
De 10 anos a mais	181449	59,9	26981	68,3
TOTAL	302828	100	39531	100

Fonte: IBGE (2012).

Esse dado pode levar a distintas interpretações. Uma delas é a de que o agricultor tem experiência no seu trabalho e está consolidado na atividade. Outra pode refletir a dificuldade de passar a direção do estabelecimento para os filhos, seja porque não há filhos interessados

seja porque os pais têm um apego tão grande à terra e à propriedade que impedem essa passagem. Por mais que, os agricultores discutam entre si sobre sucessão familiar, os pais não se sentem à vontade em efetivar os filhos como responsáveis pela direção da propriedade. Um dos entrevistados, ao falar sobre o assunto, indagou-me: “você acha que agora que estou com quase 60 anos, eu vou querer tocar a propriedade da mãe?”. Isso porque somente agora a matriarca da família se dispunha a deixá-lo dirigir a propriedade. Atualmente ele é o único herdeiro que ainda está no município e tem ligação com a agricultura. O apego à terra pode se tornar tão grande que inviabiliza a sucessão da propriedade.

Esses dados foram apresentados no intuito de trazer uma imagem do Sudoeste e ressaltar o importante papel social e econômico dos agricultores familiares nesta região. Sinteticamente, pode-se dizer que o Sudoeste é basicamente formado por estabelecimentos da agricultura familiar com até 20 hectares, em que a família mora e produz, sendo dirigido por um agricultor com experiência na atividade. Os agricultores familiares possuem um protagonismo social e econômico na região, respondendo por mais de 65% do VBP-A, e sua pauta produtiva é direcionada para grãos, leite e fumo.

4.3.2 Integração com os mercados

O processo de mercantilização da agricultura familiar está em foco nas discussões acerca do desenvolvimento rural dada sua importância e espaço adquirido nestas unidades de produção (PLOEG, 1992; CONTERATO, 2008; NIEDERLE, 2007; PERONDI, 2007). Atualmente, torna-se difícil analisar as relações econômicas e sociais da agricultura familiar sem se referir aos processos mercantis inerentes.

A agricultura familiar como um todo está permeada de relações mercantis. Para os agricultores familiares, elas podem ser ainda mais fortes, dado que tanto a montante quanto a jusante desta produção estão conectadas ao mercado. A soja brasileira é primordialmente produzida para comercialização, sendo 98,1% da produção vendida; no Paraná, este percentual chega a 99,2% e, no Sudoeste Paranaense, a 95,7%. Esses dados podem soar corriqueiros a partir dos anos 1980. Porém, antes desse período, parte importante da produção de soja era utilizada como ração animal, possuindo alternatividade produtiva semelhante a do milho.

O alto grau de comercialização da soja levanta diversas questões, caminhos explicativos e consequências. Uma delas é a alta dependência dos agricultores em relação à soja, o que poderia torná-los mais vulneráveis. Perondi (2007) ressalta que os produtores de

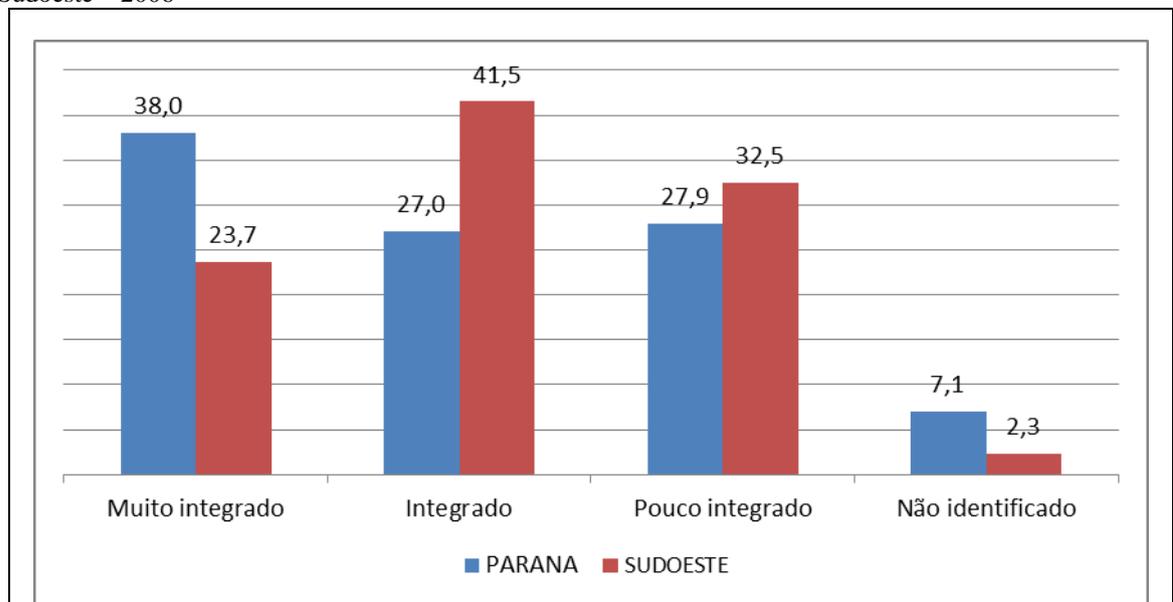
commodities precisam estar inseridos em redes alternativas de comercialização. Caso contrário, mesmo diversificados, esses agricultores estão em situação de vulnerabilidade. No Sudoeste, as famílias geralmente estão ligadas às cadeias convencionais de comercialização.

O estudo organizado pela FAO e pelo INCRA (GUANZIROLI; CARDIM, 2000) construiu um indicador para medir o grau de integração dos agricultores com os mercados, que aponta as estratégias e os condicionantes impostos às famílias. O Grau de Integração ao Mercado foi obtido pela relação percentual entre o valor da produção vendida e o valor total da produção colhida/obtida (VBP) do estabelecimento.

Os agricultores familiares classificados como *muito integrados*, aqueles que comercializam 90% ou mais de sua produção, representam 38% dos paranaenses e 23,7% dos sudoestinos (Gráfico 6). Esse percentual indica que os agricultores familiares do Sudoeste possuem uma integração menor comparativamente aos demais do estado. Aqueles classificados como *integrados*²⁹ representam 41,5%, no Sudoeste, e 27%, no Paraná.

Os agricultores *pouco integrados* são aqueles que destinam menos da metade de sua produção para o mercado. No Sudoeste, representam 32,5% e, no Paraná, 27,9% dos estabelecimentos familiares.

Gráfico 6 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares por integração ao mercado – FAO – Paraná e Sudoeste – 2006



Fonte: IBGE (2012).

²⁹ Estabelecimentos familiares que comercializam valor maior ou igual a 50% e menor que 90% da sua produção.

Esses números indicam que os sudoestinos destinam maior parte da sua produção para o consumo na propriedade que o restante do estado. Uma explicação mais exata exigiria pesquisas específicas, mas esses números podem ser justificados, por exemplo, pela produção de milho safrinha, que muitas famílias cultivam para a preparação de silagem para o gado, especialmente o de leite (GUANZIROLI; CARDIM, 2000; GAZOLLA, 2004).

O percentual de produtores que produzem soja nos estabelecimentos *muito integrados* aumenta significativamente em comparação ao geral (Tabela 10). No Paraná, ele passa de 38% para 71,2% e, no Sudoeste, de 23,8% para 44,8%. Isso indica a forte relação mercantil e o quanto o mercado é importante para os sojicultores.

Tabela 10 – Estabelecimentos agropecuários com soja, segundo grau de integração com o mercado da agricultura familiar - FAO – 2006

GRAU DE INTEGRAÇÃO	PARANÁ		SUDOESTE	
	N	%	N	%
Muito integrado	48.217	71,2	5.871	44,8
Integrado	15.553	23,0	5.773	44,0
Pouco integrado	3.920	5,8	1.469	11,2
Total	67.690	100,0	13.113	100,0

Fonte: IBGE (2012).

A centralidade dos mercados na agricultura desperta diversos interesses e vertentes de estudo. As duas mais significativas são a *commercialization* e a *commoditization*. A primeira entende que a ampliação da inserção nos mercados levaria ao desenvolvimento da agricultura e, por consequência, do meio rural, enquanto a *commoditization* ressalta o lado desigual deste processo, entendendo que a ampliação da inserção aos mercados não significaria, inequivocamente, desenvolvimento e melhorias aos agricultores (CONTERATO *et al.*, 2011). Outro fator importante ligado ao processo de integração aos mercados é a especialização da agricultura.

4.3.3 Especialização produtiva dos estabelecimentos familiares

O grau de especialização do estabelecimento agropecuário³⁰ pode ser determinado por

³⁰ Dado obtido a partir da relação do quociente entre o Valor da Produção do Produto Principal (VPPP) e o Valor Total da Produção (VTP); sendo o VTP maior (>) que zero. Segundo o grau de especialização, os estabelecimentos foram classificados em: *superespecializado* (caso o grau de especialização do estabelecimento agropecuário tenha sido = 1), *especializado* (<1 e > ou =0,65), *diversificado* (<0,65 e > ou = 0,35), *muito diversificado* (<0,35 e > ou = a zero), e *não classificado* (não atendidos os parâmetros informados). (IBGE, 2014)

condições naturais impostas no uso dos recursos limitados pelas condições climáticas, pelo solo e pelos aspectos topográficos, como altitude e declividade; mas, historicamente, e, em geral, a agricultura familiar sempre preservou a diversidade na sua pauta produtiva, inclusive esta é uma estratégia para reduzir os riscos econômicos e alimentares, que, segundo Souza Filho *et al.* (2004, p. 4), “tendem a valorizar a adoção de sistemas mais diversificados e a alocar recursos, em particular tempo de trabalho, para produzir parte dos alimentos que consomem ou da matéria-prima utilizada no estabelecimento”.

Percebe-se que os sojicultores familiares são mais especializados que os demais agricultores familiares. Segundo dados do FAO/INCRA, aqueles agricultores classificados como *muito especializados*³¹ – ou seja, quando um único produto responde por 100% do VBP do estabelecimento –, no Paraná, representam 6,4%, enquanto que, nos estabelecimentos familiares que possuem soja, esse percentual passa para 15,6% (Tabela 11). No Sudoeste, os agricultores familiares *muito especializados* são 2,7%, e, entre aqueles que produzem soja, são 8,6%. No Sudoeste, quase um terço dos agricultores são *especializados*.

Os agricultores familiares classificados como *diversificados*, quando menos de 65% até 35% do VBP do estabelecimento provém de um só produto, ou *muito diversificados*, menos de 35% e mais de 0% do VBP provém de um só produto, são maioria tanto no Paraná (56,9%) como no Sudoeste (65,3%), havendo um percentual ligeiramente menor entre aqueles que plantam soja, 51,3% e 62,8%, respectivamente.

Tabela 11 – Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, segundo grau de especialização – FAO – Paraná e Sudoeste – 2006

GRAU DE ESPECIALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	PARANÁ		SUDOESTE	
	TOTAL	COM SOJA	TOTAL	COM SOJA
Muito especializado	6,4	15,6	2,7	8,6
Especializado	36,7	33,1	30,0	28,6
Diversificado	50,0	48,5	58,4	56,2
Muito diversificado	6,9	2,8	8,9	6,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2012).

A especialização dos agricultores, segundo Niederle e Schneider (2008), pode ser

³¹ O grau de especialização do estabelecimento foi calculado considerando se o valor total da produção foi maior que zero. Assim, o grau de especialização do estabelecimento agropecuário foi obtido por meio do quociente entre o Valor da Produção do Produto Principal e o Valor Total da Produção. Assim, os estabelecimentos foram classificados em: muito especializado (caso o grau de especialização do estabelecimento agropecuário tenha sido = 1), especializado (<1 e > ou =0,65), diversificado (<0,65 e > ou = 0,35), muito diversificado (<0,35 e > ou = a zero) (IBGE, 2014).

reflexo da atuação do Estado, das empresas agroindustriais e das cooperativas agropecuárias desde a década de 1960, que buscaram submeter o desenvolvimento da agricultura local à lógica da globalização, consolidando o monocultivo da soja e a mecanização intensiva como as únicas alternativas para os agricultores locais. Entretanto, nota-se que, para além do processo global de mecanização e políticas de incentivo a determinados produtos, os agricultores familiares mantêm a diversidade da sua pauta produtiva. Como se esperava, os sojicultores familiares são mais especializados e mais integrados aos mercados que os demais.

5 INFLUÊNCIAS EXTERNAS PARA A EXPANSÃO E A MANUTENÇÃO DA SOJA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO SUDOESTE

A análise realizada até aqui mostra que o cálculo de produção indica que a soja deve ser produzida em grandes áreas devido a uma inevitável tendência de exploração de economias de escala. Ainda assim, as pequenas propriedades se inseriram e se mantêm nessa produção. Houve uma série de mudanças que poderia dificultar a manutenção das famílias na agricultura, como a diminuição do tamanho das famílias e o êxodo rural, especialmente das mulheres, que ocasionou o fenômeno conhecido como masculinização do campo.

No entanto, a mecanização, amplamente estimulada pelas cooperativas, atuando como agentes comerciais altamente interessadas no aumento da eficiência e produtividade, fez com que, dada a redução da mão de obra, as famílias pudessem se envolver na produção de soja, tida como uma importante fonte de renda.

O objetivo deste capítulo é caracterizar a amostra pesquisada no município de Capanema, apresentando o perfil das famílias e seus estabelecimentos. Para tanto, expõem-se um grupo de questões levantadas no trabalho de campo, as quais são consideradas pelos agricultores familiares importantes para a produção de soja. São discutidas, também, as razões consideradas globais e/ou exógenas que influenciam grande parte dos sojicultores familiares, como a existência de um mercado consolidado, de liquidez, de acesso a novas tecnologias e de programas do governo federal.

5.1 RETRATO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS PESQUISADAS

Algumas décadas atrás, o agricultor familiar era visto como atrasado e ignorante. Retratado, nacionalmente, no personagem Jeca Tatu³² ou na música “O colono”,³³ do cantor e compositor Teixeira, muito conhecido na região Sul do Brasil.

³² Personagem do autor Monteiro Lobato, Jeca é um caipira preguiçoso e simplório que vive num sítio numa zona rural do interior de São Paulo com sua mulher, filha adolescente e dois meninos pequenos. Muito pobre, não tem hábitos de higiene e é totalmente desanimado com a vida.

³³ Não ri seu moço daquele colono/ Agricultor que ali vai passando/ Admirado com o movimento/ Desconfiado lá vai tropicando/ Ele não veio aqui te pedir nada/ São ferramentas que ele anda comprando/ Ele é digno do nosso respeito/ De sol a sol vive trabalhando/ Não toque flauta, não chame de grosso/ Pra te alimentar, na roça está lutando. Se o terno dele não está na moda/ Não é motivo pra dar gargalhada/ Este colono que ali vai passando/ É um brasileiro da mão calejada/ Se o seu chapéu é da aba comprida/ Ele comprou e não te deve nada/ É um roceiro que orgulha a pátria/ Que colhe o fruto da terra lavrada/ E se não fosse este colono forte/ Tu ias ter que pegar na enxada.

Estes personagens que compunham o imaginário social, reforçado pela literatura e pela música, expressavam uma dicotomia rígida entre rural, o atrasado, e urbano, o moderno. Porém, estes espaços cada vez mais se interpenetram cultural e economicamente numa nova simbiose, descaracterizando, assim, aquele cenário dicotômico. Tem-se presente que se refere a um grupo específico de agricultores familiares, porém representativos. Eles têm acesso à internet em casa para saber da previsão do tempo e se comunicar com os parentes distantes, plantam dentro do zoneamento agrícola para ter direito às políticas públicas e para alcançar maior produtividade. Vinculam o aumento do preço dos insumos à alta do dólar, dado que não ignoram sua importação. E são os mesmos que benzem os bois para os males que assolam o rebanho. São o presente e o passado, o moderno e o tradicional que andam juntos e conformam esta agricultura familiar.

O trabalho de campo da tese ocorreu nos meses de julho de 2014 e janeiro de 2015 em Capanema, conforme definições apresentadas na metodologia desta tese. Este município³⁴ foi desmembrado de Clevelândia em 14 de novembro de 1951, com instalação definitiva em 14 de dezembro de 1952. Fez parte dos conflitos e disputas relatadas no capítulo IV. As terras que atualmente pertencem a Capanema foram objeto dos negócios das companhias de colonização que superpuseram os títulos com posse efetiva de posseiros, gerando os intensos conflitos que culminaram na Revolta dos Colonos no ano de 1957.

Atualmente, a população do município é de 18.526 habitantes (Censo Demográfico, 2010), dos quais 48,2% residem no meio rural. Capanema faz limite, ao norte, com Matelândia, Medianeira, Céu Azul e Capitão Leônidas Marques; ao leste, com o rio Capanema, que o separa do município de Realeza; ao oeste, com o rio Santo Antônio, que faz divisa com a República Argentina; e, ao sul, com o município de Planalto.

O relevo é constituído de planaltos poucos ondulados, com pequenas planícies costeando o rio Iguaçu, o que, associado ao solo profundo com altos valores de potássio, baixos de fósforo e médios de material orgânico, favorece a agricultura mecanizável.

Neste município, em julho de 2014, realizou-se o Painel de Especialistas. O uso dessa técnica permitiu ampliar a compreensão da realidade da região e dos sojicultores e obter maior heterogeneidade na composição da amostra pesquisada, além de listar os entrevistados.

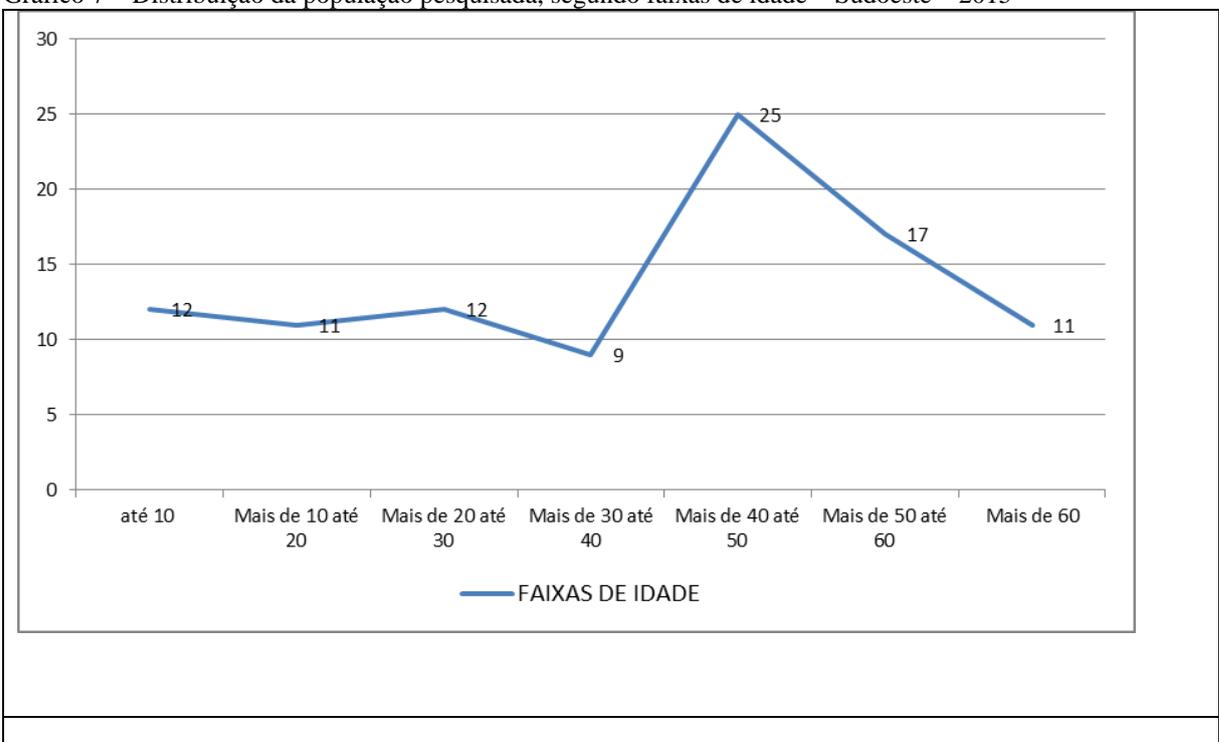
³⁴ O nome é homenagem ao advogado Barão de Capanema, que contribuiu no conflito entre Brasil e Argentina, quando os países disputavam as terras da região de Palmas. Em 5 de fevereiro de 1885, por decisão do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos, a região de conflito entre a Argentina e o Brasil, que perfaz o sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, passa a pertencer definitivamente ao território brasileiro.

A seguir, caracteriza-se a amostra a fim de descrever as pessoas e as famílias pesquisadas, o que permite ter-se a dimensão do público de que se fala neste trabalho.

Foram entrevistadas 28 famílias moradoras de diversas comunidades do município de Capanema (São Pedro, Santo Antônio, Cristo Rei, Santana, Lageado, Km 54). Essas famílias possuem a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), ou seja, são legalmente agricultores familiares e, assim, pode-se afirmar que, por esta informação e por outras que serão discutidas neste capítulo e no próximo, a amostra é 100% composta por agricultores familiares que plantam soja.

Os membros das famílias entrevistadas somam 97 pessoas. A média é de 3,5 pessoas por família, dados semelhantes àqueles apresentados pelo Censo Demográfico para a região e que refletem a diminuição do número de membros das famílias. A média de idade dos moradores é de 39 anos (Gráfico 7 e Tabela A2), havendo uma maior concentração populacional na faixa de idade dos 40 aos 50 (25,8%). O envelhecimento da população rural tem efeito sobre a força disponível para a produção, influenciando nas estratégias e escolhas produtivas dessas famílias, e a diminuição do número de filhos pode tornar ainda mais difícil as possibilidades de reprodução da propriedade.

Gráfico 7 – Distribuição da população pesquisada, segundo faixas de idade – Sudoeste – 2015



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

A maioria da população entrevistada tem ensino fundamental incompleto, dos quais 43% cursaram até a 4ª série (Tabela 12). O percentual de pessoas com ensino superior é de 7,2%, o que pode ser considerado alto, dado que, entre os moradores do meio rural no Sudoeste, este percentual é de 2% (Tabela A3). Entre os entrevistados, 23 ainda frequentam estabelecimentos de ensino.

Tabela 12 – Distribuição da população pesquisada segundo a escolaridade – Sudoeste – 2015

SÉRIE	TODOS OS MORADORES		MORADORES QUE NÃO ESTUDAM	
	Nº	%	Nº	%
Não alfabetizado	2	2,1	2	2,7
Até 4ª série	42	43,3	32	43,2
Da 5ª à 7ª série	14	14,4	10	13,5
8ª série	11	11,3	8	10,8
3º ano – Ensino médio	20	20,6	15	20,3
Ensino superior completo	7	7,2	6	8,1
Menor de 5 anos	1	1,0	1	1,4
TOTAL	97	100,0	74	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Tradicionalmente, as pessoas do meio rural são menos escolarizadas que as do meio urbano, inclusive pela dificuldade de acesso às escolas. Aquelas que estudam e cursam ensino superior, em grande parte, acabam trabalhando no meio urbano.

Em Capanema, o módulo fiscal é de 20 hectares, então, para possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), comprovante de que o agricultor é familiar, segundo a Lei nº. 11.326 (BRASIL, 2006), ele pode ser proprietário de até 80 hectares (Tabela 13). A área média de terra das famílias entrevistadas é de 34,9 hectares, e 39,3% das famílias possuem propriedades de até 20 hectares.

Tabela 13 – Número de famílias segundo a área de terra de propriedade familiar – Sudoeste – 2015

ÁREA DE TERRA	TERRA PRÓPRIA	
	Abs.	%
Até 20 hectares	11	39,3
De 21 a 30	5	17,9
De 31 a 50	6	21,4
Mais de 50	6	21,4
TOTAL	28	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quase metade das famílias, 46,4%, produz combinando terras próprias e arrendadas. A área arrendada é de, em média, 26,6 hectares. Entre as famílias, 38,5% arrendam áreas de até

20 hectares, e 30,8%, áreas entre 21 e 30 hectares (Tabela 14). Em geral, na safra 2015-2016, o arrendatário pagou ao proprietário 40 sacas de soja por cada 2,4 hectares (um alqueire paulista) a cada ano, responsabilizando-se pela aquisição e pagamento de todas as despesas (insumos, inseticidas, maquinário).

Tabela 14 – Número de famílias segundo a área de terra arrendada – Sudoeste – 2015

ÁREA DE TERRA	ARRENDADA	
	Abs.	%
Até 20 hectares	5	38,5
De 21 a 30	4	30,8
De 31 a 50	3	23,1
Mais de 50	1	7,7
TOTAL	13	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Em diversos momentos, tanto na literatura como no trabalho de campo, percebe-se a importância dos implementos agrícolas como auxílio e incentivo à produção de soja. Eles são facilitadores das tarefas e diminuem a penosidade do trabalho na roça. Neste estudo, é perceptível que a mecanização ameniza os problemas relativos ao envelhecimento da população, à diminuição das famílias, à migração e à sucessão familiar.

Todas as famílias entrevistadas têm acesso a máquinas agrícolas, próprias e/ou alugadas. Apenas três agricultores declararam não possuir os implementos, alegando que o principal motivo seria a área de terra muito pequena, de maneira que preferem alugar quando julgarem necessário. O trator é a máquina mais presente e a primeira a ser citada. Segundo um agricultor, “o trator, hoje, é o cavalo de antigamente”. É empregado em diversas atividades que facilitam o trabalho na propriedade, bem como um meio de transporte que facilita as relações de sociabilidade, sendo utilizado para trabalhar na lavoura, arrumar a estrada, deslocar-se até a cidade ou visitar os vizinhos. Após o trator, a plantadeira é a máquina mais frequente, presente em 22 famílias, seguidas de colheitadeira, em 21, e pulverizador, em 17.

Entre as famílias proprietárias de máquinas, a grande maioria, 84%, possui financiamentos de máquinas ou implementos. Majoritariamente, o Pronaf Mais Alimentos³⁵ e

³⁵ O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), criada pelo MDA, em 2008, para estimular a modernização produtiva das unidades familiares agrícolas de todo o país. O Programa visa modernizar as unidades produtivas da agricultura familiar que lidam com as seguintes cadeias produtivas: apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura, além da produção de açafrão, arroz, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo. Os investimentos em infraestrutura das propriedades familiares propiciados pelo Mais Alimentos contemplam colheitadeiras, tratores, veículos de transporte de máquinas e equipamentos

o Trator Solidário³⁶ são as linhas de crédito mais usadas. O alto custo das máquinas dificulta a aquisição com pagamento à vista. Assim, a existência de crédito específico para a agricultura familiar facilitou o processo de financiamento que culminou no alto percentual de máquinas financiadas.

Décadas atrás, segundo os agricultores, só possuía trator quem era “colono forte”, com dinheiro e bem estruturado. Um dos entrevistados e seu irmão relataram que, na comunidade deles, há 14 tratores novos, número expressivo³⁷ em comparação a anos atrás.

O aumento do acesso ao maquinário agrícola diminuiu a penosidade do trabalho e aumentou a produtividade. Produtos com processo produtivo mecanizado acabam sendo beneficiados neste contexto em que a de mão de obra é um gargalo. A oferta e o acesso às máquinas agrícolas foram apontados no trabalho de campo como um dos fatores de incentivo à produção de soja, sendo considerado um marco na história de produção: “Facilidade (de plantar soja) que é tudo com máquina. Antigamente era tudo manual. Depois veio as máquinas, foi aquela revolução” (Entrevista 12).

Outro produtor entrevistado aponta como as máquinas facilitaram o trabalho e reduziram o tempo de plantio, permitindo que, em um curto período de tempo, seja cultivada a área necessária. “Pra plantar soja tu gruda a máquina ali, planta uns cinco alqueires, seis alqueires não digo. Vai lá num dia e planta, né, eu tenho maquinário próprio” (Entrevista 16).

Os agricultores qualificam o acesso às máquinas como uma revolução em suas vidas, mudando completamente a forma como se produz. O plantio mecanizado, assim como os tratamentos culturais e a colheita, diminuiu substancialmente as dificuldades e a demora do trabalho manual. Outro benefício importante é a menor exposição ao sol. O trabalho agrícola sempre

agrícolas, além de projetos para a correção e recuperação de solos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas e armazenagem. (BRASIL, 2015b).

³⁶ O Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários é um programa de financiamento de tratores e implementos em que o fornecedor, mediante um sistema de registro de preços junto ao Governo do Paraná, garante preços abaixo do mercado. O governo também comparece nos contratos de financiamento garantindo a conversão das prestações em equivalência de sacas de milho, cujo benefício poderá ser sentido se o preço do produto cair abaixo do preço mínimo utilizado para conversão à época do financiamento. Os beneficiários são agricultores familiares com DAP. Estão disponíveis financiamentos para tratores de 55cv e 75cv. O prazo máximo para pagar o financiamento é de 10 anos. Poderá haver concessão de carência de 0 a 3 anos, quando devidamente justificada. O programa existe desde 2007, e os agricultores podem se reunir entre dois ou mais para comprar a máquina ou implemento em conjunto (PARANÁ, 2015a).

³⁷ Esta percepção do aumento de tratores é confirmada pelos dados dos Censos Agropecuários. Segundo Fleischfresser (2011), o acréscimo na aquisição de tratores é representativo do movimento de modernização da agropecuária paranaense. “No período de 1970 a 1995 foram adquiridos tratores entre todos os estratos de área. No início do período, de 1970 a 1980, o crescimento foi maior, reduz-se entre 1980 e 1985, mas volta a crescer entre 1985 e 1995, se bem que a intensidade ou o ritmo de aquisições vem reduzindo ao longo destas décadas” (FLEISCHFRESSER, 2011, p. 36). No Paraná, entre os anos 1985 a 1995, nas propriedades com área de 10 a 20 hectares, houve um aumento relativo de 96,99%.

esteve atrelado ao trabalho pesado, sofrido e exposto ao clima, a mecanização diminuiu esses efeitos, tornando o trabalho menos penoso.

A soja e sua produção mecanizada se mostram como uma possibilidade para que famílias com pouca mão de obra continuem na agricultura, o que é positivo nesta conjuntura de idade avançada e de falta de braços. Entretanto, os agricultores valorizam muito o trabalho “de sol a sol”, principalmente aqueles com idade acima de 50 anos. Segundo um agricultor, as novas técnicas “deixaram todo mundo *vadio*”. Ou então, “os outros” plantam tudo em um dia e depois ficam na *bodega*³⁸. Há um desmerecimento daqueles que ficam desocupados.

Todos os entrevistados – mesmo os mais novos com menos de trinta anos de idade – trabalharam na lavoura nos tempos em que o trabalho não era mecanizado. Talvez, para os mais novos, a mecanização tenha outra conotação, além das citadas, a qual, para os mais velhos, não seja tão visível, que é o aspecto moderno, tecnológico e menos penoso que o trabalho agrícola adquiriu. Isso tudo em comparação ao trabalho urbano. Pois estes agricultores fizeram uma opção pelo rural enquanto a maioria dos seus amigos, vizinhos e colegas de escola foram morar e trabalhar no meio urbano.

A mecanização possibilitou aos sojicultores maior tempo livre, que é empregado de diversas formas, seja indo para a bodega encontrar os amigos e jogar baralho seja produzindo outras culturas. Um agricultor relatou que o fato de a soja requerer pouca mão de obra possibilita o plantio de hortaliças, as quais ele vende diretamente no meio urbano.

O principal motivo (de plantar soja) que é que não dá muita mão de obra, é fácil de trabalhar. Como eu tenho pouca mão de obra, a soja me ocupa pouco tempo e o restante do tempo eu ocupo nas hortaliças. Porque a hortaliça ocupa mais mão de obra. Pra mim, a soja é viável por essa finalidade, ela me libera para fazer outras coisas nesse tempo. E no final, ela dá um resultado também, dá um lucro (Entrevista 26)

Como este agricultor se dedica às hortaliças, uma produção que requer mais pessoas envolvidas, plantar soja condiz perfeitamente. Essa combinação de culturas favorece a permanência do agricultor na agricultura, no sentido de que a diversificação produtiva fornece mais segurança e fontes de rendimentos para a família.

Lamarche (1998) aponta que é notória a substituição do trabalho assalariado pelas máquinas, e, com a mecanização, o agricultor dispensa a contratação. Em tempos e em lugares em que não há mão de obra para contratar é ainda mais crucial a substituição.

³⁸ Bodega, geralmente, refere-se aos estabelecimentos situados na zona rural que vendem secos e molhados e é ponto de encontro dos moradores.

Salienta-se que o trabalho assalariado na agricultura familiar é uma relação dificultosa para ambas as partes. O agricultor familiar encara o obstáculo de contratar – inclusive devido ao esvaziamento do campo e das pequenas cidades –, e aqueles que vendem sua mão de obra, por sua vez, defrontam-se com a sazonalidade da oferta de trabalho, que se concentra, geralmente, apenas nas épocas de colheita e/ou plantio. Enfim, a mecanização das lavouras é fator primordial de incentivo ao plantio de soja.

A produção de soja é combinada com diferentes produções que são comercializadas, mantendo uma estreita relação com os mercados fortemente ancorada nos grãos. Além da soja, que todas as famílias entrevistadas produzem, mais da metade, 53,6%, produz trigo, 39,3% milho e 28,6% feijão (Quadro 2)³⁹.

Quadro 2 – Combinações de produção agrícola comercial das famílias – Sudoeste – 2015

COMBINAÇÃO PRODUTIVA	N	%
Soja e milho	10	35,7
Soja, trigo e milho	7	25,0
Soja, trigo, milho e feijão	4	14,3
Soja, trigo e feijão	4	14,3
Soja e trigo	1	3,6
Soja, fumo, feijão e milho	1	3,6
Soja	1	3,6
TOTAL	28	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Todas as famílias produzem para o autoconsumo – “pro gasto” (GRISA, 2007) –, cultivando uma horta com verduras e legumes, frutas, mandioca e batata. Todas também produzem carne bovina para o próprio consumo e, em 42,9% das famílias, também para comercialização (Quadro 3). Isso se deve, em parte, ao costume da produção pecuária e ao hábito da alimentação baseada na carne que se soma ao alto preço para adquiri-la. A produção de leite é marcante no Sudoeste (ESCHER, 2011) e entre as famílias pesquisadas, 67,8% produzem leite (de vaca), e 50% o comercializam.

³⁹ As famílias possuem uma produção diversificada, quatorze delas produzem leite para vender e duas criam suínos. Há também produções que contam com uma família em cada atividade comercial, como no caso de cuca/bolacha, melado, verduras, frutas e queijo.

Quadro 3 – Combinações da produção agropecuária comercial das famílias – Sudoeste – 2015

PRODUÇÃO	N	%
Grãos	7	25,0
Grãos e leite	6	21,4
Grãos e gado de corte	5	17,9
Grãos, leite e aves	2	7,1
Grãos, leite e gado de corte	3	10,7
Grãos, leite e suínos	1	3,6
Grãos e outros ¹	4	14,3

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nota: ¹ Outros refere-se a fumo, verduras, melado e cuca, gado de corte e frutas.

Os dados da diversidade produtiva na propriedade sugerem que, apesar da forte presença dos grãos no Sudoeste, os agricultores não primaram pela especialização. A integração aos mercados, a modernização e a mercantilização não sufocaram a diversidade da agricultura regional ou das propriedades familiares, e os agricultores também não deixaram de produzir para autoconsumo.

Outra questão que reforça a especialização e a produção para consumo é a cultura alimentar das famílias. Alguns produtos tradicionais no cardápio dessas famílias não são encontrados no mercado e, se o são ou se há produtos similares, o sabor é muito diferente – é exemplo a nata, o macarrão, o salame, entre outros. A produção industrial é produzida de cima para baixo em escala universal; no entanto, o gosto não é universal, havendo variações regionais. A produção na propriedade é uma saída para escapar dessa padronização.

As diversas culturas possuem diferentes participações percentuais na renda total das famílias. Durante a pesquisa de campo, os agricultores relatam a singularidade do trigo. Na safra 2014/2015, devido a problemas climáticos e de mercado, o preço obtido com a venda não cobriu as despesas com os insumos. Mas esse prejuízo não é uma especificidade desta safra, segundo os produtores, faz alguns anos que isso se repete. Porém, continuam produzindo com o objetivo de fazer rotação de culturas, a qual, entre outros benefícios, é importante para o controle de ervas daninhas.

Das famílias entrevistadas, 16 disseram que a soja era a principal fonte de renda, além de outras cinco em que a soja era a fonte de renda principal junto com outro produto com o mesmo percentual de participação. A soja, nas famílias em que ela é o produto principal, tem variação de 40 a 90% do valor da produção. Algumas famílias possuem até seis diferentes produtos na composição da renda.

Além da renda advinda da agropecuária, as rendas não agrícolas possuem participação importante, atingindo 75% das famílias (Tabela 15). A aposentadoria é a renda não agrícola

presente no maior número de famílias. A previdência teve e tem um impacto significativo no meio rural, garantindo renda e contribuindo para sua reprodução econômica e social.

A aposentadoria rural transformou o papel do velho na família. Se, antes, ele era visto como incapaz ou semicapaz para o trabalho, a extensão dos direitos previdenciários à população rural contribuiu fundamentalmente para transformar a representação que se tem do idoso, justamente pela possibilidade da entrada de recurso financeiro na família (DELGADO, 2000; CAMARANO; EL GHAOURI, 1999). Assim, a previdência desempenha

[...] um papel muito importante não só na subsistência do idoso e de sua família, como também estimulando a pequena produção agrícola. Esse resultado não previsto tem elevado o *status* social do idoso beneficiário, fazendo com que este passe da condição de assistido para assistente, pela importância que a sua renda vem desempenhando na família (CAMARANO; MEDEIROS, 1999, p. 3).

A previdência rural é utilizada inclusive para o custeio e manutenção da atividade produtiva e, como esperado, tem um impacto maior na conformação da renda domiciliar quanto menores as faixas de rendimento consideradas (IPARDES, 2002), além da possibilidade que os agricultores possuem de realizar empréstimos com desconto direto do salário dos aposentados e pensionistas.

Tabela 15 – Distribuição das famílias segundo as rendas não agrícolas – Sudoeste – 2015

RENDA NÃO AGRÍCOLA	FAMÍLIAS ¹		PESSOAS	
	N	%	N	%
APOSENTADORIA	10	35,7	15	15,5
SALÁRIO NÃO AGRÍCOLA	8	28,6	9	9,3
PENSÃO SAÚDE	3	10,7	3	3,1
OUTROS ²	5	17,9	5	5,2
NÃO POSSUEM	7	25,0	65	67,0
TOTAL	28	100,0	97	100,0

FONTE: Pesquisa de campo (2015).

Notas:¹ A mesma família pode ter mais de uma renda não agrícola.

² Aluguel, cuidar da água, diarista urbano, seguro-desemprego, frete.

O salário não agrícola tem participação na renda de um quarto das famílias, o que demonstra novas conformações do mercado de trabalho e possibilidades aos moradores do meio rural. O trabalho externo à propriedade ou em atividades não agrícolas pode indicar uma precarização das condições da família, em que a propriedade não estaria conseguindo absorver a mão de obra familiar. Mas não é o que foi constatado no trabalho empírico da tese, indo muito mais na direção do que aponta Schneider (2003a, p. 234), quando afirma que “os agricultores familiares podem estabelecer variadas estratégias para garantir a reprodução

social, econômica e cultural que não passam, necessariamente, pela modernização técnico produtiva de seus sistemas agrícolas e estabelecimentos rurais”.

Algumas ocupações não agrícolas desenvolvidas pelos pesquisados podem ser taxadas como definitivas, como no caso das professoras de escolas primárias. Outras podem ser temporárias, como o caso de um rapaz que trabalhava no meio urbano em uma loja de material de construção. Segundo o pai, o rapaz iria trabalhar somente até a família conseguir ampliar o plantel de vacas leiteiras. Quando isso acontecesse, ele voltaria a trabalhar exclusivamente na propriedade.

As ocupações que foram categorizadas como “outros” – aluguel, cuidar da água, diarista urbano, seguro-desemprego e frete – são atividades que algum membro desenvolve paralelamente à atividade agrícola. Sete famílias têm sua renda advinda exclusivamente da produção agrícola e agropecuária extraída da propriedade.

As rendas mensais, como o leite, verduras ou aposentadorias e pensões, custeiam as despesas básicas da família, como alimentação, roupas e remédios. Porém, também custeiam despesas da propriedade, como diesel, energia elétrica e consertos do automóvel ou do trator. Durante o ano, a família se sustenta com esse tipo de renda. Quando a safra de soja é vendida, gera-se um volume grande de dinheiro, com o qual é pago o financiamento, e o restante “sobra limpo”. Por isso, a soja permite fazer compras volumosas ou investimentos como a aquisição de terras, máquinas ou construção de casa e galpão. Esse tipo de arranjo dimensiona um dos motivos da importância da soja para as famílias, pois as demais rendas custeiam a propriedade e a família, permitindo assim a elas fazerem investimentos de grande porte.

Essa caracterização teve o intuito de retratar inicialmente as famílias pesquisadas. São famílias que se aproximam do número de membros das demais do estado. Geralmente, combinam diversas produções para comercialização, além de manterem a produção voltada para o consumo familiar e possuírem propriedades com áreas médias de 26 hectares. Dada a seleção feita para este estudo, todas as famílias produzem soja em combinação com diversos outros produtos, seja para o consumo na propriedade seja para comercialização, mas é produzida, prioritariamente, para a comercialização. Ao tentar compreender as motivações das famílias para produzir soja, é fundamental considerar essas diversas racionalidades existentes no núcleo familiar. As rendas não agrícolas ou agrícolas mensais facilitam a produção de soja, pois dão margem de manobra para a família agricultora se dedicar a uma produção que só fornece renda anual.

As famílias passaram a processar uma série de questões que as permitem não terem que decidir entre “ficar ou deixar a agricultura”. Os empregos fora da agricultura são

estratégias que contribuem para a permanência no rural, sem serem capturados por uma lógica totalmente externa a eles. As famílias agricultoras aprenderam a olhar para seu entorno e construir suas próprias estratégias de sobrevivência.

5.2 MERCANTILIZAÇÃO E EXTERNALIZAÇÃO NO SUDOESTE

A compreensão das famílias estudadas requer, também, uma análise das suas relações com o mercado. Essas relações, ainda que existam em gradações diferenciadas, estão sempre presentes. Elas foram se desenvolvendo gradualmente e se fortalecendo, e, atualmente, as famílias estão inseridas no processo de mercantilização. Ele está atrelado, geralmente, ao processo de externalização que é a dependência do agricultor a fatores externos à propriedade os quais podem ser entendidos como faces de um mesmo fenômeno de mudança na agricultura familiar, que atinge diversas produções, porém, no caso da soja, agem com mais força.

A soja integra a pauta produtiva do Sudoeste há, pelo menos, 40 anos. Nas décadas 1960 e 1970, diversas mudanças, especialmente provocadas pela Revolução Verde, fizeram com que as famílias agricultoras transitassem de uma produção para o autoconsumo para aquela voltada para o mercado. Estas transformações produtivas e sociais inseriram os produtores nestes dois processos que se interligam: a mercantilização e a externalização.

A mercantilização é quando o mercado se apresenta, para os agricultores familiares, como esfera primordial e organizadora da sua reprodução social e econômica, sendo eles dependentes do mercado através da externalização dos elementos ou das etapas que integram o processo produtivo. Nesses novos processos, progressivamente o agricultor familiar compra as diversas mercadorias e elementos para iniciar o novo ciclo produtivo anual, o que gera a necessidade de excedentes monetários e o faz, também, vender a produção de mercadorias, executando, desse modo, o valor de troca e caracterizando, assim, um processo de mercantilização (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006).

Diversos produtos são mercantilizados, entretanto, entende-se a soja como expressão máxima da mercantilização, dado que quase a totalidade da produção é destinada à comercialização (vide Capítulo IV). Adicionalmente, da forma que a propriedade e a produção estão estruturadas, o agricultor não tem condições de dar outro destino para a soja que não seja a comercialização – diferentemente do milho, que pode ser usado para a alimentação dos animais, ou do arroz e feijão, que podem ser consumidos pela família.

Todas as famílias pesquisadas produzem soja para a comercialização, e apenas uma delas destina cerca de 5% para o consumo animal na propriedade. Em algumas décadas, os agricultores passaram de uma produção voltada para o consumo interno e intermediário para uma voltada para o mercado. Por isso, produzir soja se tornou sinônimo de mercantilização.

Meus pais começaram a plantar soja nos anos 70, quase entrando em 80. Mas eles plantavam soja não para comercializar, mais para o consumo em casa, para alimento dos animais. Porque não existia exploração, não tinha quem comprasse soja. Com o tempo surgiu cerealista, o pessoal de fora que comprava. (Entrevista 30)

Juntamente com a mercantilização, o processo produtivo da sojicultura familiar também está envolvido pela externalização. Isto é, o processo no qual a unidade familiar transfere para agentes externos recursos e tarefas que anteriormente ela própria desenvolvia numa via de reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida, passando a ser uma forma de reprodução dependente (PLOEG, 1990).

Ressalta-se, mais uma vez, que diversas culturas têm seus processos produtivos da agricultura familiar delegados a agentes externos. Mas a soja, nos moldes em que atualmente é produzida, é majoritariamente externalizada. Uma das consequências desse processo é a dependência e a vulnerabilização dos agricultores que dependem de terceiros para desempenhar o seu trabalho. Inicialmente, os próprios agricultores produziam a semente e os adubos necessários para o plantio. Essas etapas, agora, são transferidas para as empresas, e o agricultor depende delas para adquirir os insumos, perdendo o domínio do processo produtivo e sua autonomia. Segundo um entrevistado:

Os insumos são tudo bastante caros, a semente mesmo de soja, se a gente quer financiar, a gente tem que comprar. Porque, se a gente mesmo faz a semente, não financia. Esse é o grande problema do colono, o agricultor tinha que ter direito de produzir a própria semente. E não pode, é errado isso. É querer favorecer as multinacionais que estão fabricando as sementes. (Entrevista 28)

Da forma em que a cadeia da soja está estruturada, os processos que antes eram feitos na propriedade atualmente são terceirizados, o que torna as famílias dependentes de atores externos para adquirir as sementes (transgênicas) e os insumos e para destinar a produção.

A mercantilização e a externalização têm sido partes de um mesmo processo de profundas mudanças do meio rural nas últimas décadas. Pode-se dizer que a externalização é uma expressão da mercantilização, e a existência de uma só faz sentido em função da outra. A entrada no mercado transforma as relações produtivas, econômicas e sociais e também a racionalidade do agricultor. Mesmo que ele deixe de produzir soja e migre para outro produto,

será dentro das regras do mercado e da mercantilização. O hábito que havia de destinar a soja para a alimentação dos animais na propriedade quase não existe mais.

Diferentes autores em diferentes momentos (ABRAMOVAY, 1992; NIEDERLE, 2007; CASSOL; SCHNEIDER, 2015) discutem a inserção dos agricultores familiares nos mercados. Centram suas análises em torno das oportunidades de inserção dos agricultores em mercados diferenciados e alternativos (nichos). Em todos os campos da sociedade, a globalização é correlativa a uma maior segmentação e diferenciação do mercado, o que viabilizará a abertura de oportunidades aos agricultores familiares nos chamados mercados de qualidade. Os agricultores familiares teriam condições, pelas suas características próprias, de melhor se inserirem em espaços que exigem produtos diferenciados e de melhor qualidade.

Entretanto, a entrada em nichos comerciais não se aplica aos sojicultores familiares que estão inseridos em mercados convencionais, disputando espaço com os grandes produtores, e oferecendo um produto sem diferenciação. Neste caso, a mercantilização poderia diminuir o grau de autonomia e de liberdade dessas famílias. No entanto, estar inserido nesses mercados consolidados, ramificados, com garantias de compra incentiva o agricultor a plantar, pois há a expectativa de rendas e garantias de comercialização. Para um agricultor “A soja não é que nem o feijão que tu tem que procurar comprador. Soja, quando colhe, tem cinco, seis querendo te comprar” (Entrevista 20). “(Principal motivo para plantar soja) É a liquidez no final, a renda final. [...] E fácil de vender, a liquidez assim, né” (Entrevista 22).

A inserção nos mercados não se restringe apenas ao momento da compra e da venda estabelecida. Segundo Lamarche (1998), a relação das unidades produtivas familiares com o mercado modificam diversas dimensões que envolvem a família e a produção. Conforme há certo grau de integração há certa relação com a sociedade de consumo, certo modo de vida e um sistema de valores e de representação específica. Não há “um mercado” e “um tipo de relação” imposta, mas há diversas relações não uniformes com o mercado que impactam de diferentes formas a vida dos agricultores.

O gradual aumento da comercialização e da externalização no Sudoeste está atrelado ao crescimento das cooperativas, que tiveram importância fundamental na organização e viabilização da agricultura familiar. Segundo Muller e Meneguetti (1998), as cooperativas foram viabilizadoras da agricultura familiar na segunda metade do século XX. Elas intermediaram políticas públicas para o setor e investimentos na sua tecnificação e garantiram a comercialização dos grãos. A certeza de comercialização da safra de soja é fator que reforça a propensão de plantá-la.

Pode-se atribuir às cooperativas um papel fundamental na existência de uma cadeia produtiva consolidada da soja no Sudoeste, tanto no fornecimento de insumos e assistência técnica como no escoamento da safra. As cooperativas tiveram seu perfil transformado e como apresentado no capítulo anterior, mantêm essa cadeia, mas atualmente atuam no mercado diferenciando-se pouco das empresas convencionais. Todos os produtores entrevistados continuam sendo sócios e vendem sua produção para elas, porém não as veem de forma muito diferente das outras cerealistas. O processo associativo é uma das alternativas para a viabilização da agricultura familiar. Contudo, atualmente, o sistema cooperativo não mais propicia um ambiente protegido e confortável para ela.

Durante o trabalho de campo, percebeu-se que as cooperativas não fornecem segurança para os produtores, para além daquela do mercado em geral. Enquanto determinado produto é atraente economicamente, há garantias de que ela continuará comprando e dando assistência ao produtor. Porém, quando há dificuldades de comercialização, as cooperativas podem cessar a compra. Um produtor entrevistado ressaltou que a cooperativa que domina a compra de grãos na região não compra mais feijão. Isso, segundo ele, deve-se ao fato de que o mercado deste grão é muito instável, não garantindo lucro para a cooperativa. Os agricultores encontram segurança e garantia nas diversas estratégias que eles desenvolveram para driblar as condições adversas formadas no mercado em geral e veiculadas pelas cooperativas como agentes da dinâmica mercantil com a qual o agricultor se envolve. Eles possuem uma leitura das mudanças que acontecem e que os afetam, e trabalham para minimizar os efeitos adversos do meio em que estão inseridos.

Não é o objetivo deste trabalho, porém é perceptível que há, atualmente, um distanciamento entre os agricultores e as cooperativas, e os primeiros não compartilham de um sentimento de pertencimento à cooperativa de comercialização do município. A base da relação entre a cooperativa e a família agricultora não é a reciprocidade e nem a solidariedade, mas o comércio. É interessante observar que, ao mesmo tempo em que o processo produtivo se mercantiliza, a família agricultora se distancia da cooperativa. O perfil empresarial adotado pela cooperativa não manteve o agricultor inerte, mas o transformou num cliente. Como tal, ele se sente livre para vender para uma cerealista no caso de o preço dela ser mais elevado e a relação comercial mais vantajosa.

Apesar desse distanciamento criado pelas relações mercantis que promovem a perda da fidelidade e da exclusividade, todos os agricultores entrevistados são sócios e vendem pelo menos uma parte da produção para determinada cooperativa de Capanema. O estabelecimento para a aquisição dos insumos pode variar conforme o preço, pois os agricultores realizam

pesquisa de preços antes de decidir pelo lugar da compra. Inclusive, um agrônomo, filho de sojicultor, inaugurou uma loja de insumos agrícolas que tem atraído muitos clientes. Os clientes entrevistados afirmaram que um dos diferenciais é a assistência técnica que a loja oferece na produção de soja. Com o passar do tempo, a cooperativa local parou de investir nesse setor, perdendo importância e deixando espaço para a concorrência. Assim, por mais que existam questões relacionadas à tradição e à confiança, os agricultores também consideram preços e assistência técnica na decisão de em qual lugar adquirir os insumos. Mesmo assim, entende-se que as cooperativas foram e são agentes fundamentais para inserir os agricultores nos processos de comercialização e externalização, fazendo a transição da soja de um produto de autoconsumo para um comercial.

A assistência técnica fornecida pelas lojas de insumos e pela cooperativa é um suporte importante para as famílias persistirem na soja, permitindo que elas sejam atualizadas sobre as novidades e sanem suas dúvidas. Um entrevistado ressaltou que uma das facilidades para plantar soja é a assistência técnica e, ironizando, disse que o técnico deixa na propriedade o “pacote”, qualquer dúvida é só ligar e ele diz “*pega aquele vidrinho ‘assim assim’ que está no canto*”. O agricultor recebe um pacote pronto e a assistência técnica não vai para além dele.

Os sojicultores familiares estão integrados a uma cadeia produtiva altamente mercantil, porém na propriedade há diversas relações mais, menos ou não mercantilizadas. Um exemplo é a produção de alimentos para o consumo – característica marcante da agricultura familiar – tanto para consumo próprio como para abastecer os mercados. Esta produção é impactada pela mercantilização em que muitas famílias investem tempo e recursos em produtos destinados à comercialização, embora não deixem de produzir alimentos para o consumo interno da propriedade. Existe a lógica mercantil e da especialização que, se seguida, engessaria estes agricultores, os quais, mesmo não se libertando dela, conseguem se preservar e manter a diversificação.

Segundo Gazolla e Schneider (2006, p. 1), a mercantilização da agricultura fragiliza as unidades familiares por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização. Os agricultores “se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo”.

A imersão dos agricultores na dinâmica de mercado pode ter diversos reflexos. Um deles, como afirmam os autores acima, é a perda de autonomia do processo produtivo em que o agricultor deixa de ter o domínio completo da produção dependendo de terceiros para

comprar sementes e insumos, e relegando ao segundo plano, e até ao esquecimento, práticas comuns da agricultura familiar, como a produção dos alimentos.

Outro reflexo é a adaptação aos padrões de consumo da sociedade em geral, melhorando suas “condições de vida”, como o acesso aos bens de consumo disponíveis e até mesmo saúde e educação. Como visto, há famílias agricultoras em que membros possuem ensino superior, caso raro nas gerações anteriores.

Nas famílias entrevistadas, mantém-se a tradição de cultivar, pelo menos, alguns produtos para o consumo familiar. Há a produção de carne, especialmente bovina e de frango, de mandioca, batata e leite, além do cultivo de horta e frutas na maioria das propriedades. Porém, alguns produtos que eram tradicionais da região (salame, por exemplo) ou que fazem parte dos alimentos de consumo diário (como o arroz) não são produzidos. As famílias mantêm a produção para o consumo, algo característico da agricultura familiar, mas grande parte dos produtos da cesta básica alimentar é “comprada na cidade”. A mudança dos padrões de consumo da agricultura familiar com a incorporação de muitos produtos industrializados cria novas necessidades, como a coleta de lixo reciclável. Os sojicultores do Sudoeste sofrem uma crescente dependência dos circuitos mercantis para executar a sua reprodução social e alimentar. Este quadro faz com que a reprodução seja dependente do progresso tecnológico e do mercado, em um processo crescente de externalização do processo produtivo.

Torna-se importante salientar que, mesmo em meio às mudanças que a agricultura familiar tem sofrido em decorrência dos processos de externalização, mercantilização e cientificização⁴⁰, ela não perdeu suas características peculiares e seu caráter familiar e nem

[...] deixou de ser a forma social de produção e de trabalho capaz de se apropriar do espaço rural com o qual desenvolve interações sociais importantes como no caso dos sistemas produtivos, do meio ambiente, dos agroecossistemas e mesmo através dos outros atores sociais do território (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006, p. 2).

Os sojicultores do Sudoeste são dependentes do mercado tanto para impulsionar e realizar o processo produtivo quanto para a comercialização que lhes dará os recursos necessários para custear a família e a propriedade.

⁴⁰ A cientificização é a maneira pela qual a agricultura começa a internalizar e assimilar a técnica desenvolvida pela ciência moderna na produção agropecuária. É o momento em que as forças produtivas da agricultura usam a ciência para produzir e reproduzir as condições e a materialidade do processo produtivo agrícola (PLOEG, 1990; 1992).

A produção de *commodities* entre os entrevistados não levou a uma especialização da propriedade, mas pode ter colocado em segundo plano a produção para o consumo. Observa-se uma mudança de comportamento e de consumo, em que a alimentação adquirida fora da propriedade tem aumentado. Isso pode aumentar a diversificação e facilidades na preparação dos alimentos, mas também pode elevar a insegurança alimentar familiar.

O desenvolvimento agrícola implica em um processo de externalização que gera uma multiplicação de relações mercantis. As tarefas que o próprio agricultor inicialmente organizava e gerenciava passam a ser coordenadas pela troca mercantil e por meio de novos sistemas. Essa externalização crescente não só afeta as atividades de produção, mas todo o processo de reprodução.

O processo de mercantilização e externalização acaba sendo uma via de mão dupla para os sojicultores. Por um lado, deixa-os totalmente expostos ao mercado, não tendo controle algum sobre preços ou demanda da produção. Por outro, essa cadeia estruturada fornece garantia de compra e de continuidade da produção. É possível assinar um contrato de venda mesmo antes de o produto estar pronto para a comercialização. Não há garantia de preço, mas de compra sim.

A mercantilização impõe uma crescente padronização dos processos de trabalho agrícolas que propiciam as bases para uma maior cientificização. O processo produtivo da soja – tipo de semente, de insumos, a maneira de comercializar – é sumariamente padronizado. É o “pacote” ao qual os agricultores se referem. Os novos produtos desenvolvidos pela indústria e levados pela assistência técnica se somam a este “pacote”.

Na produção de soja, a cientificização é vista pelos agricultores estudados como uma aliada. Eles veem na ciência a solução dos problemas enfrentados com as ervas daninhas resistentes ou com o aumento da quantidade de herbicida aplicado na lavoura, por exemplo. Um entrevistado revelou a convicção de que, em breve, as empresas irão desenvolver uma solução para esse problema, pois, segundo ele, sempre que há um problema na lavoura, a indústria e a ciência criam uma maneira de resolvê-lo.

Mercantilização, externalização e cientificização são facetas interligadas de um mesmo processo impulsionado pelas mudanças ocorridas desde a Revolução Verde⁴¹. Uma

⁴¹ Revolução Verde refere-se à invenção e à disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970. É um amplo programa idealizado para aumentar a produção agrícola no mundo, por meio da alteração genética de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução do custo de manejo. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes geneticamente alteradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização, produção em massa de

das consequências desses processos é a padronização dos produtos, colocando o sojicultor familiar na mesma arena que os grandes produtores de soja, sabendo-se que estes dois grupos possuem poder de barganha e relações de força muito diferentes.

Diante disso, em resumo, pode-se afirmar que uma das hipóteses confirmadas no trabalho de campo é a de que a existência de uma cadeia sólida e organizada com mercado regular, abundante oferta de insumos e facilidade para comercialização estimula a produção. Um mercado consolidado com facilidade para adquirir insumos e de comercializar a soja é elemento motivador e mantenedor da sojicultura na agricultura familiar.

Os sojicultores familiares, dentro de um processo de transformação, adaptam-se e formatam-se às novas relações mercantis e sociais impostas. Esse processo está além do desafio às leis econômicas, pois provoca transformações socioeconômicas causadas pela própria interação entre as forças de mercado e os agricultores familiares. Forma-se, então, um ambiente que muda as características dessa agricultura familiar estudada. As intensas e diferentes relações com o mercado foram diferenciando-a e propiciando sua adaptação.

5.3 TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NA SOJICULTURA

A produção de soja sofreu profundas mudanças nos últimos 40 anos, as quais são responsáveis pela permanência e ampliação da produção, tanto em área plantada quanto em quantidade produzida. As novidades marcantes incorporadas à produção foram a Revolução Verde, o plantio direto e, mais recentemente, as sementes transgênicas. Elas aceleraram o processo produtivo e demandam menos mão de obra, não sem efeitos colaterais, como casos de intoxicação e outros problemas de saúde, o que, segundo Vial (2004), inclusive, fez com que muitos agricultores migrassem para a soja orgânica no começo dos anos 2000. Muitos desses agricultores, atualmente, estão plantando soja transgênica. “Na verdade eu sempre plantei. Desde que eu cheguei aqui, em 1983, eu planto. Primeiro, foi convencional, daí fui pro orgânico e agora o transgênico” (Entrevista 26).

Os agricultores que plantavam no modelo convencional também migraram para o transgênico. Todos os entrevistados plantam, atualmente, sementes de soja transgênicas,

produtos homogêneos e diminuição do custo de manejo. Também é creditado à Revolução Verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, assim como no gerenciamento de produção. Esse ciclo de inovações se iniciou com os avanços tecnológicos do pós-guerra, embora o termo Revolução Verde só tenha surgido na década de 1970. Desde essa época, pesquisadores de países industrializados prometiam, através de um conjunto de técnicas, aumentar estrondosamente as produtividades agrícolas e resolver o problema da fome nos países em desenvolvimento. Mas, contraditoriamente, além de não resolver

representando a predominância que essa semente tem na região. A disseminação da transgenia foi impulsionada pelo trabalho das cooperativas, dos técnicos de assistência técnica e das lojas de insumos. Há maior facilidade para o agricultor encontrar a semente transgênica do que a convencional, o que também os incentiva nesta prática. Estas sementes fazem parte do “pacote” ao qual os agricultores se referem, que, além das sementes, contém adubos, herbicidas e assistência técnica especializada na produção transgênica. Em se tratando de soja, o grande diferencial das sementes transgênicas é a resistência ao glifosato. Ela surgiu nos Estados Unidos e, em 1998, começou o plantio clandestino no Brasil. Naquele mesmo ano, uma liminar indeferiu a liberação comercial realizada pela Coordenação-geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBIO) até que a União regulamentasse a comercialização.

A entrada e a ampliação do plantio das sementes transgênicas no Brasil foram possibilitadas, entre outras leis, pela Lei de Cultivares e de Patentes (BRASIL, 1996, 1997),⁴² que permitia que as empresas que desenvolvessem uma variedade de planta pudessem registrá-la no Ministério da Agricultura, garantindo seus direitos comerciais. Assim, esta tecnologia chegou ao Brasil já existindo o arcabouço legal que permitia às empresas detentoras destes direitos cobrarem pela utilização de suas criações (CASTRO, 2006).

A novidade da transgenia movimentou diversos segmentos da sociedade: grupos de defesa da vida, ecologistas, redes de supermercados, governos federal e estaduais. Foi, e ainda é, um jogo intenso de forças e interesses. De um lado, estão os que defendem e levantam as vantagens da soja transgênica e, de outro, aqueles que ressaltam os malefícios trazidos por ela. A empresa multinacional Monsanto, nos anos 2000, com a atuação das organizações ambientais voltadas para a redução do uso de agrotóxicos na agricultura, incorporou em seu

o problema da fome, a revolução aumentou a concentração fundiária, a dependência de sementes modificadas e alterou significativamente a cultura dos pequenos proprietários.

⁴² Em 1998, a Monsanto pediu autorização para o cultivo e comercialização no Brasil da soja transgênica Roundup Ready, que tem como atrativo a resistência ao herbicida glifosato. Agilmente, em dois meses, a CNTBIO emitiu um parecer favorável à solicitação, sem maiores exigências, nem mesmo o estudo de impacto ambiental, o que fez com que diversos grupos e setores criticassem essa liberação. Inclusive o IBAMA e governos estaduais se manifestaram fazendo exigências para a liberação dos transgênicos. Diversas disputas judiciais foram travadas. No ano 2000, a União foi obrigada, por meio de decisão judicial, “a exigir da Monsanto a realização de prévio EIA/RIMA para liberação de espécies geneticamente modificadas e de todos os outros pedidos nesse sentido formulados à CNTBIO” (CASTRO, 2006, p. 31). Os estados entraram na discussão da transgenia, cada um regulamentando os procedimentos que seriam adotados, tudo isso desencadeando brigas internas de interesses. O estudo de A. Silva (2004) verificou que, no ano de 2003, a questão dos transgênicos resultou em um acalorado debate na imprensa brasileira, muito motivado por qual seria o destino da soja transgênica, em especial a gaúcha. O assunto foi recorrente nos principais diários impressos, desfilando pelos primeiros cadernos, editoriais de economia, agropecuária e ciência. Em 24 de março de 2005, a soja transgênica foi liberada para plantio e comercialização a partir da nova Lei de Biossegurança nº 11.105 (BRASIL, 2005).

discurso uma preocupação ambiental difundindo que a semente transgênica reduziria o uso de herbicida⁴³ (PELAEZ, 2003⁴⁴ *apud* SCHIOSCHET; PAULA, 2008).

As inovações e a promessa de redução de custos abriram as portas para o uso da “nova semente”, que, atualmente, está disseminada entre os sojicultores, independentemente do tamanho e da tecnologia empregada na propriedade. Dessa forma, um dos argumentos que sustentaram a entrada da soja transgênica foi a promessa de diminuição da quantidade de veneno usada. Porém, com o tempo, os agricultores estão percebendo a resistência de algumas ervas daninhas, especialmente a buva⁴⁵, o que requer maior número de aplicações e/ou maior quantidade.

Sim, tá aparecendo cada vez mais erva daninha resistente. (Resistente) com glifosato, né... [...] É, só que hoje não tá resolvendo só com glifosato, né. Tem a buva que é resistente, outras ervas já estão ficando resistentes. Tenho, tenho investido (em outro veneno). [...] Os insetos, que estão cada vez mais resistentes, a lagarta, bastante (Entrevista 05).

Um dos agricultores relata como foi aumentando a quantidade de aplicações de herbicida na lavoura:

Quando comecei, comprei as máquinas, comecei com os plantios, fungicidas, fazia uma dose, às vezes nem fazia. Me lembro que para colher a soja passava uma, duas, três vezes o veneno. Hoje a gente faz cinco, seis vezes a aplicação no cultivo de soja. E a tendência é que vai aumentar (Entrevista 20).

O aumento das aplicações eleva os custos da produção e, mesmo com maior número de aplicações, não elimina totalmente as ervas daninhas da lavoura. Os agricultores não questionam mudar para outro método de produção, mas, muito mais, percebe-se a crença de que haverá outra tecnologia mais eficiente que a atual. Outro entrevistado relata o mesmo problema:

⁴³ A diminuição na quantidade de herbicida utilizado tem impactos econômicos, de acordo com Castro (2006), seriam necessários 3,06 quilos de herbicidas para o cultivo de um hectare de soja convencional. Para a soja transgênica essa quantidade passa para 1,44 quilos por hectare. O custo anterior médio de aplicação na lavoura convencional era de US\$ 66 por hectare e, com a cultura transgênica, diminuiu para US\$ 22.

⁴⁴ PELAEZ, Vitor. A firma em face de regulação da tecnologia: a experiência da Monsanto. Anais do Congresso de Economia, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_vitor_pelaez_a-firma-face-a-regulacao-da-tecnologia-a-experiencia-da-monsanto.pdf>.

⁴⁵ Buva, cujo nome científico é *Conyza bonariensis*, é uma planta invasora encontrada frequentemente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. É uma planta daninha de inverno e verão que infesta as lavouras de trigo, soja e milho. A buva produz grande quantidade de sementes, que apresentam características e estruturas que conferem fácil dispersão, caracterizando a espécie como agressiva. Tem se apresentado como resistente ao glifosato.

Buva está mais resistente. Agora não sei se é a buva mais resistente, ou o glifosato mais fraco. Se você pegar uma buva e colocar a dose dobrada de glifosato ela se “acroca”. Isso eu não sei... Eu acho que o glifosato mudou as moléculas, a composição pra deixar resistente. Porque os fabricantes têm interesse lucrativo. E para vender outros venenos pra nós e acaba vendendo outros pra nós. Os fabricantes mudaram a composição para vender outros venenos pra matar a buva. Se continuasse como um tempo atrás, ia matar do mesmo jeito (Entrevista 26) .

Há ainda uma desconfiança quanto à fidelidade do herbicida à sua fórmula original, os fabricantes poderiam estar deixando-o menos eficiente no combate às ervas daninhas. Essa é uma das consequências do processo de externalização. O agricultor perde o controle sobre o processo produtivo dos insumos, aumentando suas incertezas quanto à qualidade e à fidelidade do produto e da empresa.

Com exceção da diminuição do desempenho do herbicida, há uma satisfação generalizada em relação à transgenia, sendo apontada como um dos incentivos para produzir soja na agricultura familiar, especialmente porque diminui a quantidade de mão de obra necessária para os tratos culturais.

Não, entrar, na verdade, vai a mesma coisa (quantidade de veneno), mas se tornou mais fácil, né (que o convencional). Não sei como te dizer assim. [...] os bichinhos vem um vez, passa o veneno, vem de novo passa duas. Ano passado deu bastante bicharedo, foi passado três vezes veneno. Esse ano foi passado duas, uma ou duas. Por isso que ficou mais fácil. *Se fosse o convencional, você acha que daria mais problema?* Daria problema só pra limpar. A gente não conseguia plantar as roças do convencional mais. Não aguentava nem plantar (Entrevista 18).

O entrevistado afirmou que só consegue produzir soja utilizando semente transgênica. Se fosse necessário plantar o convencional e seus tratos culturais, não seria possível, “não aguentava” plantar, pois exige mais mão de obra, especialmente para limpar a terra. Nessa linha, os sojicultores entrevistados plantam a semente geneticamente modificada e a maioria afirma que ela tem facilitado o trabalho e aumentado a produtividade:

Facilidade veio a acontecer com a chegada do transgênico, isso é facilidade. Hoje você trabalha com máquina, com veneno, herbicida que controla (as ervas daninhas). Isso facilitou, porque, se dependesse da mão de obra, isso não existe mais. Isso que facilitou e motivou a plantar ainda mais. [...] Nos 15 hectares, eu levo 1 hora e meia para passar o herbicida. Se fosse serviço braçal, em cinco pessoas, levaria mais de uma semana (Entrevista 30).

O trabalho e as técnicas agrícolas sofreram profundas mudanças. Atualmente, quando o terreno permite, não é mais usual carpir nem arar a terra com tração animal e nem mesmo é necessário arrancar as ervas daninhas manualmente. Com a transgenia, além disso, diminuiu a

quantidade de aplicações de veneno necessárias na roça, permitindo que alguns agricultores aumentem a área plantada:

Por causa que a mão de obra ficou mais fácil, transgênico, essas coisas. Daí a gente tem maquinário, tem tudo, pode plantar mais. *Então, com menos mão de obra, o senhor faz o mesmo serviço de antes?* Faço mais. Faço mais do que antes, com bem menos gente, né. Agora com menos gente dá de plantar mais (Entrevista 24).

Houve a diminuição da mão de obra; contudo, ainda assim aumentaram a produção e a produtividade, em muito, impulsionadas pelos transgênicos e pelas máquinas agrícolas.

Porém, esse tipo de transgenia não elimina os insetos, o que exige cuidado no controle das pragas. Para este caso, alguns agricultores estão usando outra geração das sementes Roundup Ready, a Intacta (INTACTA RR2 PRO™) que se destina a também “controlar” as lagartas⁴⁶. Na região Sudoeste, na safra 2014/2015, foi a primeira vez que se plantou esta semente. Nessa safra, não houve lagarta na região, assim os agricultores não conseguiram ver os efeitos dessa semente. O único efeito visível foi no bolso, pois a Intacta tem um custo em torno de 50% mais alto do que as outras sementes transgênicas.

A fabricante da semente, em seu site, ressalta a necessidade de refúgio. Esta informação foi repassada para os agricultores pela assistência técnica e pelos vendedores de insumos. O refúgio consiste em que, em uma das partes da lavoura, seja plantada soja sem a tecnologia Intacta, é uma estratégia para as lagartas não se tornarem resistentes. Este é o primeiro ano e nem todos os agricultores estão plantando, então a roça do vizinho serve como refúgio. Essa é uma das questões dessas tecnologias, elas interferem no ambiente, ocasionando efeitos adversos. O principal é a resistência às pragas ou aos insetos. Adquire-se um produto para se livrar de um problema, porém, com o tempo, ele é agravado e exige um novo produto. Os agricultores sabem da existência desse círculo vicioso e, neste quadro em que há resistência de ervas daninhas e aumento da quantidade de herbicida usado, floresce a crença dos agricultores na ciência. Eles estão convictos de que, em breve, uma nova tecnologia suprirá essas demandas, pois normalmente “sempre há” uma solução da

⁴⁶ Conforme informações disponíveis no site da Monsanto, a semente Intacta combina três soluções: resultados de produtividade, tolerância ao herbicida glifosato, controle contra as principais lagartas que atacam a cultura da soja. Ainda no site da Monsanto, relata-se a necessidade do refúgio como uma “ferramenta essencial para garantir que todos poderão aproveitar ao máximo os benefícios da tecnologia Intacta RR2 PRO” (MONSANTO, 2015).

ciência/indústria para os problemas da lavoura. Os agricultores também se utilizam da técnica de rotação de culturas⁴⁷, que reduz a resistências das ervas daninhas (vide capítulo seguinte).

Os agricultores estão tão envolvidos e adaptados à forma de produção com semente transgênica que não visualizam produzir sem ou com tecnologia diferente. Um entrevistado afirmou que entende a importância das outras maneiras de plantar soja (convencional e orgânica), porém ele não se vê em condições de cultivar semente não transgênica. Atualmente, este agricultor trabalha em 40 hectares sem recorrer à contratação de mão de obra. Porém, devido à resistência da buva (*Conyza bonariensis*) ao herbicida, ele precisa arrancá-la, manualmente, no meio da soja. Dessa forma, conseguiu limpar cinco hectares naquela safra; inimaginável, seria carpir toda a sua terra. Segundo ele, se assim o fosse, ficaria com 10% do que planta hoje. Os usos de transgênicos e das tecnologias relacionadas oferecem praticidade, agilidade, menor demanda por mão de obra, diminuição da penosidade e da quantidade de trabalho⁴⁸, o que fortalece e incentiva a produção de soja no Sudoeste.

Muitas dessas mudanças e a percepção de inevitabilidade da soja transgênica podem ser interpretadas à luz da própria mercantilização e da externalização. Esses processos são tão dominantes que atualmente os agricultores adotaram a transgenia como a única forma de produzir apesar da falta de mão de obra, o mercado facilita a compra de sementes e de insumos, assistência técnica especializada e comercialização que são tentáculos da mercantilização e da externalização que favorecem a transgenia. Os sojicultores familiares percebem e utilizam todos estes instrumentos, manipulando-os em prol da sua sobrevivência.

5.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Nesta seção, são apresentadas as políticas públicas que, como a transgenia, a mercantilização e a externalização, são fatores externos do processo que incentivam a produção de soja no Sudoeste. As políticas são fundamentais para a reprodução da agricultura familiar, viabilizando a introdução da soja através de financiamentos específicos que reduzem o custo de produção e, assim, reforçam a mercantilização e a externalização.

⁴⁷ Mais informações em: <[http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=20612&secao=Sa nidade%20Vegetal](http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=20612&secao=Sa%20nidade%20Vegetal)>.

⁴⁸ Porém, essa tecnologia gera dependência por parte dos agricultores. Como existe apenas uma empresa fornecedora, a Monsanto, é ela que define o preço que os agricultores terão que pagar. O agricultor acaba sendo estrangulado ou, no mínimo, tem suas opções muito reduzidas, não enxergando muitas alternativas.

No campo político e acadêmico brasileiro, nos anos 1990, surge a categoria agricultura familiar, que se fortalece na década seguinte e passa a ser um ator com reconhecimento institucional. Esse período pode ser considerado um marco para o segmento em que as ações políticas começam a se concretizar.

O governo brasileiro, em 2000, criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em 2003, redefiniu suas funções mantendo-o na hierarquia como ministério. Dentro do MDA, criou-se, especificamente, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) voltada a atender os interesses desse segmento.

Em 2006, foi instituída a Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006), que reconheceu legalmente a categoria dos agricultores familiares⁴⁹. Nessa lei o tripé 1) gestão do estabelecimento, 2) trabalho e 3) família foi assumido como definidor, admitindo, dessa forma, o agricultor familiar como um “sujeito legal”, com direitos e espaço legitimado na sociedade. Um dos efeitos dessa institucionalização e reconhecimento foi a criação e fortalecimento de diversas políticas públicas nessas duas décadas.

Neste trabalho, destacam-se três programas considerados pelos sojicultores familiares como fundamentais para a impulsão e manutenção da soja no Sudoeste: Pronaf, Proagro e PNPB.

O Pronaf é, atualmente, o principal instrumento de crédito e financiamento para a agricultura familiar, veio para suprir uma carência de financiamento para este segmento, que, até então, via-se obrigada a disputar recursos com os grandes proprietários, os quais, entre outras vantagens, possuíam garantias cadastrais, o que lhes facilitava o acesso.

O Pronaf foi institucionalizado em 1996⁵⁰ e, segundo o seu Manual Operativo (BCB, 2015), possui quatro objetivos específicos:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
- b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;

⁴⁹ Segundo a Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006), considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse quatro módulos fiscais.

⁵⁰ O Pronaf foi institucionalizado em 1996, através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de julho de 1996 (BRASIL, 1996).

- c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social;
- d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

Esses objetivos demonstram o interesse do programa em fornecer subsídios para aumentar a produção e integrar os produtores ao mercado, direcionando a produção para a comercialização. Entre as críticas ao Pronaf⁵¹, há aquela de que ele reforça a produção de soja pelos agricultores familiares, dado que parte significativa de seus recursos é destinada a financiá-la.

Segundo Schneider, Westphalen e Gazolla (2005), a situação atribuída ao Pronaf de gerar especialização produtiva é quando o agricultor familiar é levado, pela política pública, a plantar somente o que ela financia. Seria o que é mais fácil, comum e o que, historicamente, as instituições bancárias têm tradição de financiar e operacionalizar. Assim, o programa pode incentivar a sojicultura. O trabalho de campo evidenciou que o Pronaf reforça o que já era produzido na região⁵². Muito antes dele, os agricultores produziam soja e detinham um conhecimento acumulado sobre o processo produtivo e, com o advento do programa, tiveram a possibilidade de investir ainda mais nas lavouras existentes na propriedade. Há a possibilidade de dois caminhos que se encontram e reforçam a produção de soja. No primeiro, as famílias acessam uma política que reforça o que elas já produziam, enquanto no segundo, os fatores externos se apropriam daquilo que existe com outros objetivos e direcionam os recursos e facilitam o caminho de acesso de determinadas culturas, no caso a soja.

Nesta mesma linha, questionava-se que, ao haver disponibilidade de financiamento para diversos produtos, seria realmente possível que os agricultores sejam incentivados a optar pela dupla soja-milho?

⁵¹ Uma das críticas ao Pronaf (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; ANDRADE DA SILVA, 1999; CARNEIRO, 1997) seria a de que o programa incentivaria e financiaria produtos que não necessariamente sejam destinados à alimentação humana. É necessário haver mais discussão para determinar o cabimento desta crítica, porém, se assim o for, salienta-se que esta preocupação não consta nos objetivos do programa. Carneiro (1997), com base nas experiências europeias, alerta para os possíveis “efeitos nefastos” do Pronaf. Um exemplo é que, com o incentivo, a tecnificação pudesse liberar mão de obra e incentivar o êxodo rural. Nesta mesma linha, Gasques *et al.* (2005, p. 20) afirmam que o Pronaf não pode ser apontado como um meio de evitar o êxodo rural, visto que os dados do próprio programa “não permitem dizer que há uma relação estatisticamente significativa entre taxa de crescimento do crédito e taxa de crescimento da população total, nos municípios avaliados”.

⁵² O Pronaf pode ser considerado um dos fatos mais emblemáticos no campo das políticas públicas para o meio rural. O programa “representa o reconhecimento e a legitimação do estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares –, que até então era designada por termos como

Wesz Junior, Grisa e Buchweitz (2014) analisaram os recursos de crédito custeio do Pronaf. No Brasil, no período 1999 a 2012, os principais produtos financiados foram o milho, soja, café e fumo. O milho e a soja respondem, desde 2001, por mais de 50% dos recursos aplicados pelo Pronaf no custeio de lavouras, tendo picos em 2002 e 2003, alcançando mais de 60%. Acrescentando-se o café, 70% dos recursos são aplicados no custeio destas lavouras.

A análise dos estados permite verificar a clara diversidade dos produtos financiados. A produção de mandioca responde por 78,9% dos contratos e 65,3% dos recursos no Amapá, e, no Maranhão, é responsável por 49% dos contratos e 58,4% dos recursos. O café lidera o número de contratos no Espírito Santo, com 85,4% dos contratos e 22,7% de recursos, e, em Minas Gerais, 55,8% dos contratos e 55,2% dos recursos⁵³ (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014).

Os dados apontam no sentido de o Pronaf não ser determinante no processo de *comoditizar* a agricultura familiar, mas de atuar reforçando a produção existente nas regiões, reforçando as aptidões naturais de cada cultura. No Sudoeste, há produção de soja muito antes da existência do Pronaf. Dos entrevistados, 96,4% afirmaram que aprenderam a plantar soja com os pais, conhecem e se envolvem com a produção desde crianças. Um agricultor, quando indagado sobre quanto tempo plantava soja, respondeu: “Quarenta anos, mais ou menos. Desde que eu me lembro, o pai plantava soja, milho” (Entrevista 14).

Ao avaliar-se os dados e as declarações dos entrevistados, pode-se entender que o Pronaf reforçou e subsidiou, porém não determinou a produção. Com isso, não se quer negar o incentivo do programa e dos agentes financiadores à produção de soja e de milho. Apesar de também existir disponibilidade de recursos para outros produtos na região, os agricultores familiares optaram por continuar e intensificar aquela cultura que já conheciam há muitos anos. Se é possível relativizar quanto à influência do Pronaf na comoditização da produção das famílias, isso é mais difícil quanto à externalização dessa produção. Para acessar o programa, o caminho comum e descomplicado é apresentar as notas fiscais de compra dos insumos, sementes e herbicidas que serão utilizados na produção. Esse procedimento, além de agilizar o acesso ao Pronaf, garante o seguro agrícola – Proagro. As exigências dificultam a que os agricultores utilizem sementes não certificadas – sementes crioulas – ou então insumos

pequeno produtor, produtores familiares, produtor de baixa renda ou agricultores de subsistência” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004, p. 21).

⁵³ “A cana-de-açúcar destaca-se em Pernambuco (36,9% dos contratos e 28,0% dos recursos). Ainda os autores destacam “o algodão na Paraíba (25,6% dos contratos e 16,3% dos recursos); a soja no Mato Grosso do Sul (30% dos contratos e 50,9% dos recursos); o milho no Paraná (49,4% dos contratos e o 40,1% dos recursos); e o fumo em Santa Catarina” (10,9%) (WESZ JUNIOR; GRISA; BUCHWEITZ, 2014, p. 13).

produzidos na propriedade. Um agricultor ressalta que investe para além do que é financiado, porém é necessário colocar os produtos químicos para comprovar a procedência e acessar os programas federais:

[...] Eu não uso só adubo químico, uso bastante cama de aviário, compro dos vizinhos ali. É uma coisa que tu coloca a mais do financiamento. No primeiro ano, eu não botei ureia, botei cama de aviário. Depois o técnico me cobrou: tu não colocou ureia, vou ter que descontar três mil reais do Proagro. Na verdade, o milho deu melhor com a cama de aviário do que esse ano que passou que eu coloquei ureia. Eu botei 25 sacos de ureia e ano retrasado coloquei 50 mil quilos de cama de aviário. E foi melhor a cama de aviário do que a ureia. **É um jeito de terceiros ganhar dinheiro em cima de quem produz.** [...] acho que a gente paga o custo até chegar nos Estados Unidos, verdade. Até os grãos que se perdem na estrada é o produtor rural que paga [...] tem muita gente ganhando em cima de quem trabalha! (Entrevista 28).

Além da percepção sobre a qualidade do fertilizante caseiro constatada na produção, o agricultor se sente não só responsável pelo lucro de terceiros, dada a obrigatoriedade de aquisição dos produtos, como também percebe os efeitos dos processos de externalização e mercantilização. Embora não use essas palavras, ele compreende que há uma cadeia extremamente complexa em que está inserido. A externalização e a mercantilização são reforçadas pelos programas que exigem a aplicação de insumos industrializados na produção. Apesar do recente relaxamento legal destas exigências, na prática, os agentes bancários e a assistência técnica acabam por inserir os agricultores dentro da sua lógica mercantil e de lucro.

O Pronaf acaba sendo uma camisa de força para os agricultores. A necessidade de apresentação de notas fiscais dos insumos os conduz para as empresas tradicionais que vendem insumos industrializados. Isso pode acarretar na perda do costume de produzir na propriedade parte dos insumos e no desaparecimento das sementes crioulas. Ir contra e fazer diferente pode deixar o agricultor descoberto do seguro agrícola, aumentando ainda mais os prejuízos em caso de sinistro.

Entretanto, os agricultores e especialistas são taxativos em afirmar que o Pronaf é quem sustenta a agricultura na região e estariam “mortos” caso o programa deixasse de existir. Todos os entrevistados o acessam, por meio de custeio e/ou investimento, sendo o primeiro totalmente direcionado para a produção de grãos: soja, milho e trigo.

O trabalho de campo mostrou que, geralmente, as famílias possuem um produto “carro-chefe” na propriedade, que é o responsável pela maior renda e maior dispêndio de tempo e dedicação. Porém, os sojicultores continuam a ter outros produtos geradores de renda e para o consumo próprio – as “miudezas”. O Pronaf e outras condições econômicas,

históricas e sociais não levaram os agricultores a se especializarem em apenas um produto. Mesmo sendo inegável a dependência das famílias à renda da soja, ela não é a única. Os agricultores compreendem a lógica do processo em que estão inseridos e entendem que se especializar em um só produto é arriscado para a propriedade e para a família, como demonstrado no depoimento abaixo:

Eu vou diminuir (a soja) para aumentar um pouco o gado, mas devagarinho, pra diversificar. Porque eu tenho visto, que nem ano passado, eu não fui muito bem com a soja, mas o gado me salvou. Quando tu tem outra opção, pelo menos tu tá vivendo. Porque todo o agricultor tem sua despesa, seu dia a dia, se tu erra em tudo... por isso tem que diversificar. Vejo o pessoal acabando com tudo focando só na soja. Enquanto está tudo bem, tudo bem, mas e se dá uma seca de novo? Esses são os que mais padecem e os que mais se queixam (Entrevista 10).

Pela própria experiência, os agricultores julgam ser mais sábio ter uma propriedade diversificada, pois, no ano em que um produto tem queda de rendimento, há o outro para sustentar a família. No Sudoeste, o Pronaf influencia na pauta produtiva; contudo, não se observou que tenha o efeito direto de especializar as propriedades.

Muitas famílias entrevistadas acessam o Pronaf há mais de 15 anos, inclusive uma delas foi uma das primeiras a acessar o financiamento em Capanema. O Sudoeste é o berço do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) que é uma das ferramentas que explica as facilidades com que os agricultores acessam o Pronaf e outras políticas públicas. O Sistema Cresol nasceu em 1996, e, das cinco primeiras sedes, três eram localizadas no Sudoeste: Capanema, Dois Vizinhos e Marmeleiro⁵⁴. O Cresol surge no mesmo ano do Pronaf, e, segundo o site da cooperativa, o programa foi e é uma importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras⁵⁵.

O Sistema Cresol, na década de 1990, no lugar de estruturas centralizadas e amplas unidades, representadas pelas grandes cooperativas de comportamento mais empresarial, instalou-se com estruturas descentralizadas, com forma de rede e unidades pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo assim para a democratização do crédito rural e maior controle social⁵⁶.

Os agricultores reconhecem a importância do Sistema Cresol como facilitador para o acesso ao crédito. Um dos entrevistados afirmou que, até o primeiro governo Lula (2003-2006), acessar o financiamento através do Banco do Brasil era difícil e burocrático. O Sistema

⁵⁴ As outras duas sedes ficam no Centro-Oeste, nos municípios de Pinhão e Laranjeiras do Sul.

⁵⁵ Mais informações em: <<http://www.cresol.com.br/site/conteudo.php?id=1>>.

⁵⁶ Mais informações em: <<http://www.confesol.com.br/cenindividual.php?id=MQ==#.Vg7Nlfn4-Uk>>.

Cresol agilizou e desburocratizou este processo. Segundo os entrevistados, atualmente, ocorreram mudanças no Banco do Brasil que o tornaram mais acessível aos agricultores familiares, e agora o processo é mais ágil que no Sistema Cresol. Porém, o Sistema foi fundamental para inserir os agricultores no Pronaf e em toda uma gama de serviços bancários.

Os financiamentos para infraestrutura atendem a diferentes necessidades da família e da propriedade, sendo destinados para a compra de automóveis utilitários, que servem tanto para os negócios e produção como para meio de transporte da família. Também usam os recursos para adquirir bovinos para produção leiteira e, principalmente, para a aquisição de maquinário agrícola. A soma de facilidade de acesso ao crédito e atendimento das demandas da família resulta na alta popularidade do programa.

Destaca-se, no Sudoeste, o Pronaf Mais Alimentos⁵⁷ que tem seu foco em possibilitar a compra de maquinários agrícolas usados na produção de alimentos. Ele provê recursos para investimentos em infraestrutura da propriedade rural, permitindo ao agricultor modernizar a propriedade e a produção, via aquisição de máquinas, implementos e equipamentos, resfriadores de leite, melhoria genética, irrigação, implantação de pomares e estufas, armazenagem, entre outros. Os tratores financiáveis são comercializados com desconto de até 17,5%. O desconto médio de máquinas e implementos é de 15%. Os descontos se estendem a outras linhas de equipamentos, como os da cadeia produtiva do leite e da mandioca (PLANO SAFRA 2008/2009).

Esta linha de financiamento tem grande impacto e visibilidade na região, viabilizando a compra de máquinas e equipamentos aos agricultores familiares. Como dito no começo deste capítulo, entre as 25 famílias que possuem máquinas agrícolas, 84% têm alguma delas financiada. Somente uma dessas famílias não tinha financiado pelo Mais Alimentos. Outro agricultor que possui trator financiado pelo Mais Alimentos declarou que a máquina veio para suprir a falta de mão de obra (peões) para o trabalho na lavoura e expressou sua satisfação com a substituição. Segundo ele, o “[...] trator não reclama do sol, vai onde eu quero, a hora que eu quero e as parcelas (do financiamento) a Dilma (Presidente da República) ajuda a gente a pagar” (Entrevista 29).

⁵⁷ O limite de crédito é de R\$ 150 mil por ano agrícola, limitado a R\$ 300 mil no total, que podem ser pagos em até dez anos, com até três anos de carência e juros de 2% ao ano. Para financiamento de estruturas de armazenagem, o prazo pode chegar a 15 anos, com até três anos de carência. Para projetos coletivos, o limite é de R\$ 750 mil. Os financiamentos destinados às atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura podem chegar a R\$ 300 mil. Para operações de até R\$ 10 mil, o juro é de 1% ao ano (BRASIL, 2015a). O financiamento contempla projetos associados à produção de arroz, feijão, milho, mandioca, trigo, hortigranjeiros, leite, castanha, caprino, ovinos, café, gado para abate, suínos e aves.

Os agricultores estão convencidos de que conseguirão pagar as parcelas do financiamento e entendem que o maquinário agrícola, financiado, contribui para suprir a mão de obra, agora escassa no meio rural. Percebe-se que esses agricultores do Sudoeste não sentem medo de banco nem de financiamento. Nas décadas anteriores ao Pronaf, eles tinham receio devido aos altos juros que, muitas vezes, culminavam na perda da terra para o banco. Segundo este agricultor, ele se endividou e quase faliu:

Muito banco, muito financiamento, juros altos. Agora, com o nosso Lula e nossa Dilma, conseguiram ter uma política agrícola definida, juros definidos. Eu paguei muito juro. Eu financiei trator que eu paguei três tratores. Juros altíssimos, de 80% ao mês. Eu andei quebrando, vendi terra para pagar as contas (Entrevista 31).

Juros fixos, prazos adequados e subsídios do governo possibilitaram aos agricultores se apropriarem desses recursos sem receio. Obviamente, em outras regiões do estado não acontece o mesmo, pois o medo e a burocracia impedem o acesso⁵⁸. A popularidade do Pronaf no Sudoeste não se repete nas demais regiões do Paraná, e isso se deve, principalmente, às atuações do Sistema Cresol, das associações e das cooperativas e à própria história e colonização da região, que são fatores que diferenciam a relação e o acesso ao crédito entre estes agricultores. A popularidade do Pronaf também pode ser atribuída ao Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (Proagro), geralmente, os dois programas são contratados simultaneamente para a mesma lavoura. O Proagro é um programa de seguro de crédito agrícola que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação pode ser dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Os agricultores relatam que o Proagro é um incentivo a plantar, dado que não será necessário se desfazer de bens para “pagar o banco” caso a safra não alcance a produtividade esperada em decorrência de seca, excessos de chuva ou doenças.

Para que o produtor tenha direito ao Proagro, a soja (ou outros produtos financiados) deve ser plantada dentro do calendário do Zoneamento Agrícola de Risco Climático. O zoneamento é feito pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e recomenda os períodos do ano que cada produto deve ser plantado em cada região do Brasil. O seguimento das recomendações é condição necessária para os agricultores acessarem as

⁵⁸ Na pesquisa de campo do IpardeS, na região Centro do Paraná, muitos agricultores declararam não acessar Pronaf por medo de contrair dívidas (IPARDES, 2014).

políticas públicas, dentre as quais o Proagro e o Pronaf. Observou-se, no trabalho de campo, que este conhecimento técnico é totalmente disseminado entre os agricultores. Inclusive, alguns agricultores relataram que um dos motivos para acessá-lo é para ter direito ao Proagro, como se constata na afirmação: “(Qual o motivo para financiar?) Segurança, né? Qualquer coisa de frustração de safra, alguma coisa que acontece tem Proagro. Vem uma ajuda, a gente não perde tudo” (Entrevista 12).

O Proagro é um instrumento que fornece maior tranquilidade para o agricultor, pois o clima continua a ser um desafio invencível. Qualquer planejamento perde a razão em meio a uma seca ou a uma inundação. Nesse sentido, o Proagro fornece segurança aos agricultores, porém, segundo eles, só cobre uma parte das perdas: “*com o Proagro não se perde tudo (em caso de sinistro)*” (Entrevista 12).

O custo está muito alto para plantar. Hoje uma criança que tem um estudo tu não pode segurar na roça. Na cidade, uma metalúrgica pagou pra um piaçã que saiu da roça 800 reais na carteira e mais hora extra. Ele tira 1300, 1400 por mês. Chega fim do ano ele tem 15 mil reais seguro. Eu tenho que arriscar, comprar os insumos caros, plantar, e rezar que o tempo chova pra eu produzir pra ter o lucro. Se não produzir, não tem lucro nenhum. **É um risco muito grande e um lucro inseguro.** Por mais que o Pronaf, assim, o milho dois anos deu Proagro, mas não cobre 100%. O financiamento era 15, eles me deram 10 mil. O resto tem que cobrir. Dos 200 sacos que eu tinha, vendi a 21 reais vai dar 4200. Então nem bem cobriu o meu gasto. A gente não tem grandes lucros, mas a vida é diferente na colônia, pra quem gosta (Entrevista 28).

Na perspectiva de que o Proagro cobre apenas o valor do Pronaf, e, às vezes, apenas parte deste valor, entende-se que o trabalho do agricultor não será remunerado, ou seja, aquele ano de dedicação e esforço é levado pelo sol ou pela chuva.

O plantio de soja também recebe incentivos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em 2004 pelo governo federal. Suas principais linhas são introdução sustentável do biodiesel na matriz energética, geração de emprego e renda, em particular para a agricultura familiar, promoção da redução da importação de óleo diesel, disponibilização de incentivos fiscais e implementação de políticas públicas para produtores das regiões mais carentes, garantia de preços competitivos, qualidade e suprimento e produção de biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas (GARCIA, J., 2007).⁵⁹ O PNPB foi citado pelos agricultores como um dos estímulos à produção de soja.

⁵⁹ Outras informações em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-que-%C3%A9-o-programa-nacional-de-produ%C3%A7%C3%A3o-e-uso-do-biodiesel-pnpb#sthash.g1THVRso.dpuf>>.

Compondo o programa, o governo federal instituiu o Selo de Combustível Social (SCS)⁶⁰, com intuito de incentivar as indústrias de biodiesel a adquirir parte da matéria-prima da agricultura familiar, através de contrato prévio. O objetivo principal do programa é estimular a produção e o uso de biodiesel promovendo a integração da agricultura familiar ao agronegócio brasileiro. Segundo J. Garcia (2007), este programa se diferencia dos outros que estimulavam a produção de biodiesel, criados na década de 1970/80, pois apresenta um forte enfoque social e, ainda, enquadra-se nos objetivos do desenvolvimento sustentável.

No trabalho de campo, verificou-se que esse programa garante ao agricultor familiar a certeza de mercado para a soja e um incentivo financeiro. Os agricultores celebram o contrato prévio com as empresas ligadas ao programa – no caso dos entrevistados, era a cooperativa do município – e, a cada saca vendida, recebia-se um acréscimo de R\$1,50. Todos os agricultores entrevistados acessam o programa. Ele não chega a ser um definidor da produção, porém é um incentivo a mais para as famílias. Entende-se que ela não deixaria de produzir soja se o programa fosse extinto, mas, por eles já estarem na atividade, é um adicional que reforça a continuidade na produção.

As políticas públicas mais acessadas pelos agricultores pesquisados são o Pronaf, Proagro e PNPB. Elas podem ser compreendidas como determinantes da atual sojicultura do Sudoeste e também revelam o Estado atuando no sentido de aumentar a produção mercantilizada e externalizada, assim como apoiando a produção de alimentos e a manutenção das famílias na agricultura.

A mercantilização e a externalização abarcam as famílias de uma maneira geral, desenvolvem-se gradualmente conforme o agricultor necessita adquirir mercadorias tanto para a produção quanto para a família, como também vender sua produção agrícola no mercado (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2006).

Esses processos foram sendo fortalecidos nas últimas décadas, entre outros motivos, pela criação e expansão das políticas públicas. Pode-se creditar a elas grande responsabilidade no desenvolvimento rural, na melhora da qualidade de vida das famílias e da produção. Elas

⁶⁰ As indústrias de biodiesel que gerarem inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, através da aquisição de parte de sua matéria-prima e/ou comprovação de regularidade da compra dessa matéria-prima, receberão o “Selo Combustível Social (SCS)”. Este selo foi instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004. O Selo é fornecido àquelas empresas que adquirirem um mínimo de produto da agricultura familiar e incentiva o contrato prévio de compra e venda de matérias-primas com os agricultores familiares ou com suas cooperativas e com anuência de entidade representativa da agricultura familiar daquele município e/ou estado. Esse selo incentiva as indústrias a adquirirem oleaginosas da agricultura familiar e celebrarem os contratos antecipadamente. Mais informações em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-selo-combust%C3%ADvel-social#sthash.Xym9t8cw.dpuf>>.

também têm o caráter de financiar uma produção voltada para o mercado, tanto a montante como a jusante, forçando ou aprofundando as relações com o mercado. Inclusive, elas possibilitam um aprofundamento do acesso à mecanização e à transgenia que também aceleram a mercantilização e a externalização na agricultura familiar. Esses processos significam que ela está envolta por uma dinâmica que a mantém trabalhando para sua subsistência. A relação mercantil lhe fornece recursos financeiros que servem apenas para manter a família e recomeçar o processo produtivo, não transformando o agricultor em um acumulador, e fazendo-o permanecer no mesmo patamar, sem ascender economicamente.

O sojicultor está envolvido com fortes relações mercantis com diferentes impactos e consequências. Através do mercado o agricultor conecta-se com o que há de tecnologia produtiva, acesso a sementes e maquinários modernos que facilitam o seu trabalho e permitem a produção nos moldes que o mercado deseja para comprar exigindo que o sojicultor se adapte às suas leis e exigências. O sojicultor precisa produzir o tipo de produto que o mercado deseja, vendendo a preços estabelecidos internacionalmente e se adaptando a constantes mudanças de condições mercantis. No entanto, o agricultor não é totalmente refém do mercado e de suas regras. Ele as entende e trabalha com essa compreensão, não se dedicando exclusivamente à monocultura e preservando certa autonomia.

Por mais que o mercado coloque o agricultor em contato com um mundo moderno, esse mesmo mercado suga o trabalho do agricultor, fazendo com que ele se mantenha estagnado como ofertante de um produto resultante do seu trabalho e da sua família, extraído de sua própria terra.

6 DETERMINANTES LOCAIS PARA A EXPANSÃO DA SOJA NO SUDOESTE

As análises dos cálculos do custo de produção apontam para a necessidade de grandes extensões territoriais e de produção em escala para que a sojicultura se viabilize economicamente, como destacado no Capítulo II. Neste cenário, emergiram as perguntas desta pesquisa: como os agricultores familiares se sustentam por décadas produzindo soja? O que mantém a produção nestas propriedades?

Produzir soja em grande escala não se torna possível para a esmagadora maioria dos agricultores familiares, condição enfatizada pela lógica econômica para a viabilidade das propriedades. Dessa forma, não se pode considerar a lucratividade como um fator que explique a permanência desses produtores no cultivo da soja. Assim, é fora da lógica da produção em escala e das análises de custo de produção que se encontra grande parte das explicações para a produção de soja na agricultura familiar.

No capítulo anterior, foram apresentados os fatores exógenos que são explicativos da permanência da sojicultura entre os agricultores familiares, como as políticas públicas, o mercado e as inovações tecnológicas. Neste capítulo, destacam-se as motivações endógenas que alavancaram e sustentam a produção. São questões que possuem peculiaridades regionais, e não necessariamente representam os demais sojicultores familiares paranaenses ou brasileiros. A tradição e os costumes foram apresentados pelos agricultores como importantes na motivação da produção. Muitos deles afirmaram que aprenderam com a família a plantar soja, ou, então, que “sempre” plantaram soja, estão acostumados e dominam as técnicas relativas à produção. O trabalho de campo corroborou as hipóteses levantadas, mas também trouxe uma novidade relativa à ajuda mútua entre os vizinhos, por meio da troca de dias de trabalho, o que resulta na diminuição dos custos de produção e reforça os laços de amizade entre os participantes.

O mutirão, apesar de ser um sistema antigo, contribui para suprir um desafio relativamente novo: a falta de mão de obra familiar. O êxodo rural e a queda da taxa de fecundidade fizeram com que o número de membros das famílias rurais diminuísse, e, conseqüentemente, a agricultura familiar, caracterizada pelo uso da sua própria mão de obra na propriedade, depara-se com a necessidade de buscar estratégias para se viabilizar com esse novo arranjo. Nesse sentido, a soja se apresenta como uma interessante alternativa para as famílias, pois a tecnologia, a topografia da região e as máquinas permitem a produção mecanizada e com pouco uso de mão de obra.

Uma característica peculiar do Sudoeste é a possibilidade de fazer até três colheitas por ano na mesma área de terra, embora geralmente sejam feitas apenas duas. Este cenário é propício para a soja, uma vez que a planta possui um ciclo curto de produção, deixando a terra livre para outras culturas.

Finalmente, outro fator de grande relevância apontado pelos agricultores para sua permanência na sojicultura é a renda advinda da soja. Essa afirmação, no entanto, aparentemente vai de encontro aos estudos econômicos sobre custo de produção. Qual a incongruência então? Na verdade não há incongruência, o que ocorre é que o cálculo realizado pelos agricultores difere daquele realizado para determinar os custos de produção, pois a racionalidade seguida pelos agricultores não é a mesma da normalmente observada no sistema capitalista de produção. A seguir, serão detalhados os elementos que contribuem para a explicação da permanência da produção de soja entre os agricultores familiares.

6.1 CULTURA E TRADIÇÃO

Nas primeiras décadas do século XX, a suinocultura era a atividade econômica pujante em parte de Santa Catarina e do Paraná. Naquele período, os porcos eram criados soltos e conduzidos a pé até os frigoríficos, em viagens que duravam dias, por homens que se especializaram nessa atividade. O Sudoeste Paranaense tornou-se uma das principais regiões criadoras. Os “caboclos” criavam os suínos na entressafra do mate (BACH, 2009), mas, com o passar dos anos, começaram a criá-los em ambientes fechados e a alimentá-los com a soja trazida pelos migrantes gaúchos (PIZAIA; JESUS; NEVES, 1995). Nas propriedades, a produção suína era destinada à comercialização, e a soja, para o consumo dos animais. A produção comercial dos porcos atraiu para a região frigoríficos e fábricas de ração (BACH, 2009), porém, no final da década de 1970, esta produção entrou em crise (POLI, 1995), e a soja, que já existia na propriedade, tornou-se a protagonista para a comercialização. Um dos agricultores entrevistados relatou essa mudança, percebida no interior da sua família.

Os pais começaram a plantar soja nos anos 70, quase entrando em 80. Mas eles plantavam soja não para comercializar, mais para o consumo em casa, para alimento dos animais. Porque não existia exploração, não tinha quem comprasse soja. Com o tempo, surgiu cerealista, o pessoal de fora que comprava. **Você sabe o que os motivou a plantar?** Antigamente, aqui era muita granja (porco). Com o tempo, eles viram que precisava plantar a matéria-prima para a ração tanto o milho, como a soja. Daí começou a crescer o plantio e veio junto com a fábrica de ração, a cerealista. Daí começaram de comprar soja. O porco entrou em crise e explodiu a soja (Entrevista 30).

Dessa forma, a produção de soja existe no Sudoeste há mais de 30 anos, e muitas das técnicas e saberes necessários para o cultivo são repassados aos filhos pelos pais, o que constituiu na região um saber fazer⁶¹ sobre o ciclo produtivo da soja, o que é atribuído como uma das principais razões para sua produção. Os agricultores dominam as técnicas do cultivo da soja, e passar pelo processo de migrar para outra cultura totalmente diferente lhes exigiria um esforço e um investimento muito grande. Evidência disto é o longo período em que essa cultura tem sido desenvolvida na região, permanecendo mesmo com as oscilações de preços recebidos.

Um filho de sojicultor declarou que não concorda que a motivação principal para plantar soja seja a renda – contrariando a afirmação de muitos agricultores –, pois, embora o preço caia e a rentabilidade diminua, a possibilidade de que os agricultores deixem de plantá-la é quase inexistente, uma vez que, segundo ele, fizeram isso “a vida toda”. Cultivar soja é o que os sojicultores do Sudoeste “sabem fazer” de melhor, aprenderam com os pais e dominam todo o processo produtivo desde que eram crianças e foram incorporando as inovações. Outros depoimentos corroboram com essa assertiva: “É a cultura da gente. Vem da família, pai começou a plantar e a gente continuou. Tem todo o maquinário e estamos continuando, não está dando prejuízo, ainda dá um pouco de dinheiro e vamos continuando” (Entrevista 14). “Sim, desde guri (que planta soja), desde que eu me conheço que saí da aula, sempre lidando com isso” (Entrevista 18).

O conhecimento e o costume de produzir soja podem ser considerados como uma herança cultural/produtiva passada intergeracionalmente e que faz parte da racionalidade dos atuais sojicultores, habilitando-os na produção. Esta herança é um diferenciador entre os agricultores familiares e os patronais, pois os primeiros, apesar de estarem plantando uma *commodity*, não possuem a prática de consultar a bolsa de Chicago ou a de Mercadorias e Futuros (BM&F) para optar pela produção de soja na safra deste ano, não são investidores produzindo o que o mercado internacional se dispõe a comprar. Para eles, plantar soja não é uma atitude maximizadora de lucros ou um resultado de um cálculo econômico maximizador, eles optam por um produto com liquidez, que tenha mercado comprador, e estão parcialmente informados sobre o mercado global.

As cooperativas e cerealistas são a extensão menor desse mercado, repassando informações e direções gerais das *commodities*, as quais são seguidas pelos agricultores, que,

⁶¹ O saber fazer se refere às habilidades motoras e ao conhecimento necessário para o trabalho (GONDIM; COLS, 2003).

ainda que delas se apropriem, não as utilizam como determinantes para suas atividades produtivas. As decisões são fundamentalmente pautadas na sabedoria familiar, na confiança de saber o que estão fazendo, no que aprenderam ainda na infância, no fato de possuírem o domínio do ciclo produtivo, preservando os ensinamentos repassados e incorporando as novas tecnologias que o mercado oferta.

Assim, pode-se entender que a soja é produzida de forma moderna dentro de uma estrutura tradicional, ou seja, os sojicultores familiares têm à sua disposição e utilizam um conjunto de fatores de produção extremamente moderno, como as sementes, máquinas e herbicidas. Porém, essa produção se dá em uma estrutura extremamente tradicional, como a família, a mão de obra familiar, a comunidade e a herança cultural adquirida de seus pais.

A família acompanhou e incorporou muitas das mudanças na produção. Os mais velhos, especialmente, fazem questão de relatar as disparidades do presente em relação ao passado (décadas de 1960 e 1970). No passado, a colheita de soja promovia uma grande preparação familiar: carneava-se porco para garantir a carne e guardava-se lenha, pois se sabia que os próximos dois ou três meses seriam totalmente dedicados à colheita de soja. Segundo uma entrevistada, “agora vem a máquina e, em dois, três dias, faz tudo”, ou seja, o trabalho que demorava meses agora é feito em poucos dias, ou em um dia, pela colheitadeira.

No Rio Grande do Sul já plantavam soja? Sim, já era tradição. Quando entramos aqui era só soja, só soja, só soja. Soja e plantavam um pouco de feijão, mas as terras hoje em dia são de soja. E no meio plantava o milho, né? O milho e soja. [...] Claro que se plantavam tudo que é coisa, todas as miudezas. Eu me lembro que esse ano, tá loco, a gente se preparava, ficava três, quatro meses ali cortando soja e batendo, né, e agora como mudou [...] é outra coisa. Tá louco, aqueles anos, a gente se preparava com tudo, com lenha, essas coisas. Era direto, só parava se chovia. Me lembro que de noite fazia fogo na roça pra trabalhar, fizemos algumas vezes (Entrevista 2).

Os novos processos introduzidos na agricultura familiar – trabalho mecanizado, tecnologias produtivas e transgenia – e o funcionamento da propriedade precisam ser entendidos dentro de uma dinâmica na qual cada tomada de decisão importante “é o resultado de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir” (LAMARCHE, 1993, p. 19). Este pé no passado e olho no futuro são elementos importantes que trazem ao debate a tradição, mas sem perder de vista os novos rumos que o futuro pode apresentar para os agricultores familiares.

Eles produzem a soja com tecnologia de ponta, igual ou muito semelhante àquela dos grandes produtores; todavia, as semelhanças são poucas, já que a produção acontece na propriedade familiar, gestada pelos seus valores e suas restrições. É crucial perceber que os sojicultores familiares se distinguem dos patronais no que se refere aos seus valores, à sua tradição, à dependência da mão de obra, ao valor pago nos insumos e aos recursos limitados, porém, assemelham-se na dependência dos mercados internacionais, em que um ambiente de crise atinge todos. Todavia, o impacto de uma eventual crise pode ser muito mais devastador para os agricultores familiares, que possuem menos capital e menos recursos financeiros para superar os desafios, do que para os produtores patronais.

É importante ter-se claro a complexidade dos elementos envoltos na busca por compreender estes sojicultores. É uma conjugação de costumes locais, reciprocidade entre vizinhos, de saber fazer que se soma à mercantilização, externalização e comoditização. Por isso, tentar compreendê-los não é uma tarefa simples, mas necessária, sempre ponderando que esta compreensão precisa ser dinâmica da mesma maneira que os sojicultores familiares o são. A seguir, discute-se uma expressão dos costumes desses agricultores: a ajuda mútua entre os vizinhos.

6.2 MUTIRÃO: O ARCAICO REVESTIDO DE MODERNO

Na teia da vida social e produtiva dos agricultores, os fios “modernos” e “antigos” se entrelaçam, e o mutirão, fenômeno antigo estudado por Antonio Candido (1982) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), torna-se uma expressão desse entrelaçamento. Tradicionalmente, o mutirão consiste em reunir os vizinhos para ajudar na produção e é requisitado pelo proprietário da terra em momentos de maior demanda e urgência de trabalho, segundo Queiroz (1973, p. 85):

Quando se quer desempenhar rapidamente e a contento uma tarefa determinada, pede-se o auxílio dos vizinhos [...]. Quem convoca tem a obrigação moral de responder aos apelos que lhes forem em seguida lançados, sob pena de ser posto à margem pelo grupo. Deve também fornecer a alimentação durante as jornadas de trabalho; se é pobre, cada qual trará sua marmita e o sitiante oferecerá apenas uma refeição simbólica – um café com bolinhos, por exemplo. O mutirão toma em geral aspectos festivos. [...] A função social do mutirão é patente: é um fator de reunião e, assim, reforça a coesão social. [...] O mutirão permite também um trabalho agrícola muito mais rápido, assim como o cultivo de uma extensão maior de terreno, porém sua realização depende da harmonia interna do grupo de vizinhança [...].

Os membros do grupo ajudam aquele que necessita e que, por sua vez, retribuirá quando houver nova demanda deste grupo, o qual, normalmente, é formado pelos vizinhos, facilitando o deslocamento da casa para a roça.

Candido (1982) relata que o mutirão incide essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por aquele que necessita de ajuda para efetuar determinado trabalho e que, em retribuição, oferece-lhes alimento, e cujo encerramento é marcado por uma festa. Não há remuneração direta, a não ser a obrigação moral do beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram.

O mutirão, além do atendimento rápido e imediato de uma tarefa, também reforça os laços de vizinhança, amizade, pertencimento e de comunidade. No Sudoeste, encontrou-se, nesta pesquisa, um movimento semelhante e que recebe uma nova configuração, pois, em vez de trocar dias de serviço braçal, como identificado por Candido (1982) e Queiroz (1973), os sojicultores trocam horas/dias de máquinas agrícolas.

Em momentos de grande demanda de serviço, como plantio e colheita, a família que possui apenas um trator pode contar com dois, três ou mais. Os vizinhos se reúnem e trabalham em uma propriedade, e depois seguem o trabalho nas seguintes, o que provoca, muitas vezes, a realização de toda a plantação ou colheita em um dia. Como o agricultor evita pagar para terceiros a realização do trabalho, este fenômeno é uma das suas estratégias para viabilizar a produção de soja.

A época de fazer silagem é outro momento de grande demanda do maquinário. O processo consiste, basicamente, em picar e compactar o milho forrageiro para alimentar os animais. A atividade requer o uso de tratores; assim, com mais de um trator, o trabalho se torna muito mais rápido. A dependência que a agricultura tem do clima torna o mutirão ainda mais importante, principalmente em épocas de plantio, colheita ou de silagem, quando um dia pode fazer toda a diferença para o sucesso da produção.

As famílias que recebem o mutirão geralmente possuem apenas um trator que serve à propriedade e vão trocando dias de serviço e migrando entre as propriedades envolvidas e demandantes do serviço. Isto possibilita que as famílias consigam cumprir a demanda produtiva mantendo apenas um trator e não contratando empregados, dois fatores que encareceriam a produção, considerando ainda que estes agricultores normalmente não possuem demanda de trabalho que exigisse dois tratores.

De acordo com os agricultores pesquisados, atualmente, eles apresentam uma melhor condição financeira do que há alguns anos, e isso se reflete no mutirão. Um dos entrevistados ressaltou que naquela semana ocorreria um mutirão na sua propriedade e ele serviria

churrasco para o almoço, e cerveja, no final do trabalho. Na região, o churrasco tem uma simbologia de festa e de fartura, e oferecê-lo acompanhado de cerveja é sinal de abundância e, também, de gratidão, algo inimaginável em tempos remotos, em vista das dificuldades financeiras. O mutirão realiza com rapidez as atividades e também intensifica os laços de amizade e reciprocidade entre as famílias participantes. “Nós ajudamos. Quando fomos fazer silagem lá, tinha oito tratores na roça. Todos os vizinhos na roça. É muito bom, legal. É bom se ajudar. E quando eles precisam eu vou também” (Entrevista 31).

Pode-se considerar que esse “novo mutirão” se difere no tipo de serviço, ou, então, que se pode enxergar aquele tradicional mutirão, mas atualizado, seguindo as transformações do mundo contemporâneo. Tanto os agricultores como os especialistas relataram a existência deste fenômeno em que uma família ajuda a outra agilizando o processo produtivo e diminuindo as despesas e investimentos, num processo de reciprocidade e solidariedade.

O mutirão reforça a ordem moral formada pela honra, reciprocidade e hierarquia que são entrelaçadas no que Woortmann (1990) chamou de campesinidade. É importante analisar essas relações a partir desse conceito, dado que não categoriza os agricultores, mas sim os analisa como detentores de uma ordem moral diferenciada. “Tem três, quatro vizinhos que é só dar um grito que estão tudo lá ajudando. Não precisa vida melhor, não quero vida melhor” (Entrevista 31).

Os sojicultores do Sudoeste cultivam elementos de reciprocidade e ajuda mútua, como o mutirão ou a troca de alimentos entre vizinhos⁶², o que demonstra uma preocupação para além daquelas mercantis. São estes elementos, tão presentes na região, que os diferenciam dos agricultores patronais. Diversos motivos, como a história de lutas, a concomitância entre o local de moradia e de trabalho, a transferência de terras entre gerações, o cultivo de valores, como amizade e reciprocidade entre os vizinhos – “vizinho é o primeiro parente da gente” –, formam um tecido social forte e diferenciado. O mutirão é um dos elementos desse tecido social e pode ser entendido como uma das estratégias dos sojicultores familiares que viabilizam a produção de soja na agricultura familiar, diminuindo os custos com mão de obra e maquinário.

⁶² Ainda é comum, na região estudada, que, ao abater um boi ou um porco, o agricultor envie um pedaço de carne para os vizinhos. Essa prática será retribuída quando estes carnearem.

6.3 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DIANTE DOS RECURSOS ESCASSOS: MÃO DE OBRA FAMILIAR E TERRA

]A agricultura familiar se caracteriza por reunir o tripé gestão, propriedade da terra e trabalho familiar, em que cada um desses elementos é fundamental para sustentá-lo. Entretanto, o último é o que, atualmente, mostra-se mais frágil e preocupante – fator determinante para a sua manutenção e reprodução.

A oferta de mão de obra familiar foi uma das preocupações centrais na discussão de Chayanov (1981), pois sua disponibilidade está diretamente ligada a um dos cálculos mais importantes identificados pelo autor, isto é, o balanço entre trabalho e consumo, em que o tamanho da família incide diretamente na quantidade de trabalho e de consumo na unidade familiar. Friedmann (1978) também reconheceu, no cruzamento de aspectos demográficos e econômicos, a centralidade para a reprodução das unidades familiares. A oferta de trabalhadores familiares cria uma inflexibilidade na quantidade de mão de obra disponível para a produção, influenciando diretamente no trabalho a ser realizado na unidade produtiva.

As mudanças demográficas do Sudoeste – vide Capítulo IV – apontam que a queda da taxa de fecundidade e os intensos fluxos migratórios conduziram à diminuição do número de jovens, ao envelhecimento populacional e, conseqüentemente, a famílias menores. Tradicionalmente, as famílias rurais possuíam muitos braços para o trabalho na lavoura, razão pela qual, inclusive, elas não tinham dificuldades em se dedicar às produções que demandavam mais força de trabalho. Contudo, as transformações no campo e a diminuição do número de membros da família, que ocorreram a partir da década de 1970, tiveram implicações produtivas e são centrais na compreensão das estratégias dos sojicultores estudados. Eles reconhecem na soja uma cultura que demanda pequena quantidade de mão de obra, o que a torna uma produção atrativa para a agricultura familiar: “A facilidade (para produzir soja) que não exige muita mão de obra. Você vai lá, desseca e aluga uma plantadeira, planta. Depois é só cuidar a limpa, as pragas” (Entrevista 26).

Outro agricultor credita à pouca mão de obra seu principal motivo para produzir soja:

A falta de mão de obra me faz plantar o mais fácil (soja), aí eu planto sozinho. Com a plantadeira e com o trator, eu planto essas áreas todas. Eu não tenho peão e, mesmo que queira, não acha. Aqui, pelo menos, na região não tem. Os novos não ficam e aí vem a pergunta “por que o novo não fica?”. A dificuldade de fazer um bom lucro aqui do que um salário lá. Chega fim do mês lá está garantido os teus 800 reais ou mil reais. Agora nós aqui temos que esperar, pelo mínimo, seis meses pra saber o que vamos ganhar nesses seis meses. Se dá uma seca aí o novo vai correr. Vai ficar a maioria das pessoas de idade, acho que já dá pra notar. E só ficam porque

eles não têm outro meio de ir fazer na cidade. Eu, por exemplo, sou semianalfabeto, vou ir na cidade fazer o quê? Varrer rua? Então vou aguentar aqui enquanto eu puder e depois esperar a aposentadoria do governo que é grande (Entrevista 17).

Nas pequenas cidades, o êxodo atinge tanto o meio urbano quanto o rural, refletindo na oferta de mão de obra externa disponível para a contratação na propriedade. A esposa do interlocutor da Entrevista 17 estava doente, recebendo pensão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e eles não conseguiram contratar ninguém da vizinhança para a realização dos trabalhos domésticos, tornando-se necessário que ele buscasse de carro, duas vezes por semana, na cidade (meio urbano), uma diarista doméstica.⁶³

A falta de mão de obra reduz o leque de opções produtivas, fazendo com que a família se readéque para continuar na produção agrícola. Há produções que requerem muito serviço manual e acabam sendo descartadas pelas famílias. O relato abaixo mostra a tentativa de investir em outras culturas, mas que são barradas pela necessidade de mão de obra:

Teve uma época que eu parei de plantar de soja. Eu parti para a cultura do fumo, uma época plantei até melancia. Na época era uma coisa que dava uma renda boa em pequena quantia de terra. [...] Como a cultura da hortifrúti, a melancia, também plantei tomate comercial, aí começou a exigir mão de obra e a mão de obra começou a ficar escassa. Tanto pro plantio de fumo, tudo que exigia mão de obra, começou a ficar pouca gente no interior. (trabalho) Braçal tivemos que parar e apelar de volta para a cultura (da soja)... que... começou o plantio direto que ficou melhor, você passa o glifosato, planta com plantio direto, colhe com a colhedeira. Até o feijão que era braçal agora colhe com a colhedeira (Entrevista 29).

O agricultor demonstra interesse em outras culturas, mas a mão de obra é um limitante: “Nem todos (os agricultores) plantam soja, tem aqueles que produzem leite. Quem tem mão de obra produz leite. Se eu tivesse mão de obra poderia estar produzindo leite, mas não tenho” (Entrevista 17).

As opções produtivas acabam sendo limitadas pela disponibilidade de mão de obra. Não é prerrogativa do Sudoeste a diminuição do tamanho das famílias, seja pela saída dos jovens seja pela queda de fecundidade, é um problema generalizado que atinge a agricultura familiar como um todo e tem um grande impacto sobre a produção agrícola.

A menor oferta de mão de obra, tanto interna quanto externa à família, é uma variável de peso sobre a decisão nos rumos da propriedade. Além das famílias estarem menores, também estão mais envelhecidas, assim, tem-se um quadro de menor quantidade e de menor força de trabalho. Nesse cenário, o trabalho mecanizado permite que uma pessoa realize

sozinha o que antes requisitava toda a família: “Hoje desde a limpa, manejo, *bicharedo* tudo é fácil. Hoje eu sozinho faço as roças que antes precisava a família toda, todos os irmãos e mais peão, hoje eu faço sozinho. Hoje tem as máquinas, aqui na nossa região, os 40 alqueires que precisava os sete irmãos e mais peão, eu faço sozinho” (Entrevista 14).

A agricultura familiar do Sudoeste, em um curto espaço de tempo, teve uma queda significativa na oferta de mão de obra e um aumento de máquinas agrícolas para a produção de grãos. Assim, como a soja tem todo o processo produtivo mecanizado e os agricultores têm acesso às máquinas, o seu plantio acabou sendo favorecido, e ela é preferida a outras produções, como hortaliças e leite, que possuem maior demanda de mão de obra.

Outro aspecto importante é a reduzida área de terra das famílias que encontraram na rotação de culturas uma forma para superar esta limitação. A rotação é uma prática agrícola que tem relação com as peculiaridades climáticas da região e consiste em alternar espécies vegetais, dentro de um ano, numa mesma área agrícola. Para a rotação de culturas, as espécies escolhidas devem possuir, além do propósito comercial, o objetivo de recuperação do solo. A rotatividade se mostra importante economicamente, pois permite, em um mesmo ano agrícola, usar duas vezes a mesma área de terra.

Outro atributo da rotação é sua eficiência em controlar as pragas e ervas daninhas, a rotação entre trigo e soja, por exemplo, tem sido a maneira mais eficiente de controlar a buva que se mostra resistente ao glifosato. Outra questão, segundo os agricultores, é que não se pode deixar a “terra nua”, e, como a soja tem um ciclo produtivo curto, ocupando a terra durante quatro meses, nos outros oito é necessário ter outra plantação, “nem que seja aveia”⁶⁴ (Entrevista 5). Isso diminui a erosão do solo, preservando a qualidade da terra.

A Embrapa Soja adverte que a rotação de culturas proporciona a diversificação de alimentos e produtos agrícolas, melhora as características físicas, químicas e biológicas do solo, auxilia no controle de plantas daninhas, doenças e pragas, repõe matéria orgânica e protege o solo, entre outros benefícios (EMBRAPA, 2003).

A precocidade das novas sementes de soja, aliada ao clima do Sudoeste, permite que, em uma mesma área de terra, sejam feitas até três produções em um ano agrícola, embora os produtores geralmente façam duas. A seguir, tem-se o relato de um agricultor que faz três produções diferentes na mesma área de terra: “Sim, planto trigo, às vezes, planto aveia para as

⁶³ Nesta família, o homem era o único da família que ainda trabalhava na lavoura. Além da esposa doente, sua mãe tinha 90 anos e suas duas filhas trabalhavam e moravam no meio urbano.

vacas e, no inverno, aveia e trigo. Que nem esse ano eu plantei milho pra fazer silagem, tirei o milho e plantei trigo ainda. Aí tirei o trigo e já plantei a soja de novo” (Entrevista 13).

A soja só é plantada uma vez por safra⁶⁵, assim, após sua retirada, planta-se outra espécie, que pode ser milho, trigo, feijão ou aveia. Utilizar a mesma área de terra, que é um recurso bem limitado para estas famílias, mais de uma vez no mesmo ano, potencializa a produção e a rentabilidade. A produção de soja acaba que se viabiliza neste processo, dado que tem um ciclo curto e libera a terra para outras produções, e a família, por sua vez, beneficia-se ao fazer mais de uma safra por ano, extraindo duas rendas de uma mesma área.

6.4 RENDA

A pergunta inicial desta tese partiu dos estudos sobre os custos de produção que afirmam que a soja só é viável economicamente em grandes extensões territoriais⁶⁶. O que, então, move a agricultura familiar, com suas áreas reduzidas, a se dedicar, por muitas décadas, ao cultivo da soja?

As metodologias de estimativa de custos de produção utilizadas pelas diversas instituições assemelham-se muito no que diz respeito a seus elementos constitutivos. Os estudos desenvolvidos pelo Instituto Mato-grossense de Pesquisa Agropecuária (IMEA)⁶⁷, pelo DERAL (PARANÁ, 2015b) e pela Embrapa (HIRAKURI; LAZZAROTTO, 2011) são muito semelhantes, e, geralmente, os itens considerados são os seguintes: sementes, fertilizantes, defensivos, operação com máquinas, mão de obra, assistência técnica, transporte da produção, beneficiamento, classificação, armazenagem, despesas administrativas, impostos, juros do financiamento, depreciação, manutenção periódica, seguro do capital fixo e custo da terra.

Segundo o Guia Metodológico do FAO/INCR “Análise diagnóstico de sistemas agrários”, para fazer o cálculo de produção, devem-se considerar diversas despesas como aquelas de Consumo Intermediário (CI), como adubos, óleo diesel, sementes, agrotóxicos,

⁶⁴ Esta expressão, utilizada pelos agricultores, refere-se à necessidade de algum tipo de produção na terra, não necessariamente que seja um produto que será comercializado. A aveia se destina à proteção da terra para evitar a erosão e serve de alimento para os animais.

⁶⁵ No trabalho de campo, o vizinho, que veio “de fora”, plantou duas vezes soja, na safra e na safrinha. No entanto, a produtividade foi muito baixa.

⁶⁶ O Caderno Agronegócio do Jornal Gazeta do Povo, de Curitiba – PR, do dia 06/10/2015, em série de reportagem especial Expedição Agricultura Familiar, enfatiza que “a necessidade de se produzir em escala para ganho de viabilidade afasta a agricultura familiar de opções como a soja, que é o principal produto do setor mas raramente ganha espaço nas áreas menores. Lotes de menos de 20 hectares normalmente só recebem soja quando arrendados por produtores maiores”.

peças de reposição, lubrificantes, pneus, etc. Somam-se ainda os custos de aluguel de equipamentos ou de contratação de serviços. Considera-se também a depreciação do Capital Fixo (CF), que são as máquinas, implementos, meios de transporte, equipamentos para processamento de produtos (tritador, debulhadeira, etc.), instalações (galpão, estábulo, cercas, reservas de água, açudes, etc.), equipamentos de irrigação, ordenhadeira, animais de tração, etc. “Embora esses bens não sejam inteiramente consumidos no processo, eles são parcialmente transformados, pois sofrem desgaste e perdem valor anualmente. Então, a depreciação do capital fixo (D) deve ser considerada” no cálculo final além dos impostos, dos juros, dos salários e do arrendamento da terra (GARCIA FILHO, 1999, p. 43).

Geralmente, esse conjunto de despesas compõe os cálculos do custo de produção que concluem sobre a inviabilidade da produção de soja na agricultura familiar ou onde as áreas de terra não sejam significativas. Porém, neste trabalho, objetivou-se pesquisar o que os agricultores contabilizam no cálculo das despesas e se eles avaliam que estão obtendo lucro com a soja. Considerou-se que realizar os cálculos usando as variáveis da teoria econômica não agregaria ao estudo, chegar-se-ia, possivelmente, aos mesmos resultados ou a algo muito semelhante, que não explicaria as motivações dos sojicultores familiares para continuarem a produzir soja por décadas sem o possível retorno financeiro.

No trabalho de campo e pela discussão teórica, compreendeu-se que a resposta não é pontual ou singular, há vários fatores que compõem esse tema. Torna-se necessário ampliar os elementos considerados nesse questionamento para além daqueles econômicos, entretanto, sem perder de vista a sua importância. A maioria dos agricultores afirma ser o rendimento da soja um dos principais motivos para produzi-la. O lucro, segundo eles, varia de 35 a 50%, e a renda aparece como indutora para a produção de soja, havendo grande satisfação quanto a sua produção e o seu rendimento⁶⁸, o que vai de encontro ao que afirmam os estudos econômicos. Essa aparente contradição se explica pelo fato de que a lógica do agricultor difere desta dos cálculos econômicos, o agricultor considera lucro a renda líquida do que “sobra” entre a produção vendida e os insumos utilizados, não seguindo a lógica da eficiência e cálculos de custo de produção apresentados no Capítulo II. “É o que mais dá renda hoje. De produção é o que mais dá renda” (Entrevista 19). “Esse ano, ano passado no preço que tá, está dando lucro” (Entrevista 14). “(Soja) É o que mais me dá lucro. Eu considero que dá um bom lucro. A

⁶⁷ Mais informações em: <http://www.imea.com.br/upload/publicacoes/arquivos/R410_CPSoja_07_2014.pdf>.

⁶⁸ Observou-se uma grande satisfação com o trabalho na agricultura. Os agricultores aparentam estar muito orgulhosos do trabalho na agricultura. E, mesmo ao falar das dificuldades do trabalho na roça, ressaltam que, em seu ponto de vista, a qualidade de vida no campo é superior àquela da cidade.

renda líquida é o principal motivo” (Entrevista 20).

Por que há um descompasso entre o cálculo de produção e os cálculos dos agricultores familiares? A explicação básica foi dada por Chayanov (1974) ao afirmar que a racionalidade camponesa se diferenciava da racionalidade econômica. Em vista disso, os agricultores, em seu sistema econômico, possuem lógica própria, na qual categorias analíticas, como salário, renda e juros, não fazem parte da análise e dos cálculos. Os sojicultores familiares fazem um cálculo do custo da produção em que as diferentes variáveis supracitadas não são contabilizadas.

Importante analisar essa situação à luz da explicação de Mooney (1988). Como mencionado anteriormente, para o autor, o agricultor não se encaixa perfeitamente nos moldes desenhados pelos cálculos econômicos, e, na agricultura, encontra-se a convivência de duas racionalidades, a substantiva e a formal. Neste estudo, entende-se que o sojicultor transita entre elas considerando elementos econômicos, mas também sentimentos, tradições e regras.

Nos cálculos dos agricultores, não há a complexidade do custo de produção dos economistas. A declaração de um agricultor exemplifica bem essa diferença e ilustra a sua racionalidade: “despesa é tudo que sai do bolso”, assim ele considera como cálculo de despesa o que ele precisa desembolsar dinheiro para adquirir. **“E quando você diz que a soja está dando lucro, o que você considera como despesa?”** Os insumos, o serviço, maquinário, que hoje o diesel tá caro assim, se for comparar” (Entrevista 24).

O que o senhor considera como despesa? É a semente, é o plantio que a gente paga, é a colheitadeira que a gente paga, tem o frete. Diesel do trator. Tem fungicida, inseticida, adubo folhar. Os adubos que vão na terra. Você faz um relatório e marca. No final você sabe quanto dá de lucro. Dá lucro “apesar de a área ser pequena” (Entrevista 26).

Dessa forma, a maioria dos agricultores desconta do valor recebido pela venda, os custos dos insumos usados na produção, o restante é considerado lucro.

E o que o senhor considera despesa da soja? Semente, adubo e defensivo tudo isso é despesa. **O senhor paga para colher?** Tem que pagar a colheita. Só que me facilita um pouco porque eu ajudo o cara a colher e então sai mais em conta o meu. (Entrevista 12).

Observa-se que, neste caso, o agricultor contabiliza os insumos adquiridos para produção; entretanto, o pagamento para colher é relativizado, pois ele trabalha de operador de

máquina, e, novamente, o que é contabilizado é “o que sai do bolso” e não o seu próprio trabalho. O que ele receberia se estivesse trabalhando como operador de máquina em terras alheias não é colocado “na ponta da caneta”. Assim, também se explica como o mutirão contribui para aumentar o lucro da produção, pois não há gasto com maquinário e mão de obra, apenas o combustível.

Entretanto, a despesa com máquinas é contabilizada quando necessário pagar para um terceiro:

(Reduziu a área plantada) Um pouco por falta de mão de obra, né, e outra, o custo de maquinário que tem que pagar, torna mais caro. Cada vez mais caro. **E esse fazer a conta, o que o senhor considera como despesa?** Ah, hoje a semente tá cara, o adubo. O maquinário desde a... Maquinário com a ceifa e a colheitadeira é 10% só pra colher. Daí tem os insumos que são caros demais, a charrete pra levar (Entrevista 2).

A necessidade de contratação de maquinário terceirizado é contabilizada pelo agricultor como despesa. Todavia, fatores como a depreciação e custo da hora de máquina, quando própria, não são calculados.

Os agricultores consideram que a posse das máquinas e a facilidade que elas trazem para o trabalho são fatores importantes para sua permanência na produção. A propriedade, geralmente, foi repassada entre gerações e foi se estruturando com máquinas, terra apta e conhecimento sobre o processo produtivo, elementos que reforçam a continuidade na produção de soja. Como dizem os agricultores, se fosse para “começar do zero”, seria impraticável.

As diferentes estratégias dos sojicultores para permanecerem na produção podem parecer ambíguas, como afirma Woortmann (1990), mas o que acontece é que eles transitam entre dois universos: o moral e o econômico. O agricultor faz uso da história,

[...] apropria-se individualmente de duas temporalidades internalizadas, onde os tempos modernos são usados para restabelecer o tempo tradicional transitando pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral, e com ela, a campesinidade (WOORTMANN, 1990, p. 18-19).

Os sojicultores convivem com este misto de moderno e tradicional. A mesma pessoa perpassa por dois diferentes mundos. Perceber essa movimentação entre a ordem econômica e moral contribui para compreender as racionalidades dos sojicultores do Sudoeste, dado que estes transitam por esses universos em uma busca maior, que talvez seja pela própria reprodução familiar.

Uma característica marcante e fundamental da agricultura familiar é que ela utiliza, na propriedade, a sua própria mão de obra, a qual não dispõe de salário – “não se paga por ela” –, e os agricultores não a consideram no cálculo dos custos de produção. Um entrevistado ressalta: “Eu desde pequeno acostumei que despesa é aquilo que a gente gasta, serviço nosso não é contado como despesa. Então é aquilo que a gente gasta com plantio, pra cuidar, veneno, pra cuidar do *bicharedo*, colheita, frete. Pra nós isso é o gasto. O nosso serviço não conta” (Entrevista 14). “(Despesa é) Semente, veneno, maquinário, tudo. Menos a mão de obra nossa” (Entrevista 16).

A família emprega sua própria força de trabalho, e a remuneração recebida é o que resta entre a receita da produção e as despesas desembolsadas, que é certa quantidade de produtos ou de dinheiro. Geralmente, não há a exploração de mão de obra de outras pessoas, somente da própria família. A quantidade de trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e força disponível da família trabalhadora. Há uma autoexploração que se dá equilibrando a demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. A soja tem características importantes nesse balanço, visto que é considerada uma atividade de baixa penosidade e com retorno financeiro.

A agricultura familiar é conduzida por certos princípios gerais de funcionamento interno (CHAYANOV, 1981; WANDERLEY, 1998) que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. A empresa familiar não se organiza sobre a base da exploração do trabalho alheio, da mais-valia, é o proprietário dos meios de produção que utiliza sua força de trabalho para o processo produtivo com um cálculo entre a mão de obra disponível e o que será produzido.

Os sojicultores não consideram, no custo da produção, o capital investido e a depreciação, tanto das máquinas quanto das terras. Um agricultor afirmou contabilizar despesas de manutenção, como mecânica e pneus, porém a maioria contabiliza somente o óleo diesel, seguindo a lógica de que só é despesa o “que sai do bolso”. “(Reduziu a área plantada de soja) Um pouco por falta de mão de obra, né, e outra o custo de maquinário que tem que pagar, torna mais caro. Cada vez mais caro” (Entrevista 2). “Os insumos agrícolas, os alugueis que eu pago. Geralmente eu procuro negociar bem, porque se pagar um pouquinho alto também já (não dá lucro)” (Entrevista 20).

Aquele agricultor que não detém máquina agrícola percebe um custo produtivo maior, pois depende de pagar alguém para fazer o trabalho. Assim, para entender por que estes agricultores persistem na produção de soja é importante considerar outros fatores para além daqueles econômicos, assim como Mooney (1988) apontou para a racionalidade substantiva.

É preciso ponderar outros elementos, como sentimentos, valores e maneiras de pensar, que conformam a racionalidade dos agricultores familiares. Buscar compreender e explicar as suas ações e seus cálculos apenas pela racionalidade formal é uma atitude forçada, inadequada e simplista. Considerar a coexistência de duas racionalidades – formal e substantiva – possibilita compreender que o mesmo agricultor acessa financiamentos governamentais por conta dos juros subsidiados e do seguro agrícola, atitudes compreensíveis à luz da economia, porém não considera em seu cálculo de custos a mão de obra familiar dispendida na produção, algo inadmissível para esta mesma ciência.

A incorporação na análise dessas duas racionalidades remete ao que Halamska (1998) ressaltou a respeito do funcionamento da agricultura familiar como empresa, sem seguir, todavia, a lógica camponesa. Ela trabalha no intuito de maximizar os rendimentos e potencializar os resultados com os recursos disponíveis na unidade de produção. A interligação entre trabalho, propriedade e família particulariza a agricultura familiar, que busca o resultado econômico na produção, sem fazer disso o único nem o principal objetivo da unidade. Os agricultores familiares valorizam a terra, o trabalho, as relações de amizade e reciprocidade com os vizinhos e com a comunidade, mas eles trabalham em prol de recursos financeiros para a reprodução da família e da propriedade.

Diante das constatações trazidas pela pesquisa, aproximou-se da teoria chayanoviana compreendendo os cálculos conforme a racionalidade dos agricultores, não seguindo a recomendação de Friedmann (1978) de que os conceitos como salário, renda e lucro devem ser sim impostos sobre a produção familiar, quer pelos próprios produtores quer pelos pesquisadores. Impor este cálculo não traria poder explicativo à tese, entendeu-se que conhecer os cálculos e estratégias segundo o próprio agricultor enriqueceria o trabalho e contribuiria para entender a racionalidade dessas famílias sojicultoras.

A dificuldade de entender como o agricultor familiar se viabiliza economicamente remete à afirmação de Jean (1994) de que ele é um personagem híbrido que acumula uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. Dessa maneira, o agricultor familiar acumularia também três rendimentos diferentes, a saber, as rendas fundiárias, o lucro e o salário. Entretanto, não é isso que acontece. Dentro da sua racionalidade, para se manter na agricultura, ser competitivo e produzir o que os agricultores patronais estão produzindo, o agricultor precisa abrir mão desses diferentes rendimentos, total ou parcialmente recebendo apenas o necessário para se sustentar e se reproduzir. Seus rendimentos geralmente são considerados baixos diante da complexidade, do tempo de trabalho, da perícia requerida e dos riscos a que ele se expõe.

O sojicultor é privado de parte de sua renda fundiária, do lucro e do salário em prol de sua competitividade e de sua reprodução familiar, recebendo parcialmente e de maneira diferida no tempo esses três rendimentos. Uma parte quando vende a terra e recebe parte da valorização fundiária, e outra parte é o rendimento restante que remunera pobremente sua capacidade administrativa e seu trabalho. Simplificar os custos, não contabilizar a mão de obra e nem o uso da terra, entre outras atitudes, podem ser entendidas como estratégias que explicam a continuidade dos agricultores familiares na produção de soja em suas áreas de terra reduzidas e sem produção em escala.

Enfim, a unidade familiar de produção está em constante movimento, em adaptação às mudanças impostas pela sociedade e pelo mercado; assim, nem sua história e nem suas estratégias são estáticas. Faz-se necessário compreender os costumes, o mutirão, a rotação de culturas, a baixa demanda por mão de obra, as facilidades para comprar máquina e a composição da renda como fatores que sustentam a produção de soja entre os agricultores familiares.

Na análise da sojicultura familiar, mostrou-se fundamental a incorporação da existência da mudança, da mescla; compreender que o mesmo agricultor transita entre universos distintos, convivendo com diferentes racionalidades do seu cotidiano. Por isso, considerou-se o efeito dos elementos econômicos, mas também se buscou, para além deles, a explicação para a permanência das famílias nesta produção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Sudoeste é permeada por lutas e disputas (Revolta dos Colonos) que refletem uma população política e socialmente organizada. Essas lutas contribuíram para a consolidação da estrutura agrária que se distingue pela presença de pequenas propriedades de agricultores familiares. O desenvolvimento rural do Sudoeste é marcado pelo surgimento de diferentes cooperativas e associações de produção e comercialização agrícola que contribuíram para a mercantilização e o acesso às políticas públicas. Assim, a agricultura familiar sudoestina se caracteriza pela dedicação à produção de *commodities*, pela mercantilização e, ao mesmo tempo, por sua diversidade produtiva.

A soja, no Sudoeste, começa a se desenvolver a partir da década de 1960 e, atualmente, encontra-se incorporada a sua pauta produtiva. Este trabalho procurou compreender o contexto em que a sojicultura familiar se estabelece e as motivações para sua manutenção e reprodução por gerações. No entanto, constatou-se a existência de diversos estudos econômicos sobre o custo de produção da soja que apontam para a sua inviabilidade econômica em áreas de menores extensões, seja pelo alto custo dos insumos, seja pela produção homogeneizada e mecanizada que exigiriam a produção em escala. Esta pesquisa teve como objetivo compreender as racionalidades que captam as motivações e estratégias dos agricultores familiares para se manterem nesta produção. A hipótese central levantada era de que os custos de produção estimados pelos técnicos consideravam itens diferentes daqueles observados pelos sojicultores.

Essa hipótese não foi refutada no trabalho de campo, visto que se verificou que os itens orçados pelos agricultores realmente diferem daqueles que são considerados pelos estudiosos. Os agricultores contabilizam apenas os recursos em que necessitam realizar algum dispêndio financeiro, como na aquisição de insumos, sementes, aluguel de máquinas, etc. Fatores como depreciação do maquinário, custo de oportunidade, juros e remuneração pela força de trabalho própria não são contabilizadas como despesas da produção. Essas diferenças expressam nuances da racionalidade da agricultura familiar e uma das explicações para o descompasso entre os estudos de viabilidade econômica e da assertiva dos entrevistados em afirmar que a produção de soja nas pequenas propriedades é lucrativa. Assim, para os agricultores pesquisados, o cálculo é feito de forma diferente daquela realizada nos estudos de custo de produção, em que o “lucro” da produção é resultado do valor bruto da venda, após o desconto dos gastos desembolsados durante o processo produtivo.

À mão de obra familiar, fundamental para a viabilidade da produção e da propriedade, também não é atribuído custo. Não há salário para os familiares, sua "remuneração" é o produto restante ou a renda advinda dele ao final da safra.

Este trabalho evidenciou que as razões que explicam esta permanência não ficaram circunstanciadas apenas aos fatores econômicos; compreenderam, também, aspectos demográficos, culturais, históricos, políticos e sociais, sem os quais seria impossível compreender a dinâmica encontrada no Sudoeste. Os agricultores pesquisados gerenciam um conjunto de estratégias e motivações para persistirem e se reproduzirem na agricultura.

A agricultura familiar se caracteriza por usar, na sua propriedade, predominantemente, mão de obra própria. Isso atualmente é reforçado pela dificuldade de contratação de mão de obra externa, dada sua indisponibilidade, assim como pelo encarecimento que essa contratação ocasiona à produção. Constatou-se que não é só a quantidade de trabalho, mas também a conformação familiar que determinam o tipo de produção. As mudanças demográficas que vêm ocorrendo desde a década de 1970 implicaram, principalmente, em famílias menores e mais envelhecidas. As alterações na quantidade e na força de trabalho disponível restringem o leque de produtos que a família consegue produzir. Neste contexto, a soja se apresenta como uma alternativa que exige pouca mão de obra e trabalho de baixa penosidade.

A baixa penosidade está ligada diretamente ao processo produtivo da sojicultura, atualmente mecanizado, e que, por essa razão, exige pouca mão de obra e pouca exposição ao sol. Ademais, a mecanização dá autonomia ao agricultor, permitindo-lhe trabalhar nos horários considerados mais adequados e diminuindo drasticamente os dias de serviço na lavoura. Aliado para a diminuição da penosidade encontra-se o plantio de sementes transgênicas que diminuiu o número de operações na lavoura. Esta modernização da base tecnológica influencia nas formas de trabalho e nas relações sociais.

A produção é reforçada por dimensões histórico-culturais que se manifestam na tradição de plantar soja e no saber fazer. A maioria dos agricultores aprendeu o cultivo da soja com os pais, que trouxeram a semente e a técnica de produção do Rio Grande do Sul para o Sudoeste, onde encontraram terra e clima favoráveis. Há um saber fazer que foi desenvolvido entre os produtores e foi se modificando por meio da incorporação das mudanças do atual processo produtivo. Ao conjunto de técnicas e saberes referentes à sojicultura, foram agregadas as novidades da ciência, da tecnologia e da cidade, sem perder o contato com a natureza e a herança dos saberes familiares, por intermédio da reflexão em torno de um dos aspectos de convivência entre estes dois mundos que permeiam a agricultura familiar.

Esse domínio sobre o processo produtivo e acúmulo de conhecimento fornece segurança para os agricultores permanecerem no cultivo da soja. O custo – profissional, pessoal e financeiro – para trocar de produção é muito alto. Adicionalmente, há algo que precisa ser respeitado, ao que, grosso modo, pode-se chamar de “aptidão pessoal”. Estes agricultores que se dedicam à soja expressam gostar desse trabalho e não teriam o mesmo prazer em outra atividade.

A sojicultura está tão incorporada à pauta produtiva que já se tornou um costume, e eles já nem se perguntam por que plantam; quando questionados, simplesmente respondem “sempre plantei”, mas não sem perceber as mudanças ocorridas entre como ela era plantada antes e agora. O costume do mutirão, a troca de dias de trabalho entre os agricultores, encontrado no Sudoeste também sofreu mutações. Atualmente, realiza-se a troca de dias de máquina e não de trabalho braçal, como feito antigamente, mas permanece a reciprocidade entre as famílias e a celebração do trabalho, que reforça os laços de amizade e de comunidade, elementos estruturadores do cotidiano dessas famílias.

Outro objetivo dos agricultores tem sido a redução dos riscos das produções agrícolas, decorrentes das variações da produção agrícola, dos preços dos produtos ou dos insumos agrícolas, que são essenciais para a reprodução da unidade familiar. Nesse sentido, as políticas agrícolas têm propiciado mais segurança, tornando-se centrais para a manutenção da soja e das famílias agricultoras no Sudoeste. Elas são reconhecidas pelos agricultores como suportes importantes para a manutenção e o aumento da produção de soja, contribuindo na transformação do modo de produzir, pois, inegavelmente, são voltadas para a mercantilização da produção.

Destaca-se o protagonismo do Pronaf pela sua capilaridade e grande satisfação entre os agricultores do Sudoeste, possuindo papel fundamental para a produção e reprodução da agricultura familiar. O Sistema Cresol tem sido uma ponte entre o agricultor e o financiamento na década de 1990, conectando-os e abrindo novas possibilidades de produção, gestão da propriedade e poder de barganha.

O Proagro é um programa que, atrelado ao Pronaf, é fundamental para garantir o pagamento dos financiamentos, pois, no passado, em caso de frustração de safra, os agricultores ficavam endividados. Esse é grande temor entre as famílias, pois, em virtude dos juros altos, muitos deles foram obrigados a vender parte de suas terras para quitar as dívidas. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB – é garantia de venda e um incentivo financeiro para a sojicultura. Essas três políticas propiciam:

- a) crédito para custeio e investimento,

- b) seguro do financiamento, e
- c) melhores condições de comercialização e incentivo financeiro.

Dessa forma, as políticas têm papel crucial no desenvolvimento do meio rural desta região, possibilitando autonomia na escolha dos locais de compra de insumos e venda da produção, acesso aos mercados, recursos para investir na propriedade e algumas seguranças. Pode-se perceber que há uma instrumentalização destes programas por parte dos agricultores, e os programas incentivam e lidam entendendo como a lógica deles funciona.

Por outro lado, as famílias entrevistadas se mostraram dependentes das políticas públicas, especialmente do Pronaf. O planejamento anual da safra já prevê os recursos oriundos desse programa, e, assim, se o acesso a ele for interrompido, a reprodução do seu atual modo de produção e de vida estará muito comprometida, o que as obrigará a adotar novas estratégias. Todavia, historicamente, as famílias têm demonstrado resistência às mais diferentes dificuldades. Se houver mudanças no atual cenário de políticas, elas deverão tentar encontrar novas formas de produzir e continuar na sojicultura. Isso provavelmente não acontecerá de forma fácil, podendo ser um processo muito oneroso, que poderá levar muitas delas, inclusive, a desistir da produção agrícola.

O mercado consolidado, aliado à liquidez do produto proporcionado pelas diversas empresas, tanto cerealistas quanto cooperativas, apresenta-se como pilar da sojicultura na agricultura familiar. O mercado e a cadeia consolidada da soja fornecem ao agricultor segurança de produção e de venda. Os benefícios da mercantilização são importantes e visíveis, sendo a renda e a liquidez centrais para a persistência dos produtores na sojicultura. É possível vender a soja no momento em que o agricultor necessita, possibilitando ter “dinheiro na mão” para a realização de investimentos ou para a consecução dos pagamentos. A garantia da renda auferida também permite ao agricultor acessar tecnologias de comunicação, como internet e telefone celular, ter automóvel e outros bens que, até pouco tempo, eram restritos ao morador urbano. Entretanto, o mercado tem seus riscos e suas exigências, tornando o agricultor seu dependente, e, em uma reversão de comportamento – por exemplo, redução na aquisição de grandes volumes de soja –, o agricultor não teria outro destino para o produto, dado que hoje toda a produção é vendida. Assim, o mercado pode se mostrar traiçoeiro, principalmente para o agricultor que busca, antes de tudo, a reprodução da sua família e da sua propriedade.

Diferentemente do que apontam alguns estudos e os cálculos dos custos de produção, os agricultores familiares persistem na produção por mais que a elevação nos custos para a

incorporação de novas tecnologias possa dificultar sua permanência. A semente transgênica, nas duas últimas décadas, é a protagonista do desenvolvimento tecnológico e da diminuição da penosidade do trabalho na sojicultura, diminuindo a necessidade de mão de obra e do número de aplicações de herbicidas. Todavia, essa diminuição acontece, geralmente, nos primeiros anos de cultivo, pois há paulatino aumento da resistência das ervas daninhas ao herbicida, obrigando o aumento do número de aplicações do “veneno”. O “pacote tecnológico” cria um elo de dependência entre os produtos usados – semente transgênica e glifosato – e entre agricultor e a empresa. A impossibilidade de produção destes insumos na propriedade torna o agricultor dependente de terceiros. Todavia, neste cenário, chamam a atenção as questões referentes à saúde das famílias, que, mesmo que utilizem as roupas e acessórios de proteção, são expostas aos efeitos do veneno.

Os fatos expostos evidenciam a importância de analisar estes sojicultores sob a noção da agricultura familiar, em que as decisões são tomadas considerando o conjunto da família e os interesses dos seus membros. Nesse meio, o trabalho e a moradia estão profundamente conectados, sendo resultado de anos de vivência e trabalho que se firmam no costume e na tradição de produzir com a incorporação das tecnologias que o mercado oferece.

As decisões familiares são pautadas em outros valores e preocupações que não são os estritamente econômicos. A racionalidade de um agricultor familiar não é a de um investidor. Suas decisões não são baseadas apenas nos sinais do mercado internacional ou na bolsa de valores. Mas, muito mais, nas demandas e opções familiares, como a mão de obra disponível, as rendas não agrícolas e a penosidade do trabalho.

O trabalho da agricultura familiar não é separado das relações sociais e culturais, por mais vinculado ao mercado que ela esteja. O saber fazer, a maneira como as novidades são incorporadas e as técnicas atualizadas perpassam pelos seus valores e características próprias. Esse processo de embates entre mercado e subsistência e moderno e tradicional coexistem nas decisões tomadas.

Sem a pretensão de total compreensão, mas avançando nesse sentido, torna-se necessário expandir o olhar para observar a história, os processos de metamorfose e as diferentes estratégias intrafamiliares dos sojicultores. São esses diferentes elementos que realçam o fato de que as unidades de produção familiares são também unidades de resistência. Há séculos, elas resistem e se transformam para persistir no sistema capitalista. Os sojicultores familiares estudados não são diferentes, eles foram se metamorfoseando nas últimas décadas para se reproduzirem, conseguindo permanecer na atividade e melhorar a qualidade de vida da família, sendo a soja um elemento fundamental para tanto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73–78, 1997.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

_____; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Convênio FIPE/IPEA, 07/97. Brasília, abr. 1999. (Texto para discussão, 641).

ANDRADE DA SILVA, E. R. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**: relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995/1998. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 664).

BACH, A. M. **Os porcadeiros**. Palmeiras: Palloti, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB. **Manual de crédito rural**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/>>. Acesso em: 2 set. 2015.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL – BRDE. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. Porto Alegre, 2003.

BENNET, J. W. **Of timer and the enterprise, North American family farm management in a context of resource marginality**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1982.

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 26 set. 2015.

_____. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 30 set. 2015.

_____. **Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em: 2 set. 2015.

_____. **Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997**. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.** Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10 e 16 da Lei no 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Mais Alimentos:** sobre o programa. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Programa Mais Alimentos:** produção primária. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos>>. Acesso em: 28 set. 2015.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R.. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 621).

_____; EL GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, A.A. (Org.) **Muito além dos 60:** os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

_____; MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A.A. (Org.) **Muito além dos 60:** os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Natureza**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CASSOL, A. P.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, v. 5, p. 143-177, 2015.

CASTRO, B. S. de. **O processo de institucionalização da soja transgênica no Brasil nos anos de 2003 e 2005:** a partir da perspectiva das redes sociais. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/m_biancca_s_de_castro_2006.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931 a 2001). **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, jul./ago./set. 2001. Edição especial. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/Revista%20de%20Politica%20Agricola%20-%20Ano%20X%20-%20No%2003%20-%20Jul%20-%20Ago%20-%20Set%20-%202001.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

CONTE, L. **Economia de escala e substituição de fatores na produção de soja no Brasil.** 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-21112006-141552/>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul.** 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____ *et al.* Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 67-89.

_____; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. Desenvolvimento rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, p. 163-165, 2007.

CORADINI, O.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/qqx82/pdf/coradini-9788579820090.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CREMONESE, A. C.; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola no Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 12, p. 49-64, 2005.

DALL' AGNOL, A. **Soja: o fenômeno brasileiro.** Londrina: EMBRAPA, 2008.

DELGADO, G. A pesquisa de avaliação da previdência social rural contextualizada. In: _____; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.** Brasília: IPEA, 2000. p.18-40.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Tecnologias de produção de soja: Região Central do Brasil 2004.** Londrina, 2003. (Série Sistemas de Produção. Embrapa Soja). Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/download/central.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

ESCHER, F. **Os assaltos do "moinho satânico" nos campo e os "contramovimentos" da agricultura familiar: mercantilização, estilos de agricultura e processos instituídos de**

desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FENNER, R. **Determinação da escala mínima de lavoura de soja transgênica e convencional para a viabilidade econômica de seu cultivo em São Luiz Gonzaga – RS.** 2006. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FERRAZ, O. G.; BRANDÃO, S.; PASE, H. L. **Sistema Coopafi: o desafio de um sistema integrado de comercialização e de apoio as agroindústrias familiares da região do sudoeste do Paraná.** Apresentação oral em XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, [S.l.], 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/423.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

FERREIRA, A. D. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: Região de Porecatu: 1940-1952.** 1984. Dissertação (Mestrado em História Social) – Curso de Pós-graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24613/D%20-%20FERREIRA,%20ANGELA%20DUARTE%20DAMASCENO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura.** Curitiba: Chain, 1988.

_____. **Relações entre exportação, valor bruto da produção agropecuária e diversidades dessa produção no território paranaense.** Curitiba: Iparde, 2011.

FRIEDMANN, H. World market, state, and family farm: social bases of household production in the era of wage labor. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 20, n. 4, p. 545-586, 1978.

GARCIA, J. R. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel Brasileiro e a agricultura familiar na região Nordeste.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000430230>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GARCIA, L. A. F. **Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil.** 2004. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-16112004-150759/>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico: análise-diagnóstico de sistemas agrários.** Brasília: INCRA/FAO, 1999. Disponível em: <http://www.sbsp.org.br/z1files/pub/142480195412383_guia-INCRA-sistema-agrario.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste).

GASQUES, J. G. *et al.* **Agricultura familiar – PRONAF**: análise de alguns indicadores. Trabalho apresentado no XVIII Congresso SOBER, Ribeirão Preto, 2005.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____; SCHNEIDER, S. **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar**. Trabalho apresentado no XIV Congresso SOBER, Fortaleza, 2006.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. **Revista da ABRA**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 47-62, jan./abr. 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, I. Z. **1957**: a revolta dos posseiros. Curitiba: Criar, 1986.

GONDIM, S. M.; COLS, G. Perfil profissional, formação escolar e mercado de trabalho segundo a perspectiva de profissionais de Recursos Humanos. **Revista Psicologia: organizações e trabalho**, São Paulo, v. 10, p. 119-152, 2003.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autocomsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO; MDA. Brasília: INCRA/FAO; MDA, 2000.

HALAMSKA, M. Relações com a sociedade global. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 233-270.

HIRAKURI, M. H.; LAZZAROTTO, J. J. **Evolução e perspectivas de desempenho econômico associadas com a produção de soja nos contextos mundial e brasileiro**. Londrina: Embrapa Soja, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: segunda apuração. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. **Censo demográfico 2000**: microdados da amostra - PR. Rio de Janeiro, 2003. CD-

ROM.

_____. **Censo demográfico 2010**: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

_____. **Censo demográfico de 1970**. v. 1. Rio de Janeiro, 1973. (VIII Recenseamento geral do Brasil).

_____. **Censo demográfico de 1980**. v. 1. Rio de Janeiro, 1983. (IX Recenseamento geral do Brasil).

_____. **Malha municipal 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais>. Acesso em: 9 fev. 2014.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico de 1990**. v. 6. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Temas e subtemas**: população e demografia: dinâmica demográfica: taxa de fecundidade total. Rio de Janeiro, 2009. (Séries históricas e estatísticas). Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP264&t=taxa-fecundidade-total>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. Banco de Dados Agregados. **Censo agropecuário 2006**: agricultura familiar: FAO/INCRA. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultFAO.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Avaliação sócio-econômica e regional da Previdência Social Região Sul**: relatório final. Curitiba, 2002.

_____. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica sudoeste paranaense. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.

_____. **Termo de referência**: avaliação de impacto: regularização fundiária. Curitiba, dez. 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/termo_referencia_impacto_reg_fundiaria_marco_202015.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2015.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p.51-75, 1994.

JOHNSON, G. L. The modern family farm and its problems: with particular reference to the United States of America. In: PAPI, U. *et al.* (Org.) **Economic problems in agriculture industrial societies**. London: Macmillan, 1969.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. Vol. II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse da terra no sudoeste do paranaense**. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1986.

LEMIEUX, C. Problematizar. In. PAUGAN, S. (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba: BADEP; UFPR; IBPT, 1968.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e as migrações: 1940 a 1991**. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996

MARX, K. **O capital**. O processo global de produção capitalista. São Paulo: Difel, 1982. Acumulação primitiva [Liv. 1, Cap. 24, p. 828-882], Renda da terra [Liv. 3, Seção VI, Cap. 37 e 47, p. 705-733 e 897-931].

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MONSANTO. **Biotecnologia**. [S.l.], 2015.

Disponível em: <<http://www.monsanto.com/global/br/produtos/pages/biotecnologia.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

MOONEY, P. **My own boss?** Class, rationality and family farm. London: Westview, 1988.

MULLER, L. A.; MENEGUETTI, G. A. **Estratégias para a agricultura familiar**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, dez. 1998. (Textos CPDA, 4).

NIEDERLE, P. A. **Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões - RS**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **Revisitando o conceito de produção simples de mercadorias**. Trabalho apresentado em XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

_____; SCHNEIDER, S. **As estratégias da transição: práticas e processos de diversificação produtiva na agricultura familiar de Salvador das Missões, RS**. Trabalho apresentado em IV Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2008.

NUNES, R. **Agricultura familiar: custos de transação, forma organizacional e eficiência**. 2000. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**. Dossiê estatístico. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Brasília, 1996.

OWEN, W. F. A dupla pressão do processo de desenvolvimento sobre a agricultura. In: ARAÚJO, P. F. C. de; SCHUH, G. E. **Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas**. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 39-65.

PARANÁ. Fomento Paraná. **Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários**. Curitiba, 2015a. Disponível em: <<http://www.fomento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. **Custos de produção**. Curitiba, 2015b. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=228>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

PAULA, N. M. de. **Os camponeses e a intermediação comercial**: um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste paranaense. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da Agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PIZAIA, M. G.; JESUS, R. R. de; NEVES, A. B. N. **A produção de soja no Paraná**: um estudo sobre os principais fatores políticos e governamentais que influenciaram o crescente aumento da exportação da soja. Trabalho apresentado em XLIII Congresso da SOBER, Ribeirão Preto, 1995. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/756.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

PLANO SAFRA. **Mais Alimentos**: um plano da agricultura familiar para o Brasil. Brasília, 2008/2009. Disponível em <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2009.

PLOEG, J. D. van der. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview, 1990.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; GONZÁLES DE MOLINA, M. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992. p. 153-195.

POLI, O. **Aprendendo a andar com as próprias pernas**: o processo de mobilização dos movimentos sociais no Oeste Catarinense. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000089994>>. Acesso em: 16 maio 2015.

QUEIROZ, M. I. P de. O sitiante tradicional e a percepção do espaço. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 15, p. 79-96, 1973.

SANDRINI, G. B. D. **Processo de inserção dos pecuaristas familiares do Rio Grande do Sul na cadeia produtiva de carne**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHIOSCHET, T.; PAULA, N. de. Soja transgênica no Brasil: os limites do processo de difusão tecnológica. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1,

abr. 2008. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/295>>. Acesso em: 23 maio 2015.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2003a.

_____. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003b.

_____; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

_____; WESTPHALEN, F.; GAZOLLA, M. **As duas “caras” do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?** Trabalho apresentado em XVIII Congresso SOBER, Ribeirão Preto, 2005.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituações. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA, A. P. **Soja transgênica: informação política e econômica em detrimento da científica**. Trabalho apresentado em XLII Congresso Nacional de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá, 2004.

SILVA, J. G. da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio 1997.

SINHORINI, J. M. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2007.

SOUZA FILHO, H. M. de *et al.* Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER; UFRJ; UFMT; Embrapa Florestas e Gado de Leite, 2004.

STANTON, B. F. Perspective on farm size. **Journal of Agricultural Economics**, Reading, p. 727-737, Dec. 1978.

TWEENTEN, L. G. Theories explaining the persistence of low resource returns in a growing farm economy. **American Journal of Agricultural Economics**, Saint Paul, v. 51, n. 4, p. 799-817, 1969.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA. **Bons resultados do milho segunda safra cobrem prejuízos da soja no Paraná**. Piracicaba, ago. 2012. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/soja/custos/2012/03Ago.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

VIAL, M. **Uma análise dos fatores que provocaram a mudança de um paradigma agrícola.** 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Políticas e Sociais) - Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná, Palmas, 2004.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização.** 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WANDERLEY, M. de N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar: outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 29-49.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1-2, p. 82–98, jan./dez. 2004.

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Trabalho apresentado em XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1996.

WESZ JUNIOR, V. J. ; BUENO, V. N. **A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS.** Trabalho apresentado em XLVI Congresso da SOBER, Rio Branco, 2008.

WESZ JUNIOR, V. J.; GRISA, C.; BUCHWEITZ, V. D. **O desempenho do Pronaf no Brasil: um olhar sobre o público beneficiário e as atividades financiadas.** Trabalho apresentado em LII Congresso da SOBER, Goiânia, 2014.

WOLF, E. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, K. **'Com parente não se neguceia': o campesinato como ordem moral.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário antropológico, 87).

YIN, R. K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

ZANON, R. S. *et al.* **Economia de escala e a produção de soja no Brasil.** Trabalho apresentado em XII SemeAd, São Paulo, 2009.

ZANON, R. S. *et al.* **Produção de soja no Brasil: principais determinantes do tamanho das propriedades.** Trabalho apresentado em XLVIII Congresso SOBER, Campo Grande, jul. 2010.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Tabela A1 - Taxas geométricas de crescimento anual segundo situação do domicílio - Paraná e mesorregião Sudoeste Paranaense - 1970/2010

Área Geográfica	Taxa Geométrica de Crescimento (% ao ano)			
	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Sudoeste	1,56	-0,78	-0,13	0,51
Urbano	7,61	2,78	2,57	2,03
Rural	-0,33	-3,03	-3,16	-2,23
Paraná	0,97	0,93	1,40	0,89
Urbano	5,97	3,01	2,59	1,36
Rural	-3,32	-3,03	-2,61	-1,48

Fonte: IBGE - Censos Demográficos

Tabela A2 - Distribuição da população pesquisada e Sudoeste rural, segundo faixas de idade – Sudoeste – 2015 E 2010

Faixas de idade	População entrevistada		População rural do sudoeste	
	Abs.	%	Abs.	%
até 10	12	12,4	17.522	11,7
Mais de 10 até 20	11	11,3	27.764	18,6
Mais de 20 até 30	12	12,4	19.162	12,8
Mais de 30 até 40	9	9,3	18.835	12,6
Mais de 40 até 50	25	25,8	23.799	15,9
Mais de 50 até 60	17	17,5	20.373	13,6
Mais de 60	11	11,3	22.014	14,7
TOTAL	97	100,0	149469	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2015) e Censo Demográfico

Tabela A3 – Distribuição de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, domicílio rural - Sudoeste do Paraná – 2010

Nível de Instrução	População Rural do Sudoeste	
	Nº	%
Sem instrução e fundamental incompleto	89.255	67,6
Fundamental completo e médio incompleto	22.817	17,3
Médio completo e superior incompleto	16.969	12,9
Superior completo	2.543	1,9
Não determinado	369	0,3
Total	131.952	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

APÊNDICE B - ROTEIRO DA PESQUISA SEMI-ESTRUTURADA

1 – QUADRO DAS PESSOAS QUE MORAM NA PROPRIEDADE

Nome	Sexo	Rel. com o chefe (A)	Idade	Tempo de trabalho (B)	Estado Civil	Frequenta escola	Escolaridade (C)

(A)		(B)		(C)	
1	Resp/chefe	1	Tempo integral na UP	1	Não alfabetizado
2	Cônjuge	2	Tempo parcial: dentro e fora da UP	2	1ª série - ensino fund.
3	Filho (a)	3	Tempo parcial na UP + trabalho doméstico	3	2ª série - ensino fund
4	Genro/Nora	4	Tempo parcial na UP + estuda	4	3ª série - ensino fund
5	Neto	5	Tempo integral fora da UP	5	4ª série - ensino fund
6	Pai	6	Somente trabalho doméstico	6	5ª série - ensino fund
7	Mãe	7	Somente estuda	7	6ª série - ensino fund
8	Avô/avó	8	Criança menor de X anos	8	7ª série - ensino fund
9	Irmão (ã)	9	Idoso: apenas tempo parcial na UP	9	8ª série - ensino fund
10	Outros	10	Desempregado	10	1ª série - ensino médio
11		11	Inválido ou deficiente	11	2ª série - ensino médio
12		12	Outro (qual).....	12	3ª série - ensino médio
				13	Ensino superior incompleto
				14	Ensino superior completo
				15	Pós-Graduação

2 - A família possui rendas não-agrícolas?

TIPO	Sim (1) Não (2)	Valor total recebido (mês)
Auxilio regular de parentes		
Aposentadorias/pensões		
Arrendamento de terras		
Programas de transferências		
Salários		
Outras		

3 - Relacionar a(s) terra(s) explorada(s) pelo produtor, segundo a condição de posse.

NDL.	1. Condição de posse (TC1)	2. Área em Alqueire	3. Município
1			
2			
3			
4			
5			
6	TOTAL		

TC1 – Condição de posse:

- 1- Própria
- 2- Parceria
- 3- Arrendada de terceiros
- 4- Posse

4 - Quais os produtos cultivados na última safra, a área ocupada com cada cultura, a quantidade colhida e vendida, a principal fonte compradora?

NDL	1. COD.	Tipo de cultura	Área plantada	Quant. colhida	Qtda. vendida	Principal fonte compradora
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						

5 - Quais os produtos cultivados na última safra para **consumo na propriedade**, a área ocupada com cada cultura, as quantidades colhida?

NDL	1. COD.	Tipo de cultura	Área plantada (ha)	Quant. colhida
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				

6 – O(a) Senhor(a) usa máquinas agrícolas?

() SIM () NÃO

6.1 - Se sim,

TIPO	Origem (A)	Ano (se própria)	(A)
			1 - Própria
			2 - Associação
			3 - Prefeitura
			4 - Alugada de terceiros
			5 - Outras. Qual?

6.2 - Alguma das máquinas é financiada?

6.3 - Se sim, qual tipo de financiamento?

7 - O(a) Senhor(a) tem alguma produção pecuária

SIM NÃO

7.1 - Qual o tipo de criação?

- bovino de leite
 bovino de corte
 criação de aves integrada
 criação de suínos integrado
 piscicultura
 Somente para consumo Qual _____
 Outros _____

7.2 - Utiliza da soja produzida na propriedade para a alimentação animal?

Sim Não

7.3 Se sim, qual o percentual da produção de soja utiliza para a alimentação animal _____%

8. Quais produtos compõem a sua renda? Distribuir percentualmente.

COD	PRODUTOS	% DA RENDA

9 - O (a) Senhor (a) contrata empregados?

- a) SIM Quantos empregados temporários: _____ Quantos fixos: _____
b) NÃO

10 - O(a) Senhor(a) é filiado/sócio à: (marque com X a resposta)

TIPO	SIM	NAO	QUAL?
Sindicato			
Cooperativa			
Associação com fins econômicos			

11.1 - Se sim para cooperativa ou associação. A Cooperativa ou associação influencia na sua decisão de plantar soja?

11.2 - De que forma? _____

12 - O (a) Senhor(a) tem financiamento destinado para a produção?

a) Sim () () Investimento

Qual? _____

b) Não () () Custeio

12.1 - Se tiver PRONAF:

a) Quantos anos tem PRONAF?

b) Qual cultura ele financia?

c) É fácil conseguir financiamento para soja? Financia outras culturas?

13 - Qual o principal motivo para o (a) Senhor(a) plantar soja?

14 - Há quantos anos plantar soja? Seus pais já plantavam? O Sr. Sabe o que motivou seus pais a plantarem a soja? Vizinhos plantam?

15 - O(a) Senhor(a) aumentou ou reduziu a área plantada nos últimos anos? Ou em relação à área plantada inicialmente? Por que?

16 - O(a) Senhor(a) faz rotação de culturas? Com quais outras plantações?

17 - Quais as facilidades de se plantar soja?

18 - Quais as dificuldades de se planta soja?

19 - O(a) Senhor(a) considera que a soja dá lucro?

19.1 - Como o senhor calcula o lucro da soja? Ou como o senhor sabe que dá lucro? Quais as "contas" que o Senhor faz?

20 - O(a) Senhor (a) pretende continuar plantando soja?